

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Secretaria Municipal de Cultura apresentam:

EXPO  
SIÇÃO

# AMOR & LUTA



TRAJETÓRIAS MOVIMENTO LGBTI+ 30 ANOS GRUPO ARCO-ÍRIS

# EXPOSIÇÃO AMOR & LUTA

TRAJETÓRIAS MOVIMENTO LGBTI+ 30 ANOS GRUPO ARCO-ÍRIS

A exposição sobre as trajetórias de lutas e conquistas do Movimento Social Organizado LGBTI+ no Rio de Janeiro e no âmbito nacional, celebra os 30 anos do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+, fundado em 21 de maio de 1993.

A exposição narra as lutas contra as discriminações e as conquistas pelos direitos LGBTI+. Conta ainda com a Mostra **Manifesta+1: do Silêncio ao Orgulho**, sobre as edições das Paradas do Orgulho LGBTI+ Rio; e **Memórias da Arte e Cultura Transformista e de Cantoras Lésbicas e Bissexuais**. O **Memorial Orgulho** é dedicado às lideranças e personalidades ativistas que faleceram, mas também você poderá assistir os depoimentos de pessoas ativistas históricas sobre as suas trajetórias em nosso Movimento.

Com o fim de atividades de vários grupos nas últimas três décadas, o falecimento de ativistas e as perdas de seus acervos, a equipe de curadoria desta exposição encontrou muitas dificuldades na construção da pesquisa. **A exposição é uma obra aberta e não pretende representar a totalidade dos fatos e das trajetórias do Movimento LGBTI+** construídas ao longo do tempo.

O trabalho de pesquisa nos indica os percursos de como diferentes pessoas **Lgbti+ no Rio de Janeiro se tornaram ativistas no nosso estado e atuaram nacionalmente para defender um mundo livre e sem discriminação**. Conhecer trajetórias do Movimento Lgbti e seus ativistas nos enchem de orgulho.

**A exposição celebra os 30 anos do Grupo Arco-Íris**

Essas pessoas, sem culpa e medo, movidas pelo sentimento de liberdade, amor, dignidade e forte compromisso em corrigir a injustiça e a discriminação, deram visibilidade a nossa existência e às pautas por emancipação e direitos, contribuindo para a ampliação da cidadania e aprimoramento democracia no Brasil.

O abandono de gays, bissexuais e travestis com HIV-Aids nas décadas de 1980 e 90, exigiu uma intensa mobilização comunitária para o cuidado de amigos e familiares. Se de um lado essas décadas foram marcadas pela luta contra a discriminação e o estigma da epidemia que assombrava a comunidade; de outro, os conhecimentos produzidos pelo movimento foram fundamentais ao Estado brasileiro para as elaborações de políticas públicas na saúde. A criação de novos grupos nas décadas de 90 e anos 2000 e as estratégias de promoção da autoestima de pessoas LGBTI+ aliadas a à construção de referenciais positivos e ao sentido de pertencimento coletivo, "fazer parte de uma comunidade", foram fundamentais para a mobilização e início da mudança do quadro hostil que associava LGBTI+ a doentes, pecadores e foras da lei.

**Apesar dos diferentes níveis, a visibilidade foi prioridade**

Apesar dos diferentes níveis de protagonismos políticos no movimento LGBTI+, a visibilidade LGBTI+ foi prioridade e alavancou a criação da primeira Parada do Orgulho LGBTI+ do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1995. Nestes 30 anos, o Movimento LGBTI+ atuou na denúncias contra a violência lgbtifóbica e contra as assimetrias de acesso a direitos, cobrando políticas públicas na segurança, educação, saúde, trabalho e assistência social que ampliaram o leque da cidadania LGBTI+ em diversos setores dos governos nos três níveis. As últimas três eleições que elegeram parlamentares, prefeitos e governadores ampliaram a nossa representação, porém aquém do necessário. As primeiras leis pró-direitos LGBTI no Rio de Janeiro às conquistas como a união civil e o casamento homoafetivo, a criminalização da lgbtifobia e o direito à identidade de gênero para pessoas travestis e trans no Supremo Tribunal Federal são marcas importantes de nossas lutas neste período. A criação dos primeiros programas governamentais com participação social nos Governos Federal e no Rio de Janeiro são marcas desse histórico de lutas. O enfrentamento do extremismo religioso e a luta contra a sua tentativa de suplantarem o estado de direito democrático e laicidade são outros exemplos de nossa resistência.

Aproveite a exposição!

REALIZAÇÃO



FOMENTO



CULTURA

APOIO



APOIO INSTITUCIONAL



## Nossos passos vêm de longe, se unindo e se fortalecendo

1970

Ainda que pouco estudado, foi na década de 1970, em plena reabertura política no governo Figueiredo (1979-1985), que emergiu o então Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) influenciado pelas feministas, movimento negro (MNU), e a efervescência cultural proporcionada Secos e Molhados, Dzi Croquettes e Tropicalia, a arte transformista, entre outros movimentos artísticos da época. Após alguns anos de tentativas e articulados com experiências ocorridas nos EUA, Argentina e Europa, pessoas que voltaram do exílio político se encontraram com outras dispostas a criar um movimento politizado de liberação sexual homossexual.

Vários fatos foram centrais à emergência do MHB, mas sem dúvida a criação do jornal de circulação nacional, O Lâmpião da Esquina, merece relevo. Após a visita ao Brasil, do editor da Revista Gay Sunshine, Winston Leyland, Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrystostomo, Clóvis Marques, Francisco Bitencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry se reuniram na casa do pintor Darcy Penteado e criaram o jornal O Lâmpião da Esquina (1977-1981).

Estimulados pelas suas notícias e os acontecimentos da abertura política, emergiram grupos pelo Brasil: Somos - Grupo de Afirmação Homossexual (1978), nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, Grupo de Afirmação Gay - GAAG (São João de Meriti, 1978), Associação das Profissionais do Sexo - Damas da Noite (Vitória, 1979), Grupo de Atuação Homossexual - GATHO (Recife, 1978), Grupo Beijo Livre (DF, 1979), o Grupo Gay da Bahia (Salvador, 1980), Nós Também (João Pessoa, 1980), entre vários outros grupos.

As organizações do MHB e das travestis, por diferentes caminhos, nasceram como uma resposta ao período da Ditadura Civil-Militar, marcado pela repressão, discriminação e o estigma. Eram pessoas que buscavam se fortalecer, se entender e se organizar para além do "naturalizado" processo de violência vivenciada.

1980

Com a criação de vários grupos pelo Brasil, em abril de 1980, em São Paulo, aconteceu o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO). Mesmo com as ameaças da ditadura civil-militar e o sensacionalismo da imprensa, materializada no jornalista Jacinto Figueira Júnior, o homem do sapato branco, o encontro conseguiu reunir cerca de 1000 pessoas em algumas de suas atividades. Entretanto, no mesmo, impulsionado pelas lutas políticas contra a ditadura e as desigualdades de classe, representadas com a luta sindical, o Grupo Somos, em São Paulo, e dividido e foram criados: Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF) e o Grupo Outra Coisa - Ação Homossexualista. No Rio, o Somos também sofre sua primeira divisão e é criado o Grupo Auê.

As questões que dividiram o Somos paulista foram as mesmas que embalavam os debates de várias organizações da época, devia o recém MHB se envolver nas mobilizações contra ditadura militar e assumir posição na luta da classe trabalhadora, materializada na greve metalúrgica do ABC Paulista, com a prisão do sindicalista Luís Inácio Lula da Silva? Eram as agendas específicas do MHB contra as chamadas lutas maiores.

Em 1981, após o EBHO, o antropólogo Luiz Mott e o advogado João Antônio Mascarenhas, organizam a campanha pela despatologização da homossexualidade, tratada como desvio e transtorno mental. Após intensa campanha e a organização de abaixo-assinado com 16 mil assinaturas, em 1985, o Conselho Federal de Medicina atendeu à reivindicação, retirando o homossexualismo do código 302.0. O mesmo não ocorreu com as identidades trans, a OMS somente oficializou a despatologização da transexualidade na 72ª Assembleia Mundial da Saúde, em 2018, após 28 anos da homossexualidade. Antes da decisão da OMS, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) já havia publicado a Resolução CFP nº11/2018, que orientava a atuação profissional no Brasil para que transexualidades e transexualidades não fossem consideradas patologias.

Mesmo após a despatologização, outros discursos buscaram marcar as populações LGBTI+. Na década 1980, emerge a epidemia de AIDS. A desinformação, aliada à publicidade dos primeiros diagnósticos, direcionou ao público gay e trans, o dito "câncer gay" ou "peste", como ficou conhecida. E como se não bastassem os discursos que alimentam a construção de um "corpo doente" e a repressão que restringia o afeto e a sociabilidade, a agregação da doença a discursos religiosos, aprofundava a ideia de que as identidades homossexuais e trans eram pecado e a AIDS, o castigo divino. Se de um lado a epidemia de AIDS resultou em recuo do MHB e do Movimento trans, de outro, as respostas comunitárias concentraram energia para buscar respostas às omissões governamentais, promovendo mudanças significativas nas políticas públicas no campo da saúde e a luta contra a epidemia. A partir de 1986, dava início a criação, com as políticas de financiamento do Banco Mundial, do Programa Nacional de DST/AIDS. Inaugurava-se, no Brasil, no âmbito do Ministério da Saúde, o Programa AIDS I que trazia de inovação a participação dos movimentos sociais na execução de políticas sociais e preventivas às IST/AIDS, a exemplo das organizações, Grupo Triângulo Rosa, Atobá, Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids - ABIA, Grupo de Apoio ao Portador de Aids - GAPA Rio e o Grupo Pela VIDDIA Rio.

Com o fim da ditadura civil-militar (1985) e a revisão do Código de ética dos jornalistas (ela determinou que na conduta profissional da categoria, a prática de perseguição ou discriminação por orientação sexual deveria ser combatida), em 1987, o Movimento alia a agenda de liberação sexual, as reivindicações de cidadania na elaboração da Constituinte de 1988. João Antônio Mascarenhas atuou politicamente, participando de diferentes audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para criminalizar a discriminação contra homossexuais, a exemplo do racismo. A proposta foi recusada, mas o debate serviu aos desdobramentos nas formulações de inúmeras leis municipais e estaduais, em diferentes locais do Brasil, para proibir a discriminação em decorrência da orientação sexual.

## Vários fatos foram centrais à emergência do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB)



"Homossexuais se organizam..."  
Capa Jornal Lâmpião da Esquina,  
Edição 16, setembro 1979.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.



Heróismo mesmo é lutar  
contra o preconceito  
Cartão Postal, Grupo Gay da  
Bahia (GGB), Salvador (1980).  
Arquivo: Museu Movimento  
LGBTI+ do Rio de Janeiro.



"Alô, Alô Classe Operária: E o  
Paraíso nada?"  
Capa Jornal Lâmpião da Esquina,  
Edição 14, julho 1979.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.



Grupo Auê  
Capa Jornal Sexualidade, Ano 1,  
Edição 01, maio/junho 1981.  
Arquivo: Museu Movimento  
LGBTI+ do Rio de Janeiro.



"No Rio, pessoal cria mais um grupo homo"  
Recorte reportagem do Jornal Lâmpião da  
Esquina: Página 2, Edição 11 outubro 1979.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.



1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) em São Paulo  
Jornal Lâmpião da Esquina,  
página 3, Edição 1980  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.

1980

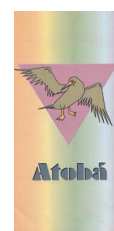
Grupo Somos RJ  
Foto com Yvonne Lindgreen e  
John McCarthy (1980).  
Arquivo: Museu Movimento  
LGBTI+ do Rio de Janeiro.



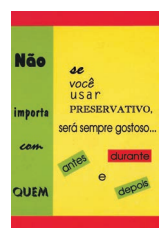
Projeto Homens que fazem  
sexo com outros homens  
Capa do informativo,  
Associação Brasileira  
Interdisciplinar de Aids, Rio  
de Janeiro, nº 1, julho 1988.  
Arquivo: Museu Movimento  
LGBTI+ do Rio de Janeiro.



Capa do Manual de  
Sobrevivência Homossexual  
Grupo Gay da Bahia (GGB),  
Salvador (1980).  
Arquivo: Museu Movimento  
LGBTI+ do Rio de Janeiro.



Grupo ATOBÁ  
Cartão Postal, Grupo Valorização,  
Integração e Dignidade do Doente  
de Aids - Pela Visão (1980).  
Arquivo: Museu Movimento  
LGBTI+ do Rio de Janeiro.



"Não importa com quem..."  
Cartão Postal, Grupo Valorização,  
Integração e Dignidade do Doente  
de Aids - Pela Visão (1980).  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.



Da Mundial de Luta  
Contra a AIDS  
Folha de Adesivo (1980).  
Arquivo: Museu  
Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.



Ação = Vida  
Cartão Postal, Grupo Valorização,  
Integração e Dignidade do Doente  
de Aids - Pela Visão (1980).  
Arquivo: Museu Movimento  
LGBTI+ do Rio de Janeiro.

Seria injusto desconsiderar as diversas lutas e resistências da comunidade que insiste em se recriar continuamente nestes mais de 40 anos de insurgências. A cada ano, as identidades vão se reconstruindo e reconfigurando o movimento, o desejo de existência é maior que qualquer ato autoritário designativo. O movimento homossexual tornou-se LGBTI+, e suas transformações acompanharam e contribuíram para importantes mudanças na sociedade e na atuação do Estado brasileiro em defesa da democracia cidadã.

A exposição "Amor e Luta", por tratar dos anos 1990 em diante, apresenta este introdução para demarcar nossos caminhos anteriores. Para mais informações, recomendamos o acesso pelo QR CODE do filme **Quando Usamos Existir**. Uma história do Movimento LGBTi e dos livros **Quando Usamos Existir**, **Itinerários Fotobiográficos do Movimento LGBTI+ Brasileiro (1978 - 2018)**, **História do Movimento LGBT do Brasil (2018)**, **Devassos no Paraíso, História da Homossexualidade Masculina no Brasil**.

### 1990-1993

#### Re-agrupamentos: novas estratégias do Movimento Social Organizado LGBTI+

O início dos anos 1990 foi marcado pelas estratégias do Movimento Social Organizado LGBTI+ em resposta à epidemia do HIV/Aids e as agendas por direitos no panorama político nacional. Após a mobilização na Constituinte de 1988, a ação ativista se deslocou do Congresso Nacional para as câmaras municipais e assembleias legislativas, pleiteando a aprovação de leis contra a discriminação por "orientação sexual". Ao mesmo tempo, diante dos efeitos mais severos da epidemia em curso, os grupos existentes continuavam a demandar às instâncias governamentais respostas à prevenção, ao estigma, a discriminação, ao tratamento às pessoas vivendo com HIV/Aids.

Na década de 1990 surgem os primeiros dados de pesquisas apontando para a existência de grupos mais vulneráveis dentro da própria comunidade LGBTI+. Como irão chamar a atenção algumas pesquisadoras e ativistas, a epidemia da Aids provocou uma devastação de travestis e pessoas negras, ainda que a morte de gays e homens brancos ganhasse maior visibilidade na mídia, como lembra a ativista travesti Jovana Baby.

Também os anos iniciais 1990 foram marcados pela criação e diversificação de grupos organizados LGBTI+, sobretudo conduzidos por ativistas provenientes das margens das grandes cidades e de segmentos sociais até então, em parte, excluídos da chamada "primeira onda" do movimento. Como resultado da mobilização de pessoas remanescentes do Movimento Homossexual dos anos 1970 e 1980, e com a criação dos novos grupos espalhados pelo território nacional, vê-se um aumento de ações informais visando a prevenção e o tratamento da doença, em direta resposta à ausência de ações governamentais. A partir do trabalho no Rio de Janeiro, de entidades como Grupo Atóbá (1985), Gapa - Grupo de Apoio a Portadores de Aids (1985), ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (1986), Grupo Pela Vida-Rio (1989), Associação de Gays e Amigos de Nova Iguaçu (1989), Projeto Integrado de Marginalidades do Instituto de Estudos da Religião (1990); Núcleo de Orientação em Saúde Sexual - NOSS (1990), Associação de Travestis e Liberados - ASTRAL (1992), irão se recompor redes de solidariedade e acolhimento no contexto do Rio de Janeiro.

Pelas vias oficiais, o remédio mais indicado ao HIV era a abstinência, a monogamia ou no contexto popular a eliminação dos homossexuais da sociedade como os responsáveis pela disseminação do vírus. Em resposta ao estigma e a discriminação que se espalhavam ainda mais rapidamente do que a doença, o trabalho de conscientização passou a ser acompanhado por ações que buscavam o fortalecimento da auto-estima, dos laços afetivos e de cooperação no interior dos grupos. Marcada por campanhas de prevenção ao HIV/Aids e mobilizações comunitárias de ativistas LGBTI+ no cuidado e tratamento às pessoas vivendo com aids, a década de 1990 deu início ao longo processo de reivindicações políticas cidadãs, alinhando ao ativismo pela liberação sexual, reivindicação de direitos e a conscientização das identidades sexuais lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais.

Em 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a ECO 92, Conferência de Meio Ambiente das Organizações da Nações Unidas. O Grupo Carioca Atóbá participou do evento. De forma pioneira, o Atóbá levou para a cena comunitária nesta conferência o debate sobre homossexualidade, prevenção do HIV/Aids e o meio ambiente, contribuindo para os debates atuais de meio ambiente, sustentabilidade, diversidade sexual e direitos humanos. Nesta conferência, no fórum da sociedade civil, instalado pela ONU, na Praia do Flamengo, a tenda do Grupo Atóbá foi atacada por um grupo de skinheads, chamados Carecas do Brasil, que proferiram palavras ofensivas e agrediram os militantes na tenda. Em vista da solidariedade de militantes de outros movimentos sociais participantes do fórum comunitário da ECO 92, os criminosos fugiram.

Com a liderança do Grupo Atóbá, foi realizado no Rio de Janeiro, entre 29 e 31 de maio de 1992, o 6º EBHO - Encontro Brasileiro de Homossexuais, com a participação de 15 grupos e aumento significativo da representação das lésbicas, que reivindicaram maior espaço na programação dos encontros brasileiros e a discussão de "gênero, misoginia, machismo/sexismo (...) dentro dos grupos. De modo geral, as discussões seguiram os mesmos tópicos que o EBHO anterior, com a novidade da mobilização para o levantamento e a proposição de leis contra a discriminação por orientação sexual e a proposição de uma lei federal de "Contrato de União Civil". Em 1989, o Rio de Janeiro já tinha sediado o terceiro EBHO.

O Núcleo de Orientação em Saúde Social criou, em 1992, o Jornal Nós Por Exemplo, importante veículo de comunicação comunitária de promoção de informações sobre aids, saúde, sexualidade e cidadania para a população LGBTI+ e apoiou iniciativas do movimento LGBTI+ na década de 1990.

Ainda em 1992, a partir de ações de saúde e prevenção promovidas pelo Projeto Saúde na Substituição do Instituto de Estudos da Religião - ISER, a ativista travesti negra Jovana Cardoso, a época conhecida como Jovana Baby, liderou com diversas pessoas travestis e aliados da causa, a fundação do primeira associação organizada para a defesa dos direitos de Pessoas Travestis e Transexuais no Brasil, a ASTRAL - Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro. Esta entidade será grande referência para estruturação das ações estratégicas do Movimento Trans Brasileiro, como a criação de redes e encontros nacionais para organizar e consensuar as principais pautas do segmento.

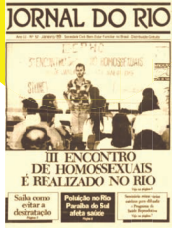


1980

Encontro de Pessoas Vivendo de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS  
Capa do Livro, Grupo Valorização, Integração e Dignidade do Distrito de Aids - Pela Vida RJ/Niterói (1980).  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.



3º EBHO com grupo ATOBÁ  
Jornal do Rio, edição 52, 1989.  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.



HOMOSSEXUAIS  
Proposta: proibir discriminação  
Jornal Correiô Brasileiro, Brasília, maio 1987.  
Arquivo Senado Federal.

João Antônio Mascarenhas na Constituinte em 1987  
Jornal Correiô Brasileiro, Brasília, maio 1987.  
Arquivo Senado Federal.

Com o aumento de interações e de díbitos de gays e travestis em decorrência das consequências da Aids e a ausência de leis de proteção aos direitos de união civil homoparentais nas décadas de 80 e 90, a justiça brasileira teve que ser acionada para o reconhecimento de união pós-morte e a garantia dos direitos de cônjuges, como acompanhamento no tratamento de saúde, visita ao hospital, direito a herança, partilha de bens, pensão. Neste período, várias ações judiciais com estas demandas foram negadas pela justiça. Se não bastasse não reconhecer os direitos, muitas das sentenças promoveram preconceitos.

#### Solidariedade e acolhimento: nasce o Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual

Em 21 de maio de 1993, é fundado o Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual (atualmente nomeado de Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+) sob a liderança dos ativistas Augusto Andrade e Luiz Carlos Freitas. O novo Grupo nasceu com um propósito específico, e se diferenciando de alguns dos Grupos de ativistas existentes: preconizar a conscientização individual, fortalecer a auto-estima, contribuir para a construção de referências positivas e promover a visibilidade de pessoas LGBTI+ no seio da sociedade mais ampla, com isso construir um sentido de comunidade. Seus membros fundadores estavam movidos por um espírito libertário inspirado na cena homossexual de grandes cidades dos Estados Unidos, bem como no trabalho precursor do Jornal o Lâmpião da Esquina e o Grupo Somos pelo seu pioneirismo. Também o Jornal Nós Por Exemplo (1992) ajudou a mostrar que havia um movimento LGBTI+ em curso mesmo durante a epidemia do HIV e que possibilitou a conexão com diversos grupos pelo Brasil. Além disso, o Grupo Triângulo Rosa foi uma base muito importante nos anos iniciais da formação do Grupo Arco-Íris. Alguns dos ativistas do Grupo Arco-Íris havia participado no final dos anos 1970 e início de 80 do Grupo Somos. Outros participantes vieram do Movimento de Combate à Aids, como o GAPA - Grupo de Apoio a Portadores de Aids. A maior parte das pessoas vieram do Grupo de Dança Atro Iliê Ode, do Rio de Janeiro, que tinha como aprendizados a necessidade da consciência corporal, do reconhecimento das próprias emoções e sentimentos, da valorização da autoestima, marças que se tornaram diretrizes de atuação do Grupo Arco-Íris.

#### Se não bastasse não reconhecer os direitos, muitas das sentenças promoveram preconceitos.

"Arco-Íris é a possibilidade de você ser você mesmo, pensar diferente e, ainda assim caminhar nos juntos. Arco-Íris é a troca de ideias, informações, experiências pessoais, emoções e carinho com outros seres humanos com interesses em comum. Acreditamos que ao falarmos alto sobre o que sempre tivemos sussocado, guardado e dissimulado, o nosso interesse humano fortalecido, nossa identidade orientada para o mesmo sexo, amigo, nossa liberdade de sentir, estamos construindo algo novo, a princípio dentro de nós e entre nós e logo a seguir numa universão maior de relações".  
(ANDRADE, 2002 p.47)

A valorização de uma cultura homossexual e uma ideia de comunidade já se via

presente nas atividades do grupo, como nas Noites de Poesia e Literatura, realizadas em bares de convivência LGBTI+, nas oficinas de sexualidade e cidadania, nos encontros sociais, aos domingos no encontro "vamos nos ver" de exibição de filmes LGBTI+ e também nos festivais de cinema com a temática LGBTI+. Os encontros, conduzidos por diversas lideranças do Grupo, tinham o objetivo de socialização e reconhecimento LGBTI+ em espaços públicos, utilizando a literatura como via de socialização. Os eventos do Grupo buscavam oferecer um espaço seguro para a expressão individual, a troca de experiências e a manifestação de afeto, onde se pode "falar sem culpa e sem medo".

Meses depois, a sua fundação, o Grupo Arco-Íris começa aglutinar ativistas de grupos de outros estados, como Cláudio Nascimento, que vem de Nova Iguaçu, uma experiência de atuação, desde 1989, na Associação de Gays e Amigos de Nova Iguaçu e no Grupo 28 de Junho e no Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e Previdência Social do Rio de Janeiro (1992) e a ativista Rosângela Castro, que vinha de atuação em Movimento de Lésbicas de São Paulo.

Os movimentos de visibilidade política de celebração do orgulho LGBTI+ já vinham pipocando no Rio de Janeiro por meio de várias iniciativas, nos anos de 1991 e 1992. Em 1993, um grupo de ativistas decidiu novamente sair às ruas para celebrar o Orgulho LGBTI+. Por iniciativa de alguns grupos, cerca de trinta pessoas (lésbicas, gays e travestis, declaram em Copacabana. Essas iniciativas de Passeatas do Orgulho, a Tarde de Convivência pela Dignidade Homossexual em 1994, no Museu de Arte Moderna e a realização, em 1995, no Rio de Janeiro, da Conferência Mundial da ILGA (a época Associação Internacional de Gays e Lésbicas) constituiram as bases para realização em 1995 da primeira grande Marcha do Orgulho LGBTI+ organizada pelo Grupo Arco-Íris e outras entidades, dando origem às Paradas do Orgulho no Brasil.



1990

Vida de Travesti + Aids + Veche  
Capa Jornal Nós Por Exemplo, Edição 5, 1992.  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.

Saúde e Ação Social  
Carteira do Grupo Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) (1990).  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.

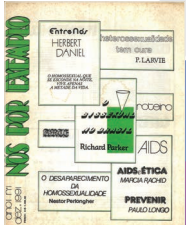


Grupo ASTRAL  
Capa do Livro do Grupo Associação de Travestis e Liberados (1990).  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.



Grupos Gays  
Recorte reportagem Jornal Nós Por Exemplo, 1991.  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.

Stand do grupo ATOBÁ na ECO 1992  
Recorte de reportagem do Jornal Projétil, Rio de Janeiro, 1992.  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.



Entre Nós  
Capa Jornal Nós Por Exemplo, Edição 1, 1991.  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.

O DESARRECAMENTO DA HOMOSSEXUALIDADE  
Núcleo Protagonista  
AIDS ÉTICA  
AMERICA RACHO  
PREVENIR  
PRELACIONO

1993-1997

## “Um lugar para chamar de seu”

Os anos que seguem à fundação do Grupo Arco-Iris foram marcados pela multiplicação de seus membros e pela formação de lideranças por meio de atividades direcionadas à socialização da comunidade LGBTI+ bem como à visibilidade no espaço público.

Em 1994, o Grupo Arco-Iris consegue alugar a sua primeira sede na Praça da Cruz Vermelha. O Grupo passa a ter um local de referência para as suas atividades, coordenando as diversas ações a partir de um espaço central, e mantendo as já consagradas reuniões de sexta-feira. O crescimento do Grupo também promove a maior diversidade entre seus membros, incluindo mais expressivamente a participação de lésbicas e de pessoas negras. Os eventos organizados neste período visavam a integração de seus membros e reforçavam os pilares fundadores do grupo: a auto-estima, construção de referências positivas e a visibilidade social e política.

Em suas atividades, o Grupo assumia como princípio o reconhecimento de outros grupos e ativistas em suas contribuições e experiência nos anos anteriores. Conexões foram estabelecidas com o intuito de buscar inspiração na ancestralidade para refletir sobre os desafios do presente. Entre os parceiros, nos primeiros anos de existência do Grupo Arco-Iris destacam-se as participações e apoios de sindicatos como o Sindicato dos Funcionários de Saúde e Previdência do Estado do Rio (SINDSPREV-RJ), o Sindicato dos Bancários, o Grupo de Dança Afro Ilê Ofe de Dança, liderado por Charles Nelson, bem como o Gapa-RJ, a Abia, o Grupo Dignidade, o Triângulo Rosa, o Noss, entre outros que configuraram as nossas bases de referência e inspiração. As atividades culturais continuaram a ser uma importante vertente para a socialização, incluindo a organização de mostras de filmes, ciclo de palestras e as noites de poesia e literatura que ocorriam de forma livre e sem conexão com o mercado cultural que começava a reconhecer a cultura homossexual. Muitos dos eventos, organizados geralmente às sextas-feiras, ocorriam fora da sede, em espaços culturais como o Museu de Arte Moderna ou o Centro Cultural da Justiça, buscando ocupar o espaço das instituições públicas ao mesmo tempo promovendo acolhimento e rompendo com a invisibilidade de gays, lésbicas e travestis nestes espaços. Também neste período, visando ampliar a divulgação do Grupo foram realizadas diversas atividades sociais e culturais em bares cariocas.

**Conexões foram estabelecidas com o intuito de buscar inspiração na luta em anos anteriores**

## Ocupar a cidade: visibilidade e proteção

Em 1994, o Grupo Arco-Iris juntamente com outros grupos como o 28 de Junho, o Atobá, a Astral, o Triângulo Rosa e o Grupo Caras e Coroa, além do Jornal Nós Por Exemplo, organizam a Tarde de Convivência pela Dignidade Homossexual, um evento em espaço público, que reuniu seus membros e

colaboradores nos jardins do Museu de Arte Moderna, no Aterro do Flamengo. Atraindo mais de 600 pessoas, o evento tomou a forma de um festival cultural, com exibição de filmes e pique-nique, promovendo um espaço de “proteção” para a comunidade sobre o gramado e ao ar livre. A iniciativa buscou mudar a imagem das manifestações do movimento organizado e atrair um público mais amplo, além de buscar uma relação positiva com a imprensa. No entanto, após o evento, algumas matérias desrespeitosas continuavam a ser disseminadas. Enquanto a comunidade se fortalecia internamente, a luta contra o preconceito na mídia e na sociedade continuava a ser um desafio imperante para o Grupo.

Outras ações em resposta ao preconceito nasciam organicamente nos encontros de sextas-feiras. Naquele mesmo ano, a ação “Boa Noite, Cinderela” visava prevenir os homossexuais contra os recorrentes ataques aplicados em boates no contexto carnice, onde substâncias químicas eram colocadas nas bebidas das vítimas. A ação foi uma resposta aos diversos relatos de violência, opressão e medo por parte dos frequentadores do Grupo. O material gráfico, idealizado por Caê Rodrigues, foi feito em conjunto com ativistas e vítimas do “golpe”.

## A 17ª Conferência da ILGA, um marco do movimento

Um dos marcos da visibilidade do ativismo brasileiro nessa década, com reconhecimento nacional e internacional, foi a organização da 17ª Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas – ILGA, que ocorreu entre 18 e 25 de junho de 1995, sediada no Rio de Janeiro por iniciativa do Grupo Atobá, do 28 de Junho, do Triângulo Rosa e do Grupo Arco-Iris. A Conferência, que em 1995 era composta por mais de 400 grupos associados em todo o planeta, foi trazida para o Rio por iniciativa de ativistas desses grupos, a partir da proposta inicial de Adauto Belarmino, então presidente do Grupo Atobá.

A ideia surge em 1992, no encontro da ILGA que aconteceu em Viena, Áustria, durante a Conferência de Direitos Humanos, em que Adauto participava, e em 1993 em Nova Iorque é confirmada pela ILGA a sede da sua Conferência para 1995 no Rio de Janeiro. A iniciativa dos ativistas locais foi importante ainda que à época lhe faltassem recursos para tanto. Criase um comitê de organização do evento, liderado por ativistas do Grupo Arco-Iris incluindo Augusto Andrade, Luiz Carlos Freitas, Cláudio Nascimento, Rosângela Castro, John McCarth, Raimundo Pereira, e tendo Adauto Belarmino como a principal liderança envolvida na busca por investidores. Com coragem e ousadia, o trabalho de mobilização dentro e fora da comunidade, e o apoio de instituições como o SINDSPREV-RJ, Programa Integrado de Marginalidades do ISEER, Gerência de DST-Aids do Estado do Rio, Ministério da Saúde, permitiu que a Conferência acontecesse no Centro de Convenções do Hotel Rio Palace, na Praia de Copacabana.

1993

Pequena marcha homossexual com participação do Jornal Nós Por Exemplo e grupo Dignidade em Copacabana, RJ  
Fotografia com participação de marcha homossexual em Copacabana, RJ, 1993.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Pequena marcha homossexual com participação do grupo ATObA, em Copacabana, RJ  
Fotografia com participação de marcha homossexual em Copacabana, RJ, 1993.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

II Passeata Gay do Rio de Janeiro  
Recorte do Jornal Nós Por Exemplo, nº 13, ano II, março/abril, 1993.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



ATENÇÃO  
Dia 24 de Janeiro, 15 horas de 15h às 17h, no espaço de Atletismo  
**PARADA DAS MÁSCARAS**  
Você deve participar!  
Fale com seus amigos, até na rua, em um em um dos lugares gays do Rio de Janeiro: conheça, a rua!  
Materiais de Informação:  
NÓS POR EXEMPLO nº 13  
Tel: (021) 227.8944

Parada das Máscaras  
Recorte do Jornal Nós Por Exemplo, nº 13, ano II, março/abril, 1993.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

I Passeata Gay do Rio de Janeiro  
Recorte do Jornal Nós Por Exemplo, nº 7, ano II, março, 1993.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



ARCO-IRIS  
Fotografia da Sede do Grupo Arco-Iris no bairro da Cruz Vermelha no Centro do Rio de Janeiro, 1994.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

Grupo Arco-Iris  
Recorte do Jornal Nós Por Exemplo, nº 13, ano II, setembro/outubro, 1993.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



1ª Mostra Arco-Iris de Filmes Gays e Lésbicos  
Folder da programação do evento, parte frontal, 1993.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



1ª Mostra Arco-Iris de Filmes Gays e Lésbicos  
Folder da programação do evento, parte posterior, 1993.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

1994

Boa Noite, Cinderela  
Folder da campanha Boa Noite, Cinderela, 1994.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Clipping do jornal O Dia sobre eventos nos Jardins do MAM-RJ  
Recorte do Jornal Nós Por Exemplo, nº 15, ano II, julho/agosto, 1994.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Clipping do jornal Folha de São Paulo "Rio será sede de congresso mundial de Homossexuais"  
Recorte do Jornal Nós Por Exemplo, nº 15, ano II, julho/agosto, 1994.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Clipping do jornal Folha de São Paulo "Passeata reúne 600 mil em NY"  
Recorte do Jornal Nós Por Exemplo, nº 15, ano II, julho/agosto, 1994.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Clipping do jornal O Globo "O dia do Orgulho Gay no Rio"  
Recorte do Jornal Nós Por Exemplo, nº 15, ano II, julho/agosto, 1994.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Agenda Cultural dos Grupos no Rio de Janeiro  
Recorte do Jornal Nós Por Exemplo, nº 17, ano II, novembro, 1994.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Edifício da Cruz Vermelha  
Fotografia da Sede do Grupo Arco-Iris no bairro da Cruz Vermelha no Centro do Rio de Janeiro, 1994.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



2ª Mostra Arco-Iris de Filmes Gays e Lésbicos  
Folder da programação do evento, parte interna, 1994.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Tarde de Convivência no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro  
Recorte do Jornal O Dia, 1994.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Tarde de Convivência no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro  
Recorte do Jornal O Brasil, 1994.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

Clipping do Jornal Folha de São Paulo sobre União Gay  
Recorte do Jornal Nós Por Exemplo, nº 14, ano II, maio/junho, 1994.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Casamento do Cláudio Nascimento e Adauto Belarmino  
Fotografia da cerimônia do casamento celebrada no Rio de Janeiro, 1994.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.



Casamento gay movimento  
Recorte do Jornal Nós Por Exemplo, nº 14, ano II, maio/junho, 1994.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.



Casamento do Cláudio Nascimento e Adauto Belarmino  
Fotografia do momento do beijo no casamento celebrado no Rio de Janeiro, 1994.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.

2ª Mostra Arco-Iris de Filmes Gays e Lésbicos  
Folder da programação do evento, parte externa, 1994.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Marcando um momento histórico para o Movimento LGBT+ no Brasil, a Conferência, que contou com a presença de representantes do Governo Estadual, Municipal, Federal e do Poder Legislativo, reuniu mais de 1.800 participantes de 40 países, sendo a maior Conferência da ILGA já realizada até aquele momento. O envolvimento de políticos e governantes neste evento foi determinante para as conquistas alcançadas naquele ano. No campo jurídico, o ponto mais alto das lutas por direitos LGBT+ (à época GLBT) envolvia a pauta da reivindicação pela união civil entre pessoas do mesmo sexo. Em 1995, seguindo uma agenda internacional, a Conferência da ILGA deflagrou esse debate no contexto do Brasil, com o projeto de lei 1151/95, conhecido como projeto de Parceria Civil Registrada, criado pela então deputada federal Marta Suplicy (PT), recém-eleita. A deputada lança o projeto de lei da União Civil na conferência, tendo bastante destaque na imprensa brasileira. Ela, ao lado do cantor Renato Russo, foram homenageados como madrinha e padrinho da Conferência, tendo sido apoiadores fundamentais para sua realização. É importante demarcar que o Movimento LGBT+, depois de um período forte de recuo, vinha numa crescente reestruturação, que possibilitou em janeiro de 1995 fundar, no Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, a primeira entidade de caráter nacional. Hoje contamos com mais de 20 entidades nacionais, com a Aliança Nacional LGBTBI+, União Nacional LGBT, Rede Trans Brasil, Rede Gay do Brasil, Fórum Nacional de Pessoas Trans Negras, Associação Brasileira de Estudos da Trans Homocultura, Liga Brasileira de Lésbicas, Articulação Nacional de Travestis e Transsexuais, Articulação Brasileira de Lésbicas, Rede Lesbi de pesquisãs, entre outras entidades.

## Lésbicas, gays e travestis em marcha

Nos anos após a retomada da democracia no país, a Conferência da ILGA impulsionou um movimento mais duradouro de afirmação na cena pública brasileira. É neste contexto que acontece a primeira Parada do Orgulho LGBT+ do Brasil, na época intitulada a primeira Marcha pela Cidadania Plena de Gays e Lésbicas, realizada logo após a Conferência da ILGA, 25 de junho de 1995. No ideário do Grupo Arco-Íris, o mais importante era aproveitar o evento para gerar ampla visibilidade das pautas da comunidade de gays, lésbicas, travestis, entre as quais se destacavam a luta por direitos civis, incluindo os direitos das pessoas trans e travestis, a união civil, o combate à violência e à epidemia do HIV e da Aids. A Marcha, que reuniu centenas de pessoas, se tornou o principal evento político-cultural organizado pelo Grupo, se repetindo anualmente na praia de Copacabana, com a segunda edição já em 1996, fazendo até 2023, 28 edições.

"Luiz, meu ex- companheiro, estava encarregado de levar a bandeira do Arco-Íris, que era o orgulho de todos. Ela media cem metros de comprimento por dez de largura. No dia do evento, poucas horas antes de seu início, ao chegar à sede do grupo, na Praça São Salvador, o caseiro Manoel o recebe desesperado. Ele havia recebido vários telefonemas nos quais desconhecidos

ameaçavam citando os nomes: se a marcha fosse realizada, Luiz, Augusto e Cláudio seriam mortos. A marcha foi para as ruas." (ANDRADE, 2002 p.128). Aqui os nomes citados eram os de Luiz Carlos Freitas, Augusto Andrade e Cláudio Nascimento.

Os anos 1990 foram marcados pelo florescimento das primeiras Paradas do Orgulho no Rio de Janeiro (1995) e São Paulo (1997), o que foi possível graças a um contexto político favorável, mas que não escondia os limites de uma democracia que ainda apresentava restrições às dissidências sexuais e a pessoas não-conformantes com os padrões de gênero. Com avanços importantes no que concerne a visibilidade de gays, lésbicas, transexuais e travestis, as primeiras paradas introduziram no país o uso da bandeira do arco-íris, inspirado nas paradas que ocorriam nos Estados Unidos, associando a imagem da comunidade a algo positivo e à vitalidade – em contraponto ao símbolo do Triângulo Rosa, adotado como símbolo pelos ativistas de épocas anteriores. Na praia de Copacabana, em 1995, ocorria o primeiro "beijação", ato público inédito de beijos à luz do dia que se inspirava na famosa frase do escritor homossexual Oscar Wilde, mas afirmando o "amor que não ousava dizer o seu nome" agora ocupava as ruas sem culpa e medo.

## O primeiro casamento, um ato político

Considerado pela imprensa como um "ato de protesto", o primeiro casamento público entre pessoas do mesmo sexo de que se tem notícia no Brasil ocorreu em 29 de

***O primeiro casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, foi considerado um "ato de protesto"***

abril de 1994 na sede do SINDSPREV-RJ, no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro. A união simbólica entre Cláudio Nascimento e Adauto Belarmino Alves, ativistas homossexuais, reuniu cerca de 150 pessoas e foi consagrada por dois ex-seminaristas da Igreja Católica, Eugênio Ibiapino e Paulo Fuhr, que foram encunhados e expulsos da igreja como decorrência da realização. Essa que foi a primeira cerimônia pública de um casamento gay realizada no país, contou ainda com as parlamentares Jurema Batista e Rose Souza como madrinhas, e Raimundo Pereira, do Grupo Atobá e Jane De Castro, cantando Ave Maria de Gounod. Os dois militantes assinaram um contrato particular de casamento, chamado Contrato de Sociedade de Fato, com firma registrada em cartório. Ambos estavam vestindo smoking branco com coroa de flor de laranjeira na cabeça, e setaram a sua união na presença de amigos e personalidades, com direito a enxoval e lista de presentes na antiga loja de departamentos Mesbla.

Após o evento, Cláudio e Adauto assumiram o casamento em rede de televisão, sendo o primeiro casal a falar abertamente sobre a relação de um casal homoafetivo que também era soro diferente (ná época, o termo usado era sorodiscordante) – Adauto era HIV positivo e Cláudio negativo. A relação foi tema de entrevista no programa da Hebe Camargo, em 1995, o casal deu várias entrevistas a jornais na época e participaram de debates no Brasil e no exterior, ao mesmo tempo em que sofriam constantes ameaças de morte, tendo que andar com o acompanhamento de segurança durante os primeiros 6 meses após a cerimônia.



**XVII Conferência Internacional de Gays e Lésbicas**  
Cartão Postal, 1995.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



**XVII Conferência Mundial ILGA - Direitos e Oportunidades**  
Cartão Postal, 1995.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



**1ª Marcha Pela Cidadania Plena de Gays e Lésbicas**  
Fotografia de participante na Marcha durante a Conferência da ILGA, na Orla de Copacabana, Rio de Janeiro, 1995.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



**1ª Marcha Pela Cidadania Plena de Gays e Lésbicas**  
Fotografia de participantes com faixas na Marcha durante a Conferência da ILGA, na Orla de Copacabana, Rio de Janeiro, 1995.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



**VIII Encontro Brasileiro Gays e Lésbicas e I Encontro Gays e Lésbicas que trabalham com Aids**  
Fotografia com participantes do VIII Encontro Brasileiro Gays e Lésbicas e I Encontro Gays e Lésbicas que trabalham com Aids. Anteriormente Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), atualmente é o Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, 1995.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



**VIII Encontro Brasileiro Gays e Lésbicas e I Encontro Gays e Lésbicas que trabalham com Aids**  
Fotografia com participantes do VIII Encontro Brasileiro Gays e Lésbicas e I Encontro Gays e Lésbicas que trabalham com Aids. Anteriormente Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), atualmente é o Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, 1995.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



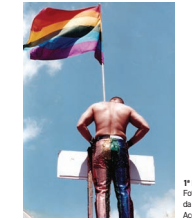
**VIII Encontro Brasileiro Gays e Lésbicas e I Encontro Gays e Lésbicas que trabalham com Aids**  
Fotografia com participantes do VIII Encontro Brasileiro Gays e Lésbicas e I Encontro Gays e Lésbicas que trabalham com Aids. Anteriormente Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), atualmente é o Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, 1995.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



**VIII Encontro Brasileiro Gays e Lésbicas e I Encontro Gays e Lésbicas que trabalham com Aids**  
Fotografia com participantes do VIII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, 1995.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



**Lançamento do Projeto de União Civil**  
Fotografia de Maria Suplicy no lançamento do projeto da União Civil durante o evento da 17ª Conferência Mundial ILGA, 1995.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



**1ª Marcha Pela Cidadania Plena de Gays e Lésbicas**  
Fotografia de participante na Marcha durante a Conferência da ILGA na Orla de Copacabana, Rio de Janeiro, 1995.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro

**1ª Marcha Pela Cidadania Plena de Gays e Lésbicas**  
Fotografia dos membros do Grupo Arco-Íris com faixa na Marcha durante a Conferência da ILGA na Orla de Copacabana, Rio de Janeiro, 1995.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



**1ª Marcha Pela Cidadania Plena de Gays e Lésbica**  
Fotografia de participantes com a bandeira do Arco-Íris na Marcha durante a Conferência da ILGA, na Orla de Copacabana, Rio de Janeiro, 1995.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



**Gay Games**  
Evento esportivo internacional realizado durante a conferência da 17ª da ILGA Cartão postal, 1995.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



**Abertura da XVII Conferência Internacional de Gays e Lésbicas**  
Fotografia de participantes em auditório durante abertura da conferência no Hotel Rio Palace, Rio de Janeiro, ano 1995.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



**1ª Marcha Pela Cidadania Plena de Gays e Lésbicas**  
Fotografia de participante com a bandeira do Arco-Íris na Marcha durante a Conferência da ILGA, na Orla de Copacabana, Rio de Janeiro, 1995.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro

**1ª Marcha Pela Cidadania Plena de Gays e Lésbicas**  
Convite para a primeira marcha realizada durante a conferência da 17ª ILGA no Rio de Janeiro, 1995.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



**Boletim da ABGLT**  
Capa do Boletim da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis, Transgêneros e Intersexo, 1996.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro

Tendo recebido reconhecimento mundial, em 1994 Adauto Belarmino foi o primeiro ativista a receber o prêmio internacional de direitos humanos pela Human Rights Reebok Foundation na Universidade de Harvard nos Estados Unidos. Em 1997, Adauto vem a falecer por complicações da Aids. Cláudio não teve nenhum direito reconhecido como cônjuge.

### Da resistência à visibilidade lésbica

Em 29 de agosto de 1996, ocorre, no Rio de Janeiro, o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), sob a organização do Coletivo de Lésbicas (COLERJ), vinculado ao Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher, liderado pelas ativistas Neusa das Dores e Elizabeth Calvet. A data de início do evento marcaria, nos anos seguintes, o Dia da Visibilidade Lésbica, consolidada como um dos marcos do movimento de lésbicas, que anualmente também celebra o Dia do Orgulho Lésbico, como o 19 de agosto, em direta referência ao Levante do Ferro's Bar que aconteceu em São Paulo, em 1983, liderado por Roseli Roth. O Seminário, em 1996, foi impulsionado a partir das discussões na Conferência da ILGA, no ano anterior, que permitiu trocas entre diversos coletivos como o grupo Meninas do Rio (fundado entre 1993 e 1994), o Movimento Delas (1993), além do Grupo Arco-Íris, do Grupo Dignidade, Grupo Lésbico da Bahia, entre outros.

*Passam a ser organizados encontros e ações específicas voltados para as frequentadoras lésbicas*

No contexto do Grupo Arco-Íris, também a partir de 1996, por iniciativa da ativista Rosângela Castro, passam a ser organizados encontros e ações específicas voltados para as frequentadoras lésbicas. Ainda que em minoria nas reuniões do Grupo, as participantes começavam a reivindicar uma agenda de saúde e debates direcionados para temas como a saúde feminina, auto-estima, amor e a socialização entre mulheres lésbicas. As reuniões quinzenais, organizadas por Rosângela, deram origem a ações específicas, entre 1996 e 1997, como a cartilha "Espelho de Mim", primeira cartilha de saúde para lésbicas, e o projeto "Que Noite é essa, Cinderela?", de orientação e prevenção sobre golpe que dopava homens gays e também passava a atingir lésbicas.

### Gays, lésbicas e travestis disputando a política

Nos anos 1990, algumas das pautas do movimento ganham maior atenção no campo político. Em 1994, a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva foi a primeira a incluir ações explícitas de proteção de gays, lésbicas e travestis, recebendo forte oposição, naquele ano, de entidades católicas durante a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil. Ainda assim as propostas são mantidas, o que irá despertar maior interesse de alguns ativistas e membros da comunidade que passam a considerar a viabilidade de suas futuras candidaturas.



**1º Seminário Nacional de Lésbicas**  
Capa de relatório do primeiro Seminário Nacional de Lésbicas realizado no Rio de Janeiro, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro



**Campanha Eleitoral de Virginia Figueiredo**  
Folder sobre a campanha a vereadora da candidata Virginia Figueiredo, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro



**Campanha Eleitoral de Virginia Figueiredo**  
Folder sobre a campanha a vereadora da candidata Virginia Figueiredo, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro



**Campanha Eleitoral de Virginia Figueiredo**  
Folder sobre a campanha a vereadora da candidata Virginia Figueiredo, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro

**"Os Gays na Política"**  
Recorte do Jornal do Brasil, sobre a presença de homens gays na campanha eleitoral de 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro



**Campanha Eleitoral de Claudio Nascimento**  
Folder sobre a campanha a vereador com perfil do candidato Claudio Nascimento, na Av. Atlântica em Copacabana no Rio de Janeiro, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro



**Campanha Eleitoral de Claudio Nascimento**  
Convite para carreta realizada pela organização da campanha para vereador do candidato Claudio Nascimento, na Av. Atlântica em Copacabana no Rio de Janeiro, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro



**Campanha Eleitoral de Claudio Nascimento**  
Cartina realizada pela organização da campanha para a vereadora da candidata Claudio Nascimento, na Av. Atlântica em Copacabana no Rio de Janeiro, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro



**Campanha Eleitoral de Virginia Figueiredo**  
Folder sobre a campanha a vereadora da candidata Virginia Figueiredo, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro



**Campanha Eleitoral de Virginia Figueiredo**  
Folder sobre a campanha a vereadora da candidata Virginia Figueiredo, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro



**2ª Marcha Pela Cidadania Plena de Gays, Lésbicas e Travestis**  
Fotografia da diretora do Grupo Arco-Íris na segunda marcha, realizada na orla de Copacabana no Rio de Janeiro, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro



**2ª Marcha Pela Cidadania Plena de Gays, Lésbicas e Travestis**  
Fotografia da Rosângela Castro do Grupo Arco-Íris na segunda marcha, realizada na orla de Copacabana no Rio de Janeiro, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro



**2ª Marcha Pela Cidadania Plena de Gays, Lésbicas e Travestis**  
Fotografia participante na segunda marcha com a faixa do Grupo Arco-Íris, realizada na orla de Copacabana no Rio de Janeiro, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro



**2ª Marcha Pela Cidadania Plena de Gays, Lésbicas e Travestis**  
Fotografia das faixas e a bandeira do Arco-Íris na segunda marcha, realizada na orla de Copacabana no Rio de Janeiro, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro



**2ª Marcha Pela Cidadania Plena de Gays, Lésbicas e Travestis**  
Fotografia das faixas e a bandeira do Arco-Íris na segunda marcha, realizada na orla de Copacabana no Rio de Janeiro, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro



**Cartão de Virginia Figueiredo**  
Cartão de campanha de Virginia Figueiredo, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro



**Ato contra discriminação Bar Bofetada RJ**  
Fotografia do Bar Bofetada na zona sul do Rio de Janeiro, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro



**Ato contra discriminação Bar Bofetada RJ**  
Fotografia participativa com faixas no ato contra discriminação no Bar Bofetada, na zona sul do Rio de Janeiro, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro



**Ato contra discriminação Bar Bofetada RJ**  
Fotografia participativa com faixas no ato contra discriminação no Bar Bofetada, na zona sul do Rio de Janeiro, 1996. Arquivo: Museu Movimento LGBTB+ do Rio de Janeiro

Em 1996, um acordo entre grupos de ativistas do Rio de Janeiro organiza estratégias conjuntas para propor candidaturas de gays e lésbicas na política local. A importância de atuação na política já era compartilhada por membros do Grupo Arco-Iris que decidiram apoiar o nome de Cláudio Nascimento Silva como vereador da cidade do Rio. Além de Cláudio, que foi o candidato homossexual mais bem votado do país, a campanha incluía as candidaturas de Virgínia Figueiredo, a primeira lésbica a ser lançada, e Gerardo Santiago, sindicalista assumidamente gay, concorrendo nas eleições do Rio de Janeiro.

Encabeçando a vanguarda, Kátia Tapety nos anos 1990, foi a primeira travesti a se candidatar a um cargo político na história do Brasil, concorrendo a vereadora no Piauí. Kátia foi eleita no município de Colônia do Piauí em 1992, reeleita em 1996 e 2000.

A construção de laços com vereadores e deputados que se tornavam aliados da causa "GLBT" permitiu aos grupos uma maior agência política em âmbito municipal e estadual. Por meio da ação contínua junto a seus apoiadores nas câmaras municipais e assembleias legislativas, os grupos começaram a ocupar um lugar de maior relevo na vida política. Já em seus primeiros anos de existência, o Grupo Arco-Iris havia estabelecido parcerias com apoiadores como Jurema Batista (vereadora), Rose Souza (deputada estadual), Heloneida Studart (deputada estadual, feminista), Carlos Minc (ativista pelo meio ambiente), Augusto Boal (vereador), Fernando Gabeira (na época, deputado federal).

**A construção de laços com vereadores e deputados permitiu aos grupos uma maior agência política**

No âmbito legislativo, o período é marcado por algumas conquistas importantes em nível municipal. Em 1996, a Câmara do Rio de Janeiro aprovou a lei municipal que estipula penalidades a estabelecimentos comerciais que discriminem pessoas em razão da orientação sexual. Proposta por iniciativa de diversos grupos de ativistas, como o Arco-Iris, o Atobá, o COLERJ, o 28 de Junho e o Triângulo Rosa, a lei, de autoria dos vereadores Jurema Batista e Augusto Boal, foi uma das primeiras leis municipais contra a discriminação a ser sancionada no país.

**A nova mídia GLS: uma imagem "positiva"**

A nova guinada social e política dos anos 1990 teve como consequência o nascimento de um mercado que adotou a sigla GLS – abreviação para Gays, Lésbicas e Simpatizantes – testemunhando um clima *gay friendly* que estava sendo importado ao Brasil, e, ao mesmo tempo, encontrando resistência de alguns ativistas devido ao seu caráter comercial e pouco politizado. Na onda de um mercado favorável, e tendo como público alvo a classe média brasileira, surge no país um maior número de revistas e veículos de comunicação. Entre elas, marcaram época a revista *Sui Generis*, o jornal *Nós Por Exemplo*, a revista *G Magazine*, além

do site *GLS Planet* e do festival *Mix Brasil* entre outros veículos importantes que permitiram aumentar a circulação de informação sobre uma cultura homossexual no território brasileiro.

A sigla GLS, que incluía os simpatizantes de forma abrangente, foi incisivamente rejeitada por militantes e grupos organizados por se pautar numa estratégia de mercado e não no ativismo, disseminando uma imagem "higienizada", que excluía, por exemplo, transexuais, travestis e pessoas negras. Popularizada em feiras e eventos da classe média, a sigla GLS facilitou o terreno para a eclosão de atividades culturais ligadas à homossexualidade com repercussão mais ampla porém focada na classe média e em grupos específicos.

Em 1993, foi criado o Festival Mix Brasil da Diversidade Sexual, com sua primeira edição naquele ano apresentando um amplo painel de filmes que investigavam expressões marginais da sexualidade. O Mix Brasil se inspirou em festivais similares em lugares como Nova Iorque, Paris, Tóquio e Cidade do México, percorrendo diversas cidades brasileiras a partir de São Paulo e Rio de Janeiro e tendo sua programação apresentada em espaços representativos da cultura das elites, como centros culturais e museus.

A segunda metade da década permitiu maior visibilidade a casais de lésbicas e gays em veículos de comunicação populares, incluindo a representação em novelas, como "A Próxima Vítima" (em 1995) com o primeiro casal gay.

A homofobia, ainda que de forma mais ou menos velada, era persistente na cultura de massa, e o estigma associado à Aids repercutia na mídia abertamente. Desde 1994, em entrevista à Hebe Camargo, Cláudio Nascimento e Aduato Belarmino foram o primeiro casal sordidiscordante a falar para uma grande audiência sobre o casamento e a doença. A apresentadora, sem hesitar, pergunta: "Cláudio, como você convive com o Aduato, que é portador do HIV?" A resposta dada por ambos foi uma oportunidade para falar sobre sexo seguro e o amor entre dois homens na TV aberta.

Neste período, a partir das articulações e controle social de entidades Movimento Aids e LGBTI+, a luta contra o HIV e a Aids se estruturaram mais e obtiveram respostas governamentais consistentes que vão desde ações de prevenção comunitária, pesquisas comportamentais, atenção e assistência a pessoas com HIV-Aids, combate a discriminação e ao estigma e desrespeito aos direitos de pessoas HIV-Aids e de seus conjuges que não eram reconhecidos, apoiando diversas iniciativas comunitárias e de fortalecimento dos movimentos sociais. No entanto, por um lado foi um duro período para a comunidade LGBTI+ que seguiu sendo dizimada pela violência letal da LGBTIFOBIA ou pelas consequências da Aids e por outro, um momento estratégico de reestruturação e fortalecimento para as pautas de cidadania LGBTI+ que a luta contra a aids pavimentou.



Projeto Xô Coió

Folheto sobre o projeto Xô Coió, 1997. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Que noite é essa, Cinderela?

Informativo sobre prevenção para mulheres lésbicas, 1997. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



1ª Cartilha de saúde, Autoestima e Prevenção Aids

1ª Cartilha produzida pelo Grupo Arco-Iris sobre saúde, autoestima e prevenção, 1997. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



3ª Marcha Pela Cidadania Plena de Gays, Lésbica e Travestis

Convite para a terceira marcha na orla de Copacabana no Rio de Janeiro, 1997. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

## 1998 - 2002

### A busca por reconhecimentos, dignidades e referências positivas

Neste período o Grupo Arco-Iris (GAI) participou de diferentes manifestações pelos direitos LGBTI+ e em favor de pautas outras populações marginalizadas, e esteve à frente de ações que buscavam educar, com referências positivas, a população LGBTI+ e a sociedade em geral. Ocorreram diferentes desdobramentos nas vidas das pessoas que enfrentavam a solidão, o isolamento e a vulnerabilidade como resultados de estigmas produzidos pelas ações e sujeitos conservadores. O GAI, dessa forma, acolhia e também ensinava sobre a diferença e pluralidade como algo a ser convivido, celebrado e parte fundamental da sociedade.

Em 1997 Cláudio Nascimento e Ezio Távora passaram a coordenar o **Projeto Rio Buddy** que realizava acompanhamento domiciliar de pessoas vivendo com HIV/Aids. O projeto tinha apoio

da **Comissão da União Europeia, da ICCO - Holanda**, era promovido pelos grupos **Pela Vidda-RJ** e o **Arco-Iris**. Nos primeiros anos, mais de 2 mil pessoas foram acolhidas. Atendia-se 80% de pessoas homossexuais em ações como acompanhamento em uma consulta médica, visitas domiciliares, apoio emocional e ajuda para adesão ao tratamento, como o uso regular das terapias antiretrovirais. Dessa forma, o programa atuou na diminuição da solidão e na qualidade de vida das pessoas. Em 2002 o projeto passa para uma etapa nacional, sendo criada a **Rede Buddy Brasil** com formação de lideranças da comunidade e apoio a realização de projetos locais, com alcance em 18 cidades brasileiras.

No ano de 1998 pessoas lésbicas e gays surdas passaram a procurar o Grupo Arco-Iris fazendo com que fossem desenvolvidas estratégias de acessibilidade para que pudessem participar dos encontros, realizados às sextas-feiras. Nessa época, Solange Rocha, atual presidente do Instituto Nacional

### Ocorreram diferentes desdobramentos nas vidas das pessoas

de Surdos, atuou junto ao grupo para promover a aproximação, orientação e acolhida. Solange, junto a intérpretes, participava das reuniões realizando as traduções para que as pessoas pudessem acompanhá-las. O Grupo Arco-Iris chegou a ter quase 40 (quarenta) pessoas surdas participando da reunião. Foi também iniciado o **Sexo Mais Seguro para Surdos Gays e HSH**, um grupo de saúde e prevenção para homens gays e um encontro específico para pessoas surdas gays e lésbicas. Coordenado por Ronice Oliveira, surda, negra e lésbica e Nelson Pimenta, pessoa surda e gay. A ação tinha como intérprete a falecida Alessandra Ramos, presidenta do Instituto Transformar, que atuou fazendo a integração com as pessoas surdas. Luiz Carlos Freitas fazia a interlocução institucional entre o Núcleo de Pessoas Surdas LGBT+ e restante dos outros projetos e áreas do Grupo Arco-Iris. Este núcleo se manteve em funcionamento durante quase oito anos com atividades específicas e de integração com pessoas ouvintes.

No mesmo ano é concebido dentro do Grupo Arco-Iris o projeto **Espelho de Mim** que abriu portas para o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos de lésbicas. Foi coordenado por Rosângela Castro e o primeiro projeto que se tem notícia no Brasil. O pioneirismo inspirou o Ministério da Saúde a criar políticas específicas voltadas para a saúde e prevenção de pessoas lésbicas, à época mulheres que fazem sexo com outras mulheres (MSM).

Após o COLERJ - Coletivo de Lésbicas do Estado do Rio de Janeiro, o Movimento de Lésbicas se aglutina mais ainda e constrói a Revista Visibilidade com o objetivo e esforço para produzir uma comunicação coletiva do grupo de lésbicas. Lideranças lésbicas de diversas entidades feministas e do movimento lésbico se juntam ao Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher (CEDICOM) e ao COLERJ nesta iniciativa, ambos sob a direção de Neusa das Dores Pereira e Elizabeth Calvet. Eram realizadas diferentes ações e socializações para a comunidade lésbica como oficinas, palestras, conferências, atividades culturais, sociais, políticas, dentre outras.

1998



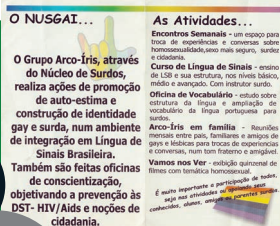
5º Aniversário do Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBTI+

Convite de aniversário do Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBTI+, 1998. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

1999

Núcleo de Surdos Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBTI+ (NUSGAI)

Folder sobre o núcleo de surdos do GAI, 1999. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Orgulho GLTS Rio 99

5ª Parada Pela Cidadania de GLTS do Rio de Janeiro

Recorte de jornal não identificado sobre a 5ª Parada Pela Cidadania GLTS do Rio de Janeiro, 1999. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

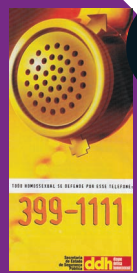
Folder Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBTI+

Folder com informações sobre o movimento LGBTI+, 1998. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Projeto SOMOS

Folder informativo sobre o projeto SOMOS, 1999. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Criação do 1º serviço de atendimento LGBTI+ do Brasil - Disque Defesa Homossexual

Folder informativo sobre o Disque Defesa Homossexual, 1999. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Ativistas em festa em sede do Grupo Arco-Iris

Fotografia de membros em festa na sede do Grupo Arco-Iris, 1998. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

No mesmo ano representante do Grupo Arco Íris integraram o **Comitê Nacional de Preparação da Participação Brasileira na Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata** que ocorreu em Durban, na África do Sul, no ano de 2001. Naquela época, o Governo Federal buscava responder às demandas nacionais e internacionais para o combate ao racismo e à intolerância mundial. O posicionamento da país veio de uma resposta à atuação do Movimento Negro que reivindicava ao Estado Brasileiro ações afirmativas e reparatórias à profunda desigualdade racial, que resultavam em violências, na exclusão e negação de direitos básicos e da cidadania. Em dois anos preparatórios, o Comitê teve como objetivos principais identificar, organizar e sistematizar a agenda pública de participação do país; elaborar uma proposta para a posição brasileira no evento e a construção de um relatório com indicações de políticas públicas. Além do GAI, representado por Claudio Nascimento, negro, nordestino e gay, o comitê também contou com representantes de direitos humanos, pesquissadoras/es e ativistas negras/os, religiosos, indígenas, quilombolas e mulheres, estava pautando a interseção entre racismo, sexualidade e gênero. O convite ao GAI, representante do segmento homossexual afrodescendente, foi uma surpresa pois era uma pauta que sofria resistência na agenda de direitos humanos no Brasil e nos debates sobre a cidadania LGBTI+. Um momento em que várias forças políticas e as mãos invisíveis de setores da igreja se mobilizaram contra.

Ainda em 1998, o então deputado estadual Carlos Minc apresentou um projeto de lei para considerar de Utilidade Pública o Grupo Arco-Íris. Houve um grande debate na ALERJ, em duas diferentes sessões, com o engajamento de conservadores que discutiam o mérito e conteúdo do projeto e a tentativa de impedir a concessão do título. Parlamentares extremistas presentes fizeram declarações e provocações homofóbicas, defendendo a "cura gay" e a "prova da farinha". O Grupo Arco-Íris como resposta e resistência organizou uma mobilização que encheu as galerias da Assembleia Legislativa fazendo com que o projeto fosse aprovado.

Também nesse ano é fundado, no âmbito da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o Centro de Referência Contra a Violência e Discriminação ao Homossexual (CERCONVIDH). O centro organizava ações de formação, sensibilização e capacitação das polícias civil e militar dentre outras que buscavam o enfrentamento à homofobia, além de realizar o atendimento de vítimas de violência LGBTIfóbica. No mesmo ano foi criado o **Disque Defesa Homossexual (DDH)** como um resultado do trabalho realizado entre diferentes entidades de defesa homossexual do Rio de Janeiro com a Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria Estadual de Segurança. A ação tinha como objetivo dar uma resposta a LGBTIfobia, chamada à época de homofobia, assim como aprimorar o direito à segurança das minorias sexuais. Diferentes grupos atuaram, sendo parceiros, na criação e desenvolvimento do DDH e do CERCONVIDH como o Arco-Íris, o Atobá, o COLERJ, o ABGLT, o Água Viva, o Astra, o Cedoicom, o Cedus, o Criola, o Grito G, o Grupo 28 de Junho, o Pim, o Movimento D'Ellas e o Turma OK. Casos de extorsão e violência passaram a ser identificados como os mais expressivos e, provavelmente, o forte preconceito, produtor de vergonha e silêncio, muitas vezes

impossibilitou as vítimas na realização de registros de ocorrência na polícia.

O Brasil continuou sendo um país de diferentes

e altos índices de violência com a população LGBTI+, mesmo com conquistas do movimento como a retirada da homossexualidade do quadro de doenças da OMS no ano de 1990. Assim, no ano de 1999, após diferentes discussões e a mobilização do Grupo Gay da Bahia, do Grupo Arco-Íris e outros grupos, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publica a Resolução CFP Nº 01/99 que estabeleceu normas de atuação para psicólogas/os em relação à questão da orientação sexual. A promoção do bem-estar das pessoas e da humanidade e ações voltadas para reflexões que buscassem diminuir e extinguir o preconceito, discriminações e estigmas passaram a compor as normas e condutas previstas na resolução. Práticas e discursos violentos e conservadores eram comumente tratados, e ainda são assim nomeadas, em diferentes contextos, por líderes e grupos, como "cura gay" e "terapias de recuperação".



II Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da América Latina e Caribe. Fotografia de participantes em mesa durante a II Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da América Latina e Caribe, 2000. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Cidadania Homossexual Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+. Folder sobre o cidadão homossexual produzido pelo Grupo de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2000. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro.

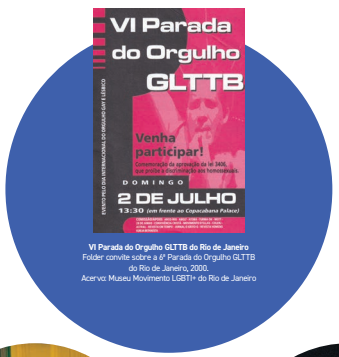
Homossexuais Têm Direitos. Folder sobre direitos de pessoas homossexuais, 2000. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



II Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da América Latina e Caribe. Fotografia de participantes em auditório durante a II Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da América Latina e Caribe, 2000. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



II Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da América Latina e Caribe. Fotografia de participantes em mesa durante a II Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da América Latina e Caribe, 2000. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



VI Parada do Orgulho GLTTB do Rio de Janeiro. Folder convite sobre a VI Parada do Orgulho GLTTB do Rio de Janeiro, 2000. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



II Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da América Latina e Caribe. Fotografia do performance da Drag Queen Lola Balalhão durante a II Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da América Latina e Caribe, 2000. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Sem as Mulheres os Direitos Não São Humanos. Cartaz de campanha por ocasião do cinquentenário da declaração universal, 2000. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

Em 2000, o então Deputado Estadual Carlos Minc atuou de forma essencial à frente de algumas iniciativas sobre as questões da população LGBTI+. Dentre elas a Lei 3406, que proibia para estabelecimentos a discriminação por orientação sexual no Estado do Rio de Janeiro. Em 2001 foi a vez da Lei 3786 que garantia o direito a pensão à/ao cônjuge do mesmo sexo de servidoras/es públicos estaduais.

Nos anos 2000, Cláudio Nascimento, do Grupo Arco-Íris, foi convidado pelas Polícias Militar e Civil, através da Secretaria de Segurança Pública, para atuar como professor de aulas para as instituições. A população LGBTI+ já era, há anos, alvo de violentas investidas de uma cultura autoritária, conservadora e abusiva. Cláudio passou a coordenar um programa pioneiro, com duração de um ano, que tinha como objetivo sensibilizar Policiais das Guardas Civil e Militar em temas como Direitos Humanos e homossexualidade, formando mais de 1.800 policiais militares e 400 policiais civis.

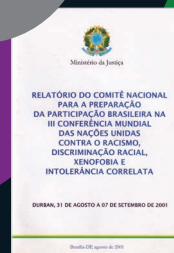
*A experiência também ofereceu oportunidades como o estreitamento de relações*

Ainda em 2000, O Grupo Arco-Íris sediou a **Conferência Latino-americana e Caribenha de Pessoas LGBTI+** e nesta conferência foi fundada a **Associação Internacional de LGBTI+ na América Latina e Caribe (ILGALAC)**. O encontro aconteceu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob a coordenação do GAI e reuniu mais de 300 ativistas e militantes de 14 países da América Latina e Caribe. Com isso foi possível abrir um canal de comunicação e experiências entre diversos grupos LGBTI+ na região.

Em 2001, o Grupo Arco-Íris participa da **Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata** na África do Sul. Até a participação na Conferência o tema sobre a homossexualidade sofreu diferentes resistências de setores conservadores. Entretanto, a experiência também ofereceu oportunidades como o estreitamento de relações e a realização de debates que incluíam e legitimavam a discussão sobre a questão da orientação sexual e gênero como questões que não podiam ser separadas da discriminação racial, pautando a interseccionalidade.

**1º Documento oficial com capítulo específico sobre LGBT no relatório da Conferência Contra o Racismo na África**

Relatório do Comitê Nacional para Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, 2001.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**2001**

**Tarde de Convivência no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro**

Fotografia com participantes da Tarde de Convivência LGBTI+ no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2001.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

2002

Também em 2001 foi produzido um relatório que orientava a Posição Brasileira na Conferência Mundial e recomendava um conjunto de ações ao Estado Brasileiro para enfrentar diversas formas de discriminação. O documento tem um valor histórico, pois foi o primeiro documento oficial brasileiro a dedicar um capítulo específico para a cidadania LGBTI+homossexuais e trans. Também foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação com indígenas, negras/os, e, pela primeira vez, pessoas LGBTI+. A questão da orientação sexual não foi incluída nos documentos oficiais de Durban, mas trouxe desdobramentos para o movimento, pois preparou seus sujeitos e o contexto para a implementação de políticas públicas no Brasil no período pós-conferência, ampliou a visibilidade e deu continuidade aos caminhos construídos para a agenda.

A Parada do Orgulho LGBTI+ na cidade do Rio de Janeiro teve pela primeira vez, na sua oitava edição em 2002, o apoio da Prefeitura e dos governos estadual e federal. Com a campanha, buscou-se chamar atenção da sociedade e do Poder Público para

questões que refletissem aquilo que o movimento buscava reconhecer e afirmar. Tornava-se também uma forma de sair do armário, mostrar que estamos aqui há anos, que "Somos milhões e estamos em todas as partes". Esse novo momento da Parada do Orgulho LGBTI+ no Rio de Janeiro lançou as estruturas grandiosas de trio elétrico e uma estratégia de comunicação. Passa a ser vinculada ao evento uma programação cultural que incluía formadores de opinião, apoios de artistas e personalidades globais e com campanha da Parada elabora pelo designer Gringo Cardia.

No mesmo ano também foi lançado o Prêmio Arco-Íris de Direitos Humanos que reconhecia e premiava pessoas que se destacavam na luta pelos Direitos Humanos. A 8ª Parada do Orgulho LGBTI+ ocorreu ao mesmo tempo que a Final da Copa do Mundo daquele ano. Com a vitória do Brasil muitas pessoas foram vestidas de verde e amarelo, evidenciando que não somos pessoas com menos direitos que as/os demais cidadãs/ãos. Essa Parada levou a ruas 130 mil pessoas à Praia de Copacabana, se tornando daí em diante em um movimento de massas, sendo conhecida até hoje como a Parada da Virada.

Encontro de Autoestima e Cidadania na sede do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ Fotografia com participantes de um dos encontros de autoestima e cidadania realizados pelo Grupo Arco-Íris LGBTI+, 2002. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Encontro de Autoestima e Cidadania na sede do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ Fotografia com participantes de um dos encontros de autoestima e cidadania realizados pelo Grupo Arco-Íris LGBTI+, 2002. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Campanha Carnaval + Seguro Fotografia com artistas do movimento LGBTI+ durante a campanha em Copacabana, 2002. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Campanha Carnaval + Seguro Fotografia com artistas do movimento LGBTI+ durante a campanha em Copacabana, 2002. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

Esse novo momento lançou as estruturas grandiosas de trio elétrico e uma estratégia de comunicação



Campagna de prevenção 'Aproveite Enjoy Aproveche' Cartaz da campanha da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Aiba) em parceria com o Ministério da Saúde, 2002. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



XI Encontro Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e Aids Cartaz do 11º Encontro Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e Aids, do Rio de Janeiro, no Hotel Otton Palace, 2002. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



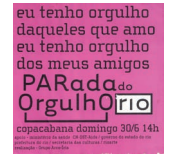
Campagna Carnaval + Seguro Fôlter da campanha Carnaval + Seguro com a Drag Queen Lola Batalhã, 2002. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



VII Parada do Orgulho GLTB do Rio de Janeiro 'Eu Tenho Orgulho' Fôlter da 7ª Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2002. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Estado cria Grupo de Proteção para LGBTs Recurso reportagem do Jornal O Dia, 30 de junho de 2002, do Rio de Janeiro sobre a criação do órgão para proteção da comunidade LGBTI+, 2002. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



VII Parada do Orgulho GLTB do Rio de Janeiro 'Eu Tenho Orgulho' Fôlter da 7ª Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2002. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



União civil espera votação há seis anos Fôlter da campanha de apoio à aprovação da Lei de União Civil (proposta nº 436/01), 2002. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

Reportagem sobre a Parada do Orgulho Recurso reportagem do Jornal O Dia, 30 de junho de 2002 sobre a Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2002. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

## 2003-2007

### A "Parada da virada": um evento para as massas

A partir de 2002, com a primeira Parada do Orgulho LGBTI+ que recebe financiamento pela Prefeitura do Rio de Janeiro, conhecida como a "Parada da Virada" o evento que passa a agregar centenas de milhares de pessoas na Praia de Copacabana adquire visibilidade sem precedentes e grande adesão da massa de apoiadores ao movimento. À frente da organização de um evento de visibilidade massiva, o Grupo Arco-Iris tem as suas atividades direcionadas a um público inalcançável em eventos anteriores, chegando a 300 mil participantes já em 2003. A nova estrutura da Parada do Rio e o aumento do público diretamente envolvido não impediu que os ativistas do Arco-Iris mantivessem os encontros mais intimistas voltados para os seus membros, como as tardes de sexta-feira em sua sede e as ações para apoio comunitário e atuação frente ao poder público para que a cidadania LGBTI+ pudesse avançar.

### A Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio chega a reunir um milhão de pessoas

Com o aumento de investimentos e a cobertura da mídia, incluindo a participação de artistas e celebridades, a Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio chega a reunir um milhão de pessoas em 2007, se tornando, junto à Parada de São Paulo, os dois maiores eventos do país voltados para a comunidade LGBTI+.

### Um novo momento político de esperança

O início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) em janeiro de 2003, trouxe muita esperança de ativistas em todo o país sobre a almejada inclusão das pautas LGBTI+ de maneira mais potente e eficaz, nas políticas a serem implementadas pelo Governo Federal. No entanto, a demora por uma agenda específica e a falta de diálogos contínuos nos primeiros meses de governo levaram à demanda por um posicionamento mais consistente em relação às pautas. Até outubro daquele ano, não havia clareza das políticas a serem executadas para a comunidade. Seria com a proposição de demandas específicas, dialogadas a nível nacional, que no final daquele ano o governo começaria a apresentar propostas mais consistentes envolvendo a participação civil.

### O Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais em Manaus, 2003

Em outubro de 2003 o XI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais, organizado em Manaus, marca um momento de maior participação nacional, sendo a primeira reunião sediada na região Norte do país. Os ativistas reunidos discutem em

profusão as pautas a serem cobradas ao governo Lula, diante da ausência de propostas concretas até aquele momento. Tratou-se de um momento de intenso diálogo entre lideranças de diversos grupos que buscaram discutir, num fórum inclusivo e democrático, quais seriam as políticas a serem implementadas. Na ocasião, o grupo encaminhou Ivair Augusto dos Santos, que havia sido responsável pelos direitos humanos no Governo de Fernando Henrique Cardoso, e se manteve em posição de diálogo com a comunidade no novo governo. A cobrança por um plano de políticas públicas a serem implementadas foi apresentada de forma incisiva, ainda que Ivair Augusto fosse considerado um aliado.

Uma das propostas apresentadas pela Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal até aquele momento envolvia a publicação de cartilhas sobre direitos humanos a serem divulgadas em âmbito nacional. A proposta foi recebida como insuficiente pelos ativistas que demandavam políticas públicas efetivas, e radicalizaram a sua

demanda a partir daquele momento: "não queremos cartilhas, queremos políticas públicas". O foco na educação sem de fato propor um programa de políticas públicas pareceu brando e ineficaz naquele contexto de grandes expectativas por mudanças em âmbito nacional.

### Representatividade e a luta por direitos em âmbito nacional

Entre as reivindicações do movimento ao governo federal, a criação de um conselho específico para o combate à discriminação a pessoas LGBTIs se impunha como parte de uma luta de longa data. A principal demanda era pela transformação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de pessoas negras, indígenas e LGBTs, criado em 2001 no Governo de FHC, em um conselho específico para a causa de pessoas LGBTI+, visto que já havia sido criada uma Secretaria de Igualdade Racial, estabelecida no início do Governo Lula.

Além disso, as lideranças em diálogo demandavam que os representantes de tais órgãos fossem eleitos pelo próprio movimento, e não pelo Governo Federal. Tal movimento permitiu maior legitimidade dos atores representantes dos diversos segmentos da comunidade no conselho de controle social no governo, elegeo em outubro de 2003 Cláudio Nascimento, Yone Lindgren e Janáia Dutra, que chegaram no conselho com um mandato político, gestado no âmbito do Encontro de Manaus. Como ponto de partida, eles assumiram a responsabilidade de elaborar uma proposta de Programa de Combate à Violência, que seria o resultado de um longo processo de escuta das necessidades da comunidade em âmbito nacional.



2003

1ª Conferência Municipal de DST/AIDS do Rio de Janeiro  
Folder informativo sobre a primeira Conferência Municipal de DST/AIDS do Rio de Janeiro, 2003.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



PREFEITURA DO RIO  
1ª Conferência Municipal de DST/AIDS



Ato Público Contra o Projeto de Cura Gay  
Fotografia participantes com faixa no ato público contra o projeto de lei 717/2003 na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2003.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Não de Mole, Use Sempre Camisinha  
Folheto da campanha de prevenção Não de Mole, Use Sempre Camisinha, 2003.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Atto Público Contra o Projeto de Cura Gay  
Convite para o ato público contra o projeto de lei 717/2003 na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2003.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Atto Público Contra o Projeto de Cura Gay  
Fotografia participantes no ato público contra o projeto de lei 717/2003 na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2003.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Atto Público Contra o Projeto de Cura Gay  
Fotografia participantes com faixas na escadaria do Palácio Trádezes, no ato público contra o projeto de lei 717/2003 na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2003.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Aniversário de 10 anos do Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBTI+  
Convite para o 10º aniversário do GAI e entrega do Prêmio Arco-Iris de Direitos Humanos, parte frontal, 2003.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



10 ANOS  
FESTA 10 ANOS E ENTREGA DO PRÊMIO ARCO-IRIS DE DIREITOS HUMANOS  
Convite para o 10º aniversário do GAI e entrega do Prêmio Arco-Iris de Direitos Humanos, parte frontal, 2003.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



10 ANOS  
FESTA 10 ANOS E ENTREGA DO PRÊMIO ARCO-IRIS DE DIREITOS HUMANOS  
Convite para o 10º aniversário do GAI e entrega do Prêmio Arco-Iris de Direitos Humanos, parte frontal, 2003.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

VIII Parada do Orgulho Rio "Achar o Outro Como Eu É"  
Folheto de divulgação da 8ª Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro com participação do ator Eduardo Moscoviz, Camila Pranga e Marieta Severa (respectivamente) 2003.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Brasil Sem Homofobia  
Livro sobre o Programa de Combate à Violência e à Discriminação Contra GLBT e de Proteção da Cidadania Homossexual, 2004.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Brasil Sem Homofobia  
Livro sobre o Programa de Combate à Violência e à Discriminação Contra GLBT e de Proteção da Cidadania Homossexual, 2004.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Seu Voto Por um Estado Laico  
Adesivo de divulgação da campanha por votos em candidatos a favor do estado laico e contra a cura gay, 2004.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Seu Voto Pelo Estado Laico  
Cartilha de divulgação da campanha por votos em candidatos a favor do estado laico e contra a cura gay, 2004.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

Dia Nacional da Visibilidade Trans  
Folder sobre a criação do Dia Nacional da Visibilidade Trans, 2004.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Travesti e Respeito  
Folder da Campanha Travesti e Respeito, 2004.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Travesti e Respeito  
Folder da Campanha Travesti e Respeito, 2004.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



2004

Feira Cultural GLBT  
Folheto de divulgação da Feira Cultural GLBT que fez parte da programação da 9ª Parada do Orgulho LGBTI+ com participação do ator Caio Reynold, 2004.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Feira Cultural GLBT  
Folheto de divulgação da Feira Cultural GLBT que fez parte da programação da 9ª Parada do Orgulho LGBTI+ com participação do ator Caio Reynold, 2004.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



IX Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais  
"O Direito de Amar Quem Quiser - União Civil JÁ"  
Folheto de divulgação da 9ª Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro com participação da cantora Fernanda Abreu à esquerda, e do ator Eduardo Moscoviz, à direita, 2004.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



IX Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais  
"O Direito de Amar Quem Quiser - União Civil JÁ"  
Folheto de divulgação da 9ª Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro com participação da cantora Fernanda Abreu à esquerda, e do ator Eduardo Moscoviz, à direita, 2004.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



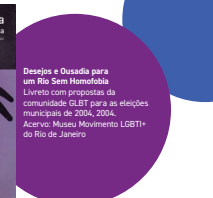
IX Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais  
"O Direito de Amar Quem Quiser - União Civil JÁ"  
Folheto de divulgação da 9ª Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro com participação da cantora Fernanda Abreu à esquerda, e do ator Eduardo Moscoviz, à direita, 2004.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



IX Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais  
"O Direito de Amar Quem Quiser - União Civil JÁ"  
Folheto de divulgação da 9ª Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro com participação da cantora Fernanda Abreu à esquerda, e do ator Eduardo Moscoviz, à direita, 2004.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Desejos e Ousadia para um Rio sem homofobia  
Livro com propostas da comunidade GLBT para as eleições municipais de 2004, 2004.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Desejos e Ousadia para um Rio sem homofobia  
Livro com propostas da comunidade GLBT para as eleições municipais de 2004, 2004.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

*Inicia-se um processo de intensas trocas e mobilização política*

## O caminhar em direção a um Programa Nacional de Combate à Discriminação

Já em 2002 o movimento havia emplacado uma rubrica orçamentária para a elaboração de um Programa Federal de Combate à Discriminação LGBT. Logo, o governo Lula iniciou com uma rubrica orçamentária aprovada pelo governo anterior. Em constante diálogo com agentes dos governos, o movimento já vinha construindo um lastro de participação na vida pública e na política que começava a apresentar frutos mais concretos, ainda que não na velocidade esperada. Apesar da lenta resposta do governo, já no final de 2003, o Conselho utilizou a rubrica aprovada para a elaboração de um plano para a construção compartilhada do Programa almejado.

Inicia-se um processo de intensas trocas e mobilização política internamente no governo federal, promovido por lideranças do movimento. De novembro de 2003 a maio de 2004, o processo de criação do Programa tomaria forma, levando os seus representantes a viajarem a Brasília muitas vezes por semana. Em dezembro de 2003, a primeira etapa de debates levou mais vários membros das comunidades envolvidas a se reunirem na capital que permitiu a identificação de necessidades e urgências. Nos meses que se seguiram, o Rio de Janeiro se destacou pela participação expressiva de militantes e acadêmicos que trabalharam junto ao Grupo Arco-Íris, com a ABGLT, o Grupo Dignidade para a escrita das propostas. Tratou-se de uma articulação entre militantes e academia que permitiu a elaboração do que seria o primeiro programa de políticas públicas para a comunidade LGBTBI na América Latina.

Posteriormente, o método adotado dependia da articulação política com ministros e seus secretários, seguida da negociação com assessores sobre as tomadas de decisão, e depois com as áreas específicas de políticas públicas envolvidas. Por último, a proposta retornava ao ministro para aprovação. Foi um debate frutífero de muitas trocas do movimento com o governo federal que levou ao lançamento do Programa Nacional em 16 de maio de 2004.

Naquele contexto, forças conservadoras e religiosas procuraram o governo semanas antes do lançamento para impedir a oficialização do Programa. Apesar da oposição de setores religiosos conservadores, o governo federal manteve o compromisso assumido e o Programa foi lançado.

## O Programa Nacional de Combate à Discriminação LGBT

Resultando de um processo participativo e de alto envolvimento das comunidades, o Programa foi constituído por 53 ações, com diretrizes específicas para auxiliar os 10 ministérios envolvidos a atuar para sua implementação. Tal conquista política do movimento se via acompanhada de uma onda de visibilidade pública massiva graças às Paradas do Orgulho. Tal visibilidade fortalecia e sustentava as bases da luta por direitos e por políticas públicas. O contexto favorável servia para chamar a atenção à urgência do combate à discriminação em um país historicamente marcado pela LGBTfobia. Pela primeira vez na história da República, o governo federal, a mídia e os ativistas falavam abertamente sobre o preconceito e a violência por tanto tempo camuflada.

## As Paradas do Orgulho como patrimônio

Já em 2003, aproveitando o momento de visibilidade crescente, o Grupo Arco-Íris lidera um movimento junto ao Ministério da Cultura do ministro Gilberto Gil, levando a demanda pelo reconhecimento da parada como manifestação cultural. Esta que era até então entendida apenas como uma manifestação política, devia passar a ser percebida como um ato político-cultural que fazia parte da expressão de uma comunidade com vastas contribuições para a cultura do país.

No mesmo ano, tem-se um parecer do Ministério da Cultura reconhecendo a Parada do Rio de Janeiro como uma manifestação cultural. O reconhecimento não se deu sem resistência, quando pareceristas mais conservadores dentro do Ministério colocaram empecilhos, questionando a Parada como uma manifestação da cultura. Em resposta a tal questionamento, o movimento ressaltava a presença da cultura das transformistas, bem como a contribuição de cantoras LGBTBI, ou à cenografia relacionada à estética das Paradas como contribuições efetivas à cultura em seu sentido mais amplo. Argumentava-se que as Paradas eram políticas e culturais, ao mesmo tempo manifestação e celebração, buscando, com este reconhecimento, combater a ideia da "cultura" como algo insípido, distante da política, elitizado, conceito fechado, entendendo ambas como esferas complementares, como se observa no próprio carnaval, uma festa política e nacional.

A partir de tal reconhecimento, abre-se um espaço para que o Ministério da Cultura discuta esse tema de forma mais consistente, o que leva, por exemplo, à abertura de editais entre 2005 e 2008 que visavam financiar outras Paradas do Orgulho em diferentes estados do país, com base no parecer feito sobre a Parada do Orgulho LGBTBI+ do Rio. O debate sobre a cultura abre espaço para outros editais como, por exemplo, voltados à literatura e às artes.



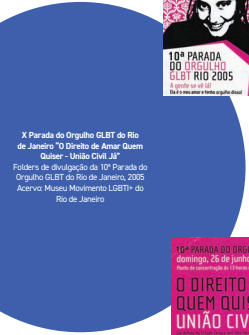
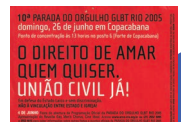
Assembleia Geral do Grupo Arco-Íris  
Fotografia de participantes do Grupo Arco-Íris na sede reunidos para Assembleia Geral e Ordinária em abril de 2005, Rio de Janeiro, 2005.  
Arquivo Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



Vidas Diferentes, Tratamentos Iguais  
Folheto de divulgação da 10ª Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro, 2005.  
Arquivo Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transvestis e Transgêneros de Macaé  
Fotografia de participantes no bloco eletrônico da Parada do Orgulho GLBT em Macaé, com participação do Grupo Arco-Íris no evento 2005.  
Arquivo Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



X Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro "O Direito de Amar Quem Quiser - União Civil Já!"  
Folheto de divulgação da 10ª Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro, 2005.  
Arquivo Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro



10ª PARADA DO ORGULHO GLBT RIO 2005  
domingo, 26 de junho em Copacabana  
Folheto de divulgação da 10ª Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro  
O DIREITO DE AMAR QUEM QUISER. UNIÃO CIVIL JÁ!  
Arquivo Museu Movimento LGBTBI+ do Rio de Janeiro

## O Rio de Janeiro, entre avanços e conservadorismo

No nível do estado do Rio de Janeiro, o governo de Rosinha Garotinho, a partir de 2003, foi responsável por gerar diversas barreiras ao avanço de pautas do movimento – entre outras pautas de setores progressistas e movimentos sociais – justificando a onda de retrocessos com base no conservadorismo religioso. Um dos episódios de maior radicalismo envolveu o projeto movido por um deputado estadual na ALERJ, que pleiteava o financiamento pelo estado de um programa de reabilitação – ou “cura” – de homossexuais. O projeto, que abria espaço para a criação de programas em igrejas evangélicas financiados pelo Estado, foi inicialmente aprovado pelas comissões de Saúde, Constituição e Justiça, o que levou à forte mobilização de ativistas do Grupo Arco-Iris e demais movimentos nas escadarias da ALERJ. Além da manifestação do movimento, o projeto teve resistência de outros parlamentares na câmara, liderado pelo deputado Carlos Minc. A partir desse contexto, passava-se a usar a frase que se tornaria conhecida do movimento: “Não há cura para o que não é doença”.

O deputado extremista religioso também inicia um movimento na câmara para derrubar o Projeto de Lei aprovado em 2002 – proposto pelos então deputados Carlos Minc e Sérgio Cabral – que concedia o direito aos cônjuges em uniões entre pessoas do mesmo sexo no contexto do estado do Rio. O deputado extremista religioso alegava “vício de iniciativa”, por se tratar de uma lei que deveria ter sido proposta pelo executivo. No final de 2007, o deputado conservador consegue a revogação da lei na justiça o que significou uma importante perda em termos de legislação para casais homossexuais naquele contexto.

*Passava-se a usar a frase  
“Não há cura para o que  
não é doença”*

2006



XI Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro - "Pela Criminalização da Homofobia - União Civil Já!"

Cartaz da campanha da 11ª Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro. Acervo: Museu Movimento LGBT+ do Rio de Janeiro



XI Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro - "Pela Criminalização da Homofobia - União Civil Já!"

Cartaz da campanha da 11ª Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro. Acervo: Museu Movimento LGBT+ do Rio de Janeiro



XI Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro - "Pela Criminalização da Homofobia - União Civil Já!"

Cartaz da campanha da 11ª Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro. Acervo: Museu Movimento LGBT+ do Rio de Janeiro



XI Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro - "Pela Criminalização da Homofobia - União Civil Já!"

Cartaz da campanha da 11ª Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro. Acervo: Museu Movimento LGBT+ do Rio de Janeiro



O Amor Fala Todas as Línguas - Pela Livre Orientação e Expressão Sexual

Cartaz da campanha realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social, 2006. Acervo: Museu Movimento LGBT+ do Rio de Janeiro

## Apoio político e avanços na cena pública

A participação do Grupo Arco-Íris na política e o diálogo com governantes se mantém constante ao longo da história do grupo, e notadamente na primeira década deste século. Um dos eventos de maior relevo na história política do grupo se deu no processo de eleição a governador do estado, quando o candidato Sérgio Cabral assina, a pedido do grupo, uma "Carta-compromisso pelo Rio sem Homofobia". Entre todos os candidatos convidados a dialogar com o Arco-Íris, apenas Cabral manifestou apoio à pauta do combate à discriminação.

Chegando ao segundo turno, e enfrentando a candidata Denise Frossard com uma pauta conservadora, Cabral mantém seu compromisso em troca do apoio do movimento no Rio. Porém, no afã de ampliar suas alianças com outros partidos para se eleger, ele pede o apoio do candidato Marcelo Crivella, derrotado no primeiro turno. Em troca do apoio dos evangélicos, Crivella pede a retirada de uma proposta de emenda constitucional de autoria de Cabral da pauta do senado. Tratava-se da emenda apresentada em 2003 propondo a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Cabral retira o projeto sem a ciência do movimento. Na época o movimento não apoiava tal projeto, defendendo com mais afinco o projeto de lei sobre a união estável como a pauta mais sensata já levantada desde os anos 1990. No entanto, o ato de Cabral gera uma resposta contundente do ativismo com o qual ele havia assumido o compromisso de defender.

O Grupo Arco-Íris mobilizou a imprensa em notas públicas, envolveu outros militantes e levantou um amplo debate em torno do ato contraditório do candidato. Apesar da grande polêmica gerada, no movimento imaginava-se que "em dois ou três dias o tema desapareceria na imprensa". Porém, em meio ao calor do debate, os jornais vespertinos na TV começam a falar sobre o tema. Idosos que também esperavam o compromisso de Cabral com as suas pautas questionavam a sua falta de consistência: "quem garante que ele não vai retirar outras pautas também?" Com a crescente desconfiança do eleitorado, e a perda eminente do apoio de setores mais progressistas, não restou alternativa ao candidato a não ser renegociar os termos do seu compromisso.

*A participação do Grupo Arco-Íris na política e o diálogo com governantes se mantém constante ao longo da história*

Em meio à campanha para o segundo turno em 2006, Sérgio Cabral liga para o Grupo Arco-Íris. Sem esperar pela ligação, Cláudio Nascimento acredita ser o telefonema de um frequentador da comunidade, também chamado Cabral. No telefone, o político evoca sua longa trajetória junto ao movimento e reitera que não pode perder o apoio da comunidade, então o líder do Arco-Íris, na época Cláudio Nascimento, negocia com o candidato dizendo que ele teria que repactuar com as reivindicações da comunidade.

Finalmente, Cabral aceita um encontro com membros da comunidade, para um pedido público de desculpas. Neste contexto, ele assume o compromisso de lançar um programa estadual de combate à violência e discriminação no Rio de Janeiro, o primeiro no país. Em novembro de 2006, Cláudio é convidado a assumir o programa. Ele resistiu durante seis meses, acreditando que poderia ser mais uma oportunidade de cooptação de lideranças e pautas do movimento, como já praticado em governos anteriores. Após meses de negociações, Cláudio aceita o cargo no governo, mediante a assinatura do governador eleito de um projeto de lei para assegurar o direito à pensão para cônjuges do mesmo sexo, para retomar a lei que havia sido revogada em 2007. Além disso, demandou autonomia em suas ações, um orçamento próprio e uma equipe nomeada por ele mesmo. Cláudio Nascimento toma posse em 18 de maio de 2007 no Palácio das Laranjeiras, e em 26 de junho é criado a Câmara Técnica do Programa Estadual de Combate à Homofobia pelo decreto 40.822 - Rio sem Homofobia - atualmente intitulado Rio sem LGBTIfobia.

Os anos que se seguiram foram um período poderoso tanto para a cena política no Rio de Janeiro quanto no panorama nacional. No contexto do Rio, as ações do Programa recém-criado teriam ampla participação de lideranças da baixada e interior do estado. No Grupo Arco-Íris, sob a presidência da militante Jussara Bernardes, diversos programas são lançados visando a prevenção do HIV e da Aids, bem como fortalecer os laços internos na comunidade com as reuniões de sextas-feiras, os grupos específicos, reuniões voltadas para as lésbicas e diversas outras ações contínuas.

2007

Ato Pré-Parada do Orgulho GLBT no Museu da República  
Fotografia Almir França, Isabela dos Palms e Cláudio Nascimento no ato Pré-Parada do Orgulho na parte externa do Museu da República, no Rio de Janeiro, 2007.  
Arquivo Museu Movimento LGBTIf do Rio de Janeiro



Ato no Cristo Redentor Contra a Homofobia  
Fotografia participantes com flores aos pés do Cristo Redentor em ato contra a homofobia promovido pelo Grupo Arco-Íris, 2007.  
Arquivo Museu Movimento LGBTIf do Rio de Janeiro



XII Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro - Criminalização da Homofobia III  
Folheto da 12ª Parada do Orgulho GLBT do Rio de Janeiro com campanha sobre a criminalização da homofobia no Brasil, 2007  
Arquivo Museu Movimento LGBTIf do Rio de Janeiro



I Seminário Nacional de Segurança Pública e Combate à Homofobia  
Fólder de programação do I Seminário Nacional de Segurança Pública e Combate à Homofobia, 2007.  
Arquivo Museu Movimento LGBTIf do Rio de Janeiro

## 2008 - 2012

### Formação política e ativista para organização comunitária

O Grupo Arco-Iris, junto a diferentes frentes da sociedade civil e do poder público, desenvolveu iniciativas que buscavam educar sobre cidadania, saúde, prevenção às IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis, orgulho, sociabilidade, o enfrentamento a violência e defesa de direitos. Eram ações focadas em descobrir as potencialidades das pessoas participantes daqueles coletivos e dali estimular o máximo possível para que elas pudessem atuar em organizações LGBTI+ e se formarem como lideranças.

Com o objetivo de combater a violência e a discriminação contra as populações LGBTI+ e ampliar os direitos civis a essa parcela da população foi criado o Programa Rio Sem Homofobia. Foi um desdobramento de negociações

### Com o objetivo de combater a violência e a discriminação foi criado o Rio Sem Homofobia

entre representantes do Movimento Social Organizado de LGBTI+ e o então candidato a governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, após momento de controvérsias e divergências no segundo turno. Diferentes ações foram realizadas como cursos de capacitação LGBTI+ e HIV/Aids, a criação da Semana "T" de visibilidade à população travesti e transsexual, a inclusão dos nomes sociais de travestis e transsexuais nos Registros de Ocorrência das delegacias do Estado, capacitação de lideranças, o projeto "Carnaval com Direitos", o Disque Cidadania LGBT, dentre outras. Esse programa de ações esteve pactuado com 10 secretarias de estado, a exemplo de educação, saúde, cultura, turismo, segurança pública e trabalho e renda. Além da ação governamental também foi lançada uma ação publicitária chamada "O Rio de Janeiro não combina com discriminação" com um investimento de 7 (sete) milhões de reais envolvendo rádio, TV, material gráfico, além de lançamento em mais de 30 cidades e outras ações. Pode-se dizer que até hoje não se viu outra iniciativa, em âmbito nacional, dessa dimensão.

O Programa Rio Sem Homofobia agiu como um multiplicador de diferentes ações para sensibilização sobre os direitos da população LGBTI+ e ampliação das visibilidades tanto na área educacional como em outros importantes campos de atuação no embate às violências e discriminações contra as pessoas LGBTI+. Algumas delas foram a **Jornada de Educação e Cidadania LGBT** e a **Jornada de Segurança Pública e Cidadania LGBT** feitas em parceria com órgãos do Governo Estadual. Junto à Secretaria de Estado de Educação foram capacitados mais de 1800 profissionais da educação de diferentes regiões do Estado e a criação do Grupo de Trabalho para a elaboração de ações para a área de educação para a promoção da cidadania LGBT. Em parceria com a Secretaria de Segurança foram realizados diferentes encontros formando mais de 4000 policiais nos primeiros anos. A cooperação foi ampliada para o acompanhamento de denúncias de violência e também para a criação da **Cartilha de Abordagem e Conduta para a Cidadania LGBT**.

Sagas, que se dividiu em duas frentes, no GAI, com os projetos **Entre Garotos e Laços e Acasos**. O grupo seria uma base para formar projetos para a juventude. Buscava-se uma linguagem específica para comunicar e se aproximar dos grupos, formados por jovens e havia como cuidado a inclusão de pessoas da periferia e negras na seleção. Foram desenvolvidos encontros sobre saúde, cidadania e iniciativas lúdicas como idas a parques, atividades culturais e festas. Uma das preocupações era fazer com que as atividades e ações fossem construídas para que os jovens participantes pudessem liderá-las. Havia um entendimento de que o Grupo Arco-Iris tinha um papel de facilitador dos encontros e muitos participantes não tinham essa experiência da coletividade. Dessa forma, os projetos colaboraram na formação política e ativista para que os jovens pudessem atuar em diferentes frentes, inclusive as de causa LGBTI+, mas não somente. Os projetos chegaram a ter uma presença de quase 80 (oitenta) jovens gays e lésbicas nas atividades e manifestações pautando as suas próprias demandas.

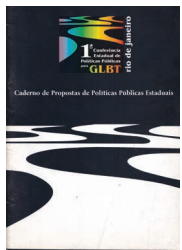
Conferência Nacional de Gays Lésbicas, Travestis e Transsexuais (GLBT)  
Cartaz da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Travestis e Transsexuais realizada em Brasília, 2008.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Plano de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das IST entre Gays, Lésbicas, Travestis e Transsexuais  
Publicação sobre o Plano de enfrentamento da epidemia de Aids e das ISTs entre Gays, Lésbicas e Travestis, 2008.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



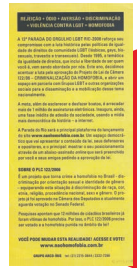
Concurso Público Prêmio Cultural GLBT  
Cartaz do evento concurso público prêmio cultural promovido pela Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, Ministério da Cultura, 2008.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



I Conferência Estadual de Políticas Públicas Estaduais do Rio de Janeiro  
Caderno de Propostas da 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas Estaduais do Rio de Janeiro, 2008.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



XIII Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro - Pela Criminalização da Homofobia  
Folheto de divulgação da 13ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro, 2008.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



XIII Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro - Pela Criminalização da Homofobia  
Folheto de divulgação da 13ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro, 2008.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

## 2009



I Caminhada de Lésbicas e Bissexuais  
Fotografias da primeira caminhada de lésbicas e bissexuais em Copacabana. Participantes com a bandeira do Arco-Iris, 2009.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



III Caminhada de Lésbicas e Bissexuais  
Fotografias da primeira caminhada de lésbicas e bissexuais em Copacabana. Participantes com faixa, 2011.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



VI Caminhada de Lésbicas e Bissexuais  
Fotografias da primeira caminhada de lésbicas e bissexuais em Copacabana. Participantes com faixas e o trió, 2014.



IV Caminhada de Lésbicas e Bissexuais  
Fotografias da primeira caminhada de lésbicas e bissexuais em Copacabana. Participantes com uma faixa e a bandeira do Arco-Iris, 2012.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



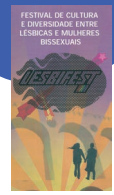
V Caminhada de Lésbicas e Bissexuais  
Fotografias da primeira caminhada de lésbicas e bissexuais em Copacabana. Participantes com faixas, 2012.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTI+  
Folheto de divulgação do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTI+, 2009.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



8º Prêmio Arco-Iris de Direitos Humanos  
Folheto de divulgação do 8º Prêmio Arco-Iris de Direitos Humanos, 2009.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Festival de Cultura e Diversidade entre Lésbicas e Mulheres Bissexuais  
Folheto de divulgação do Festival de Cultura e Diversidade entre Lésbicas e Mulheres Bissexuais, 2009.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Laços e Acasos  
Folheto do projeto Laços e Acasos, específico para mulheres lésbicas. Realizado pelo Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2009.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

## 2008



I Conferência Estadual de Políticas Públicas para o Rio de Janeiro  
Caderno de Propostas da 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para o Rio de Janeiro, 2008.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

No ano de 2008 foi realizada, na cidade do Rio de Janeiro, a I Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT, organizada pela Superintendência de Direitos Individuais Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado do RJ. Foi a maior conferência com mais de 500 participantes, durante 3 dias de realização. Era entendido e defendido que a ausência de dados da população dificultava a formulação de políticas públicas que combatessem o preconceito, a discriminação e a violência. A conferência contou com a participação de 12 (doze) Secretarias de Estado e diferentes representantes da sociedade civil e tinha como objetivos formular diretrizes para a criação do Plano Nacional e do Plano Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT assim como a avaliação do Programa Brasil Sem Homofobia. Anterior a esse encontro estadual foram realizadas também pré-conferências regionais para a eleição de representantes que seriam escolhidos para participar da conferência.

No mesmo ano foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a população LGBT+, à época chamada 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e

**A sigla GLBT passa a ter o L na frente, uma forma de dar mais visibilidade ao movimento lésbicas**

Transexuais (GLBT). Na conferência que teve como temática "Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais" participaram representantes de diferentes organizações da sociedade civil e também do poder público. Além de propor diretrizes para a implementação de políticas públicas, também foram pensadas estratégias de fortalecimento para o Programa Federal Brasil Sem Homofobia. Outro desdobramento da conferência foi a reformulação da sigla que passa a ter o L na frente, uma forma de dar mais visibilidade ao movimento lésbicas, historicamente apagado pelo machismo e misoginia também presente no Movimento Homossexual e na própria comunidade.

Um dos encaminhamentos da 1ª Conferência Nacional GLBT foi a elaboração do Plano Nacional LGBT (Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT). O Plano Nacional apresentava ações

para diferentes demandas históricas da população LGBT+, envolvendo diversos ministérios e secretarias do governo federal. Tinha como objetivos orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT+, a promoção dos direitos humanos e sociais e também combater o estigma e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Uma das defesas do Plano era a importância do acesso e participação social dos sujeitos em diferentes espaços de poder para a construção de uma sociedade e Estado democrático e dessa forma garantir a dignidade das pessoas, a igualdade perante a lei, o respeito à diversidade, a laicidade do Estado, o direito à cidadania, a universalidade dos direitos humanos, dentre outras questões.

O projeto Laços e Acasos teve como desdobramento, no ano de 2009, a realização da **Primeira Caminhada de Lésbicas e Bissexuais** na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Copacabana. Marcelle Esteves liderou, em parceria com outros grupos e mulheres lésbicas e

bissexuais, a realização do evento que encerrava uma programação do Mês da Visibilidade Lésbica que envolveu seminários, jogos de futebol, shows, oficinas,

baile de máscaras, saraus, mesas redondas, dentre outras atividades. No mesmo mês também foi lançado o Fórum de Mulheres Lésbicas e Bissexuais do Estado do Rio de Janeiro.

Também em 2009, O Governador Sérgio Cabral criou em 02 de abril de 2009, por Decreto Nº 41.798, o Conselho dos Direitos da População LGBT+ do Rio de Janeiro, com 40 integrantes, sendo 40% do poder e 60% da sociedade civil. O Conselho Estadual LGBT do Rio atuou em diversas pautas por cidadania plena da comunidade LGBT+ e elaborou diversas proposições de políticas públicas que durante anos seguintes foram sendo implementadas. Hoje o Conselho tem 13 anos de existência, se mantendo como importante órgão de acompanhamento e monitoramento das políticas públicas e também de canal para cobrar o desenvolvimento de novas políticas públicas para enfrentar a LGBTIfobia e promover a cidadania plena LGBT+.



**Criação e Lançamento do Rio Sem Homofobia**  
Cartão Postal para divulgação da criação e do lançamento do programa Rio Sem Homofobia. Atualmente chamado de Rio Sem LGBTTiaba, 2010  
Arquivo Museu Movimento LGBTTi do Rio de Janeiro



**Criação e Lançamento do Rio Sem Homofobia**  
Fotografia de Marta Suplicy para divulgação da criação e do lançamento do programa Rio Sem Homofobia. Atualmente chamado de Rio Sem LGBTTiaba, 2010  
Arquivo Museu Movimento LGBTTi do Rio de Janeiro



**Criação e Lançamento do Rio Sem Homofobia**  
Fotografia de Sérgio Cabral, Claudio Nascimento e Rodrigo Neves no lançamento do Programa Rio Sem Homofobia, 2010  
Arquivo Museu Movimento LGBTTi do Rio de Janeiro



**Ação do Orgulho, Saúde e Cidadania na Cinelândia**  
Fotografia da ação Orgulho, Saúde e Cidadania realizada na Praça Floriano mais conhecida como Cinelândia, Rio de Janeiro, 2010  
Arquivo Museu Movimento LGBTTi do Rio de Janeiro

**Campanha de Prevenção do GRESEP no Carnaval**  
Fotografia da Ação de Prevenção realizada no Carnaval pelo GRESEP na quadra da escola de Samba da Mangueira, no Rio de Janeiro, 2010.  
Arquivo Museu Movimento LGBTTi do Rio de Janeiro



**Café com Bolacha**  
Cartão do Café com Bolacha, evento para mulheres lésbicas e promovido pelo projeto Laços e Acasos do Grupo Arco-Íris, 2010  
Arquivo Museu Movimento LGBTTi do Rio de Janeiro



No ano de 2010, o Grupo Arco-Iris realizou uma ação pioneira como a primeira organização comunitária a realizar um projeto de testagem rápida para diagnóstico precoce de HIV/Aids. Havia uma insegurança de parte do movimento se essa era a melhor estratégia. Muitos consideravam que ter a testagem poderia criar um problema que era fazer o diagnóstico e não ter a contrapartida do serviço de saúde para as demandas das pessoas com HIV/Aids. O medo e a insegurança de ir a um lugar público para fazer o exame também era constante e forte, devido ao intenso silêncio e sigilo causado pelo estigma à época. Entretanto, o GAI defendia que a ampliação dos serviços de testagem para as áreas comunitárias ajudaria a aumentar a informação sobre a infecção e assim poderia ser feito o trabalho de cobrança do poder público de saúde e dos devidos órgãos de saúde. Considerava-se importante ter o exame de HIV para que se pudesse ter o diagnóstico precoce, pois o diagnóstico tardio prejudicava a qualidade de vida, a expectativa de vida e a formulação de políticas públicas.

*Considerava-se importante ter o exame de HIV para que se pudesse ter o diagnóstico precoce*

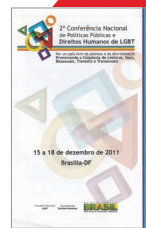
O Conselho Federal de Medicina aprovou, em 2010, a resolução nº 1955/2010 que estabelecia normas e regulamentos para cirurgias de adequação sexual. Como regra ficou mantida a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social por um período mínimo de dois anos. À época, o presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Toni Reis, destacou a importância e o papel da medicina na construção da cidadania das pessoas independentemente de sua identidade de gênero.

Em 2010 a então Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) organizou em Brasília a 1ª Marcha Nacional Contra a Homofobia. Caravanas das 27 unidades da Federação se encontraram na capital federal onde também foi realizado o 1º Grito Nacional pela Cidadania LGBT e contra a Homofobia. A programação da Marcha também envolveu diferentes atividades como um Seminário na Universidade de Brasília (UnB), com o tema UnB fora do armário, o VII Seminário de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Congresso Nacional, com o tema Direitos Humanos de LGBT: Cenários e Perspectivas, e a apresentação de uma peça teatral.

2011



II Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT  
Relatório da II Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT, realizada no Rio de Janeiro, 2011. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT  
Relatório da Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, realizada em Brasília, 2011. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



II Cerimônia de União Estável de Casais Homossexuais  
Convite para Cerimônia de União Estável promovida pelo Rio Sem Homofobia Assinante Quilombo de Rio Sem LGBTI+ 2011. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT  
Fotografia de participantes na Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, realizada no Rio de Janeiro, 2011. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

II Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT  
Fotografia da mesa Política de Cultura LGBT na publicação II Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT, realizada no Rio de Janeiro, 2011. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

II Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT  
Fotografia do Presidente do COI Claudio Nascimento na Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, 2011. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



II Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT  
Fotografia da mesa de Assistência Social na publicação da II Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT, realizada no Rio de Janeiro, 2011. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



II Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT  
Fotografia Juiz Moreira e Marcia Vilela na publicação da Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, realizada no Rio de Janeiro, 2011. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



II Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT  
Fotografia da cantora Preta Gil na publicação da Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, realizada no Rio de Janeiro, 2011. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Olhe e veja além do preconceito  
Cartaz da campanha contra o preconceito em relação às mulheres transvestidas promovida pela UNICID, Secretaria dos Direitos Humanos, SUS e Ministério da Saúde, 2011. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Despatologização das Identidades Trans  
Folheto da Campanha pela despatologização das identidades trans, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia e Regional, 2011. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



II Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT  
Fotografia da Defensora Pública coordenadora do NEDV PISCIS na publicação da II Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT, realizada no Rio de Janeiro, 2011. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

Ainda no mesmo ano foi criado, através do decreto nº 7.388/2010, o **Conselho Nacional Contra à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. O decreto incluiu a estrutura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e garantia a participação da Sociedade Civil. O Conselho tinha como objetivo a elaboração de orientações em defesa dos direitos da população LGBT, a assistência e orientação das políticas públicas assim como um trabalho que sensibilizasse os órgãos federais para a garantia desses direitos.

O **Disque Cidadania LGBT** foi uma ação do **Programa Rio Sem Homofobia**, hoje chamado de Rio Sem LGBTifobia, um serviço de atendimento telefônico 24 horas, de âmbito estadual, de maneira gratuita, anônima, sendo a principal porta de entrada para a rede de proteção básica. Os objetivos do programa eram: orientar e acolher LGBT, familiares e amigos em situação de violência e discriminação e violação de direitos; Aconselhar pessoas LGBT em situação de crise (solidão, processo de descoberta, medo e homofobia internalizada, rejeição familiar, entre outros); Informar sobre serviços e ações voltados para LGBT no Estado (grupos, Ong, serviços públicos, agenda de eventos, cultura e lazer, locais, etc...) e o encaminhamento para rede de apoio social, prioritariamente para os Centros Regionais de Referência LGBT. De Julho a Novembro de 2010 mais de 1700 atendimentos sobre violência homofóbica, direitos, cidadania, dentre outros foram realizados. Através do Programa Rio Sem LGBTI foram criados em 2010 os Centros de Referência e Cidadania LGBTI+ da Capital e da Região Serrana, para atendimento de vítimas de discriminação ou em busca de direitos. Logo depois, foi inaugurado em 2011, um Centro na Baixada, em Duque de Caxias, e hoje são mais de 20 centros.

O **Disque 100** ou **Disque Direitos Humanos** foi uma importante criação, pois diferente do Rio de Janeiro outros estados não tinham serviços que atuassem na

recepção, registro, direcionamento e supervisão das denúncias de direitos humanos, em especial as de grupos vulnerabilizados. O serviço funcionava 24 horas (incluindo finais de semana e feriados) e as ligações podiam ser feitas de telefone fixo ou móvel com a possibilidade de anonimato e sigilo das informações se assim fosse desejado. Em 2011 é criado o **Disque 100** o Módulo LGBT com a transferência da coordenação do serviço para a Ouvidoria dos Direitos Humanos na Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Também em 2011, foi criado o Núcleo de Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, após demandas do Movimento LGBTI+, do Conselho Estadual LGBTI+ e do Programa Rio Sem Homofobia. O Núcleo passaria a ter atribuição de realizar atendimentos específicos da população LGBTI+ tais como apoio e abertura de processos para requalificação civil (alteração de nome), casamento civil, adoção, acesso a tratamento hormonal e de saúde e assistência jurídica em caso de violência LGBTifóbica.

Após uma vitória emocionada no programa televisivo Big Brother Brasil 5, o baiano e jornalista **Jean**

**Wyllys de Matos Santos** foi eleito pela primeira vez à Câmara dos Deputados Federais do Rio de Janeiro. Jean foi o primeiro parlamentar assumidamente gay a

vencer um pleito eleitoral para a casa legislativa nas eleições de 2010. Nas eleições de 2014, o deputado foi reeleito, sendo o sétimo mais votado do estado com quase 145 mil votos válidos. Em 2012 e 2015, Jean Wyllys, como ficou conhecido, foi eleito pelos internautas o melhor deputado federal do país pelo Prêmio Congresso em Foco. Foi reeleito para o terceiro mandato em 2018, entretanto, em decorrência das ameaças de morte que sofreu, não tomou posse e se exilou no exterior. A sua vaga foi assumida pelo também gay e militante, David Miranda, que à época era vereador da Cidade do Rio de Janeiro e nos deixou em 2023.

2012

XVIII Parade do Grupo  
LGBT do Rio de Janeiro  
Fotografia da Drag Tchika no  
rio da 17ª Parade do Grupo  
LGBT organizada pelo Grupo  
Arco-Íris, 2012.  
Arquivo: Museu Movimento  
LGBTI+ do Rio de Janeiro



XVIII Parade do Grupo LGBT do Rio de Janeiro  
Fotografia participativa da 17ª Parade do  
Grupo LGBT do Rio de Janeiro. Organizada  
pelo Grupo Arco-Íris, 2012.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+  
do Rio de Janeiro



Prêmio de Direitos Humanos  
Fotografia de João Moreira ao lado de  
Dilma Rousseff na entrega do prêmio  
de Direitos Humanos com autoridades  
do Governo Federal, 2012  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do  
Rio de Janeiro



**Campanha Respeitar é...**

Cartaz da campanha Respeitar é... com Jani D Castro, pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos e Rio Sem Homofobia, 2012.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Campanha Respeitar é...**

Cartaz da campanha Respeitar é... com João W Dery, pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos e Rio Sem Homofobia, 2012.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

## 2013-2017

### Da luta ao amor

Desde 2011, com o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal (STF) da união entre casais do mesmo sexo como entidade familiar, o programa Rio Sem Homofobia já realizava cerimônias de união estável e conversão da união estável em casamento, reunindo centenas de casais. A partir de 2013, também o casamento homoafetivo passa a ocorrer em grandes cerimônias organizadas no Estado, em decorrência da resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que obrigava cartórios a celebrarem o casamento civil homoafetivo em todo território nacional. A Resolução 75 de 2013, do CNJ, representou uma importante vitória do movimento na justiça, proibindo oficialmente aos cartórios em todo país a discriminar casais homoafetivos nos processos de casamento.

Enquanto o movimento continua a lutar pela manutenção e aplicação dos direitos adquiridos, os casamentos aconteciam como uma grande onda de exercício da cidadania. Até o presente, tem-se o registro de 76,4 mil casamentos homoafetivos no Brasil, segundo dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil).

Em 2014, o Programa Rio Sem Homofobia e o Grupo Arco-Iris, em parceria com o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública Geral do Rio de Janeiro, a Associação de Registradores Públicos de Pessoas naturais do Rio de Janeiro e outros Grupos LGBTI+ espalhados pelo estado do Rio, se somam para realizar uma nova cerimônia coletiva de casamento homoafetivo, que alcançou o recorde com 160 casais. Tal exercício coletivo do direito ao casamento, organizado pela primeira vez no Rio de Janeiro, nos mesmos moldes das cerimônias de celebração da união civil, mobilizava os cartórios a permitirem o casamento. Devido ao grande número de casais, esses cartórios passavam-se a visar também a vantagem financeira em abrigar esta. Ainda que os casais que requeressem acesso à gratuidade, esta era paga por um fundo financeiro do Estado do Rio de Janeiro, abrindo condições favoráveis para a aplicação dos direitos, o que não ocorria em todo o território nacional.

A maior cerimônia coletiva de casamento LGBTI na história mundial, reuniu 185 casais e 6 mil convidados no Tijuca Tennis Clube, em 2015, ocupando um espaço tradicional onde a militância nunca tinha estado, e que inspirou as cerimônias coletivas em diversos estados brasileiros.

### A maior cerimônia coletiva de casamento LGBTI reuniu 185 casais e 6 mil convidados

### O direito à identidade de gênero

Pela primeira vez, em fevereiro de 2013, é apresentado um Projeto de Lei que visa assegurar o direito à identidade de gênero no país. O Projeto de Lei n. 5002/2013, apresentado pelo Deputado Jean Wyllys, passou a ficar conhecido como Projeto de Lei João W. Nery, recebendo o nome do psicólogo e ativista trans que foi o primeiro a fazer uma cirurgia de redesignação sexual, em 1977, e a registrar uma carteira de identidade com o nome correspondente ao gênero masculino – cometendo, segundo ele, dois crimes sem precedentes: o de se redesignar como homem trans e o de "falsidade ideológica". Inspirada na Lei de Identidade e Gênero da Argentina, o projeto garantia o direito do reconhecimento a identidade de gênero de todas as pessoas transgênero no Brasil, sem necessidade de autorização judicial, laudos médicos nem psicológicos, cirurgias nem terapias hormonais.

Em 2011, se conquista o direito ao Nome Social na administração pública do estado do Rio de Janeiro, com decreto de julho, assinado pelo Governador Sérgio Cabral, pessoas trans poderiam usar o seu nome social em diversos serviços estaduais. Nessa esteira, a pauta da identidade de gênero – isto é, do direito à autoatribuição do gênero e expressão do gênero com o qual cada pessoa se identifica – teve grande importância para o movimento nessa década. No contexto do Rio de Janeiro, o ativismo também levou a uma importante conquista para os direitos de pessoas trans quando a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária no Rio aprova uma resolução, em 2015, visando o respeito à identidade de gênero, e determinando o reconhecimento de pessoas trans que deveriam passar a receber tratamento adequado à saúde, respeito à identidade, incluindo a não raspagem do cabelo (que aniquilava a identidade pessoal) e vestimentas de acordo com sua identidade de gênero. Além disso, previa-se o direito à parlatório para a população LGBTI+ no cárcere (visita íntima), cuja aplicação plena vem sendo reivindicada pelo movimento até a presente data.

2013



**Vozes da Diversidade**  
Folheto de divulgação do projeto Vozes da Diversidade promovido pelo Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2013.  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Vozes da Diversidade**  
Folheto de divulgação do projeto Vozes da Diversidade promovido pelo Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, s/d.  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Auto-retrato Laura Di Vision**  
Fotografia das Drag Queens de esquerda para direita: Jujú Palitto, Lorna Washington, Luana Muiz, Lidia Franklin e Andriela Gasparelly no projeto Laura Di Vision promovido pelo Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2013.  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Auto-retrato Laura Di Vision**  
Fotografia das Drag Queens de esquerda Lorna Washington e a direita Luana Muiz no projeto Laura Di Vision promovido pelo Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2013.  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Auto-retrato Laura Di Vision**  
Fotografia da Drag Queen Yoss Brown no projeto Laura Di Vision promovido pelo Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2013.  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



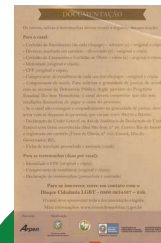
**XVIII Parada do Orgulho LGBTI do Rio de Janeiro**  
Crachê dos voluntários da 18ª Parada do Orgulho LGBTI do Rio de Janeiro, 2013.  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Sexo com Proteção é o Maior Tesão**  
Informário sobre prevenção nas relações sexuais produzido pelo Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2013.  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Cerimônia Coletiva de Casamento Civil Homoafetivo**  
Convite da 1ª Cerimônia de Casamento Civil Homoafetivo realizada pelo Rio Sem Homofobia, 2013.  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Cerimônia Coletiva de Casamento Civil Homoafetivo**  
Convite da 1ª Cerimônia de Casamento Civil Homoafetivo realizada pelo Rio Sem Homofobia, 2013.  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Apelo Terapêutico Gratuito no GAI**  
Folheto de divulgação sobre o projeto de apoio terapêutico, serviço promovido pelo Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro em parceria com a faculdade IBMR, 2013.  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Marcha pela Dia Mundial do Orgulho LGBT**  
Folheto informativo sobre a Marcha pelo Dia Mundial do Orgulho LGBT, 2013.  
Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

## “Somos milhões de vozes”

A luta por representação política seguia como uma pauta importante do movimento, o que se refletiu no tema da 18ª Parada do Orgulho LGBT de 2013, cuja proposta inicial foi “Somos milhões de votos”. Devido ao apoio da Prefeitura do Rio e para evitar apelos partidários no evento em um ano eleitoral, preferiu-se utilizar o tema “Somos milhões de votos”, reforçado na Parada do Orgulho de 2014. Nestes dois anos, as Paradas tiveram como enfoque a representação de pessoas LGBTs na política, considerando ainda a importância dos aliados e a construção de alianças como um elemento fundamental para o avanço da causa.

A luta por representatividade se via refletir em conquistas com efeitos nacionais. Em 2014, pela primeira vez o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) passa a reconhecer inscrições com o nome social por pessoas transexuais. Tal mudança teve um efeito expressivo na inclusão de pessoas trans no ensino superior.

No mesmo contexto, a Embratur reconhece as Paradas do Orgulho LGBT em seu potencial turístico e econômico, produzindo um relatório que apontava 180 paradas no país, pautando a discussão do turismo não apenas ligada ao consumo, mas considerando a ideia de um consumidor-cidadão. Para além do Pink Wash, a indústria do turismo no país reconhecia a importância da luta por cidadania em sua expressão nas paradas organizadas pelo movimento.

Do amor à luta: contra a violência e o extremismo religioso

Em julho de 2013, no ensejo da luta contra a discriminação em nível nacional e dos

estados, é emitida a Portaria do Sistema Nacional de Enfrentamento da LGBTfobia no Brasil, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, definindo um conjunto de protocolos para enfrentar a discriminação em todo país. Num contexto em que a discriminação a pessoas LGBTs não estava criminalizada, tal Portaria representou uma conquista importante em âmbito nacional.

No entanto, a contínua perseguição por parlamentares extremistas religiosos seguia disseminando ódio na esfera pública e ameaçando direitos conquistados. Em 2014, dois parlamentares no Rio de Janeiro conseguem derrubar a Lei n. 3404 de 2000, que previa a punição a estabelecimentos comerciais que discriminassem pessoas por orientação sexual. O Grupo Arco-Íris e o Rio Sem Homofobia se manifestaram contra a revogação, reorganizando o movimento e mais uma vez exigindo que o governador Sérgio Cabral criasse um novo Projeto de Lei com o mesmo teor. A nova lei foi aprovada no ano seguinte, fortalecendo mais uma vez o movimento em sua luta contra a discriminação.

Ainda em 2014, o STF determina a retirada do

termo “pederastia” do Código Penal Militar. O artigo “draconiano” era uma porta aberta para a perseguição nas forças armadas aos praças homossexuais, e leva a uma discussão mais ampla sobre a discriminação no ambiente militar.

Em resposta à violência ainda crescente, a 20ª Parada do Orgulho, em 2015, trazia o tema “Palavras ferem, violência mata: diga não à homofobia”. Com as vitórias em âmbito jurídico, e a contínua ameaça de parlamentares conservadores, o movimento ganhava visibilidade e apoio de diversos segmentos da sociedade. A luta continuava nas ruas, bem como no Congresso e nas assembleias.

## “Cadê o nome social?”

No Rio de Janeiro, acontece, em 2015, a 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas LGBT, visando a participação social no fortalecimento dos princípios de construção do estado democrático de direitos e elencando pautas sobre as quais o movimento ainda precisava avançar. A Conferência, que reuniu mais de 500 pessoas eleitas de todos os municípios do estado em conferências regionais, previa levar uma agenda para ser discutida, no ano seguinte, na Conferência Nacional LGBTI+ e na Conferência de Direitos Humanos, organizada pelo governo federal. A Conferência de Direitos Humanos seria um grande evento reunindo diferentes segmentos em torno dos direitos humanos no país, que contou com a participação do Grupo Arco-Íris, de outras entidades do Rio de Janeiro e dos representantes do Programa Rio Sem Homofobia, hoje Rio sem Lgtitfobia.

A partir de uma articulação anterior, a então presidenta

Dilma Rousseff havia se comprometido a assinar um decreto representando uma conquista a cada um dos segmentos presentes, o que ocorreria na abertura da Conferência Nacional de Direitos Humanos. Havia sido acordado com o Movimento Social Organizado LGBT que aquela seria a ocasião da assinatura do decreto nacional reconhecendo o nome social de travestis e transexuais. A presidente, entretanto, não o assinou. Durante a cerimônia, houve protesto por parte das lideranças presentes que, aos berros, demandavam: “Cadê o nome social?”. O decreto presidencial somente foi assinado no dia seguinte em encontro com representantes do movimento.

Ainda em 2016, a Parada do Orgulho no Rio de Janeiro foi a primeira Parada brasileira a trazer o tema específico voltado ao direito das pessoas transexuais: “Eu sou a minha identidade de gênero: pela aprovação da Lei João W. Nery.” Em 2017, o DETRAN emite um decreto que institui a carteira de identidade com nome social para travestis e transexuais.

2014



XIX Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro

Folder de divulgação da 19ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro, 2014. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



1º Plano Municipal dos Direitos Humanos

Fotografia de participantes de mesa durante o evento do 1º Plano Municipal dos Direitos Humanos, 2014. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



5ª Cerimônia Coletiva de Casamento Civil Homoafetivo

Convide para a 5ª Cerimônia Coletiva de Casamento Civil Homoafetivo, realizada pelo Rio Sem Homofobia, 2014. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



5ª Cerimônia Coletiva de Casamento Civil Homoafetivo

Fotografia com casais da 5ª Cerimônia Coletiva de Casamento Civil Homoafetivo, realizada pelo Rio Sem Homofobia, 2014. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

## Uma nova onda no combate à discriminação

Como uma onda dramática, o movimento tem seus altos e baixos numa construção coletiva de pautas e agendas com avanços e novos desafios. No Rio de Janeiro, a partir do Governo de Luiz Fernando Pezão, em 2014, tem início um período de grandes dificuldades para o movimento, e em particular para o já estabelecido Programa Rio Sem Homofobia. Enfrentando escassez de recursos e a imposição de critérios políticos sobre os critérios técnicos, o Programa vê o crescimento de tensões internas. A partir de 2015, o Rio Sem Homofobia passa a sobreviver apenas com recursos doados pela Alerj.

Já na Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBTs de 2015, tem-se anunciada a dificuldade enfrentada pelo Programa, quando a então se anuncia que não haveria recursos para a continuidade das atividades do primeiro programa brasileiro em um estado. No final de 2016, o Programa encontra sérias dificuldades para o pagamento de seus funcionários e colaboradores, chegando a atrasar até 5 meses de pagamentos acumulados. Com a entrada de um novo secretário extremista religioso, estabelece-se uma grande crise política. O então Secretário de Direitos Humanos dá uma entrevista defendendo a sua forte crença na cura da homossexualidade. O enfrentamento público do movimento e do próprio gestor LGBTI+ Cláudio Nascimento, que também recorre à mídia, leva a uma demanda para que o governador Pezão o demita. A causa ganha a mídia e o movimento consegue mover mais essa peça do xadrez, usando do ódio alheio para o avanço de uma agenda de conquistas de direitos. Neste período, entre idas e vindas, o Programa cria centros de cidadania em várias regiões do Estado do Rio. No entanto, com a entrada de um novo secretário conservador, toda a equipe que compunha a coordenação do Rio Sem Homofobia foi exonerada em fevereiro de 2017.

*Em 2017, institui-se a carteira de identidade com nome social para travestis e transexuais*



V Lesbifest

Folder de divulgação do Festival de Cultura e Diversidade entre Lésbicas e Mulheres Bissexuais, 2015. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Lançamento da Publicação do Relatório sobre Pessoas LGBT Vivendo em Pobreza no Rio de Janeiro

Relatório sobre pessoas LGBT vivendo em pobreza no estado do Rio de Janeiro, 2015. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



XX Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro

Folder de divulgação da 20ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro, 2015. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



6ª Cerimônia Coletiva de Casamento Homoafetivo

Fotografia de casais na 6ª Cerimônia Coletiva de Casamento Homoafetivo, 2015. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

Convite para a 6ª Cerimônia Coletiva de Casamento Homoafetivo, 2015. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

6ª Cerimônia Coletiva de Casamento Homoafetivo



## Um tiro que saiu pela culatra: mais uma onda de extremismo e luta

O ano de 2017 é marcado pelo início da agenda homofóbica colocada em prática pelo prefeito extremista religioso que assumia a Prefeitura do Rio de Janeiro. Movido por interesses religiosos, o novo prefeito retira o patrocínio à Parada do Orgulho LGBT que vinha tradicionalmente sendo apoiada pelo governo da Cidade do Rio. Como resposta, o Grupo Arco-Iris cria o movimento "Parada da Resistência": um movimento de defesa da Parada do Orgulho do Rio, que ganha a adesão de artistas e personalidades formadoras de opinião, bem como, de movimentos sociais e advogados que se conectaram com o Grupo. Tal construção de alianças em resposta à repressão da Prefeitura, permitiu que grandes nomes como, por exemplo, o de Daniela Mercury e o de Pablo Vittar se associassem à Parada, no momento de ascensão de um governo extremista.

*As ondas de repressão passam, o movimento e a luta continuam*

A Parada de 2017, que teve como tema "Parada da Resistência: Resistindo à LGBTIfobia, o fundamentalismo, e todas as formas de opressão e em defesa do Rio de Janeiro," chamou a atenção a diversos setores da sociedade, que se uniram em defesa do Rio de Janeiro. Na ocasião, por conta da orientação religiosa, a Prefeitura não reconhecia a potência da diversidade cultural da cidade, abandonando importantes áreas ligadas à cultura libertária do Rio, disseminando discurso de ódio e uma agenda obscurantista. Mesmo assim, em resistência, a Parada aconteceu como um evento grandioso, reunindo mais de um milhão de pessoas que vaiaram em espaço público o prefeito da época. As ondas de repressão passam, o movimento e a luta continuam. Assim foi a resistência durante toda a gestão do prefeito.

2016



**VI LESBIFEST**  
Folder de divulgação do Festival de Cultura e Diversidade entre Lésbicas e Mulheres Bissexuais, 2016. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Guia do Sexo Seguro**  
Folder informativo sobre sexo seguro, 2016. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBTI+**  
Certificado de participação da III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBTI+, 2016. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**XXI Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro**  
Folder de divulgação da 21ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro, 2016. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Projeto Antenas**  
Fotografia participantes do projeto Antenas na sede do Grupo Arco-Iris Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro na Rua Tenente Passos, Cruz Vermelha, Rio de Janeiro, 2016. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



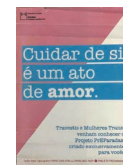
2017



**Carta da Diversidade**  
Fotografias de participantes no Lançamento da Carta da Diversidade, que visa promover a Plataforma Nacional de Direitos Humanos e de Cidadania das Pessoas LGBTI+, 2017. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



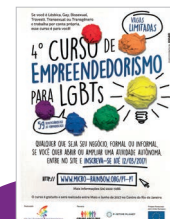
**Carta da Diversidade**  
Lançamento da Carta da Diversidade, que visa promover a Plataforma Nacional de Direitos Humanos e de Cidadania das Pessoas LGBTI+, 2017. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Projeto PreParadas**  
Cartaz do projeto de prevenção PreParadas, criado para as travestis e mulheres trans pela Fundação Dawaldo Cruz (FDCRUZ), 2017. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**XXII Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro**  
Cartaz da coordenação da 22ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro, 2017. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**IV Curso de Empreendedorismo para LGBTI+**  
Cartaz de 4º curso de empreendedorismo para LGBTI+ realizado pela Microrainbow em parceria com o Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2017. Arquivo Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

## 2018-2023

### 2018: Um ano de incertezas e fortalecimento político

Com a crise instaurada no âmbito das políticas públicas cariocas e fluminenses ligada à ascensão de um prefeito conservador, o Movimento LGBTQI+ no Rio de Janeiro reconstituiu agendas e repensa alianças políticas. O ano de 2018 se inicia com reflexos dessa crise local, que irá se somar à crise em âmbito nacional da ascensão de uma agenda moralista da extrema direita. O 'medo' diante do cenário de incertezas se tornava um sentimento comum entre membros da comunidade diante da crescente intolerância motivada pela candidatura à presidência de alguém que ameaçava os direitos humanos e, em específico, os direitos das mulheres, o direito de pessoas LGBTQI+, os direitos de pessoas negras e indígenas, o direito de liberdade de expressão de acadêmicos etc. Neste mesmo contexto a democracia brasileira é fragilizada, com a prisão de um candidato progressista sem o acesso aos procedimentos regulares da justiça, sendo a sua candidatura inviabilizada em prol do avançamento da ascensão da extrema direita. As incertezas no campo político colocam em xeque até mesmo conquistas asseguradas em governos anteriores. Mas a resistência internamente e articulação social no Movimento cresce, visando construir barreiras efetivas na luta contra o avanço das intolerâncias.

*As incertezas colocam em xeque até mesmo conquistas asseguradas anteriormente*

Em 2018, as candidaturas de novos deputados marcam um momento histórico no Brasil, incluindo, por exemplo, a reeleição de Jean Wyllys à deputado federal, que sofre perseguição da extrema direita, incluindo ameaça de morte a ele e à sua família. Em dezembro de 2018, ele anuncia que não irá assumir o cargo, sendo este ocupado por David Miranda, ativista e também candidato originário da faveta do Jacarezinho, primeiro deputado preto e homossexual a assumir o cargo. Naquele ano, buscando fortalecer o movimento pela conscientização de eleitores para as pautas LGBTQI+, a Parada do Orgulho adota o tema "Vote em ideias não em pessoas". A pauta eleitoral precisava incluir o compromisso com a defesa da cidadania LGBTQI+ para o Rio e para todo o Brasil.

Com a criação do Programa Voto com Orgulho, por meio de uma parceria do Grupo Arco-Íris, da Aliança Nacional LGBTQI+ e Grupo Dignidade de Curitiba, o movimento visa apoiar novas candidaturas de membros da comunidade, bem como dar visibilidade às suas pautas. Uma das candidatas apoiadas neste projeto, a vereadora Marielle Franco, é assassinada em 14 de março de 2018. Marielle frequentava as Paradas como cidadã comum, e, quando eleita, foi celebrada pelo grupo como primeira mulher

lésbica a assumir um mandato de vereadora na Câmara do Rio de Janeiro, sendo considerada forte concorrente para o senado naquele ano. Com o seu assassinato e impunidade dos mandantes, ela se torna uma referência mundial de luta pelos direitos humanos.

No contexto da luta por justiça pelo crime do seu assassinato, uma nova voz lésbica ascende no Rio de Janeiro: Mônica Benício, viúva de Marielle, denuncia a impunidade e torna visível internacionalmente a necessidade de proteção a lideranças e ativistas de movimentos sociais. Ela é eleita em 2020 como vereadora da Cidade do Rio de Janeiro, dando continuidade na Câmara Municipal às pautas iniciadas anteriormente por Marielle e David Miranda, se tornando uma grande defensora de reflexão sobre mecanismos de proteção de lideranças de direitos humanos no Brasil.

Em 2020, pela primeira vez têm-se a eleição de mais de 100 vereadores LGBTQI+ no Brasil, com forte presença de pessoas trans (um terço) e lésbicas, incluindo uma forte marca de pessoas pretas e oriundas de periferias. Apesar de ser um pequeno número em proporção à população

brasileira, tratou-se de um fato histórico fundamental sem precedentes em relação à representatividade existente até o momento. Entre os nomes de grande

expressão no bojo das novas candidaturas eleitas, estão Erika Hilton (Deputada Federal), Diana Santos (Deputada Federal) e Dani Balbi (Deputada Estadual no Rio de Janeiro). Além desses nomes, candidaturas como a de Verônica Lima (Deputada Estadual) e Benny Briotly (Vereadora de Niterói e primeira travesti eleita no Estado do Rio de Janeiro) marcaram esse momento de ascensão de novas lideranças com forte apoio comunitário. Além de eleger parlamentares aliados da causa há décadas na Alerj, como o deputado Estadual Carlos Minc.

No caso de Briotly, sua trajetória política tem sido marcada pelo enfrentamento constante à transfobia na Câmara de Vereadores de Niterói, respondendo a sucessivas ameaças de morte por integrantes de grupos de extrema direita. Quando eleita em 2020, Briotly tem grande dificuldade de assumir o cargo como mulher travesti. Ela recorre ao Grupo Arco-Íris que, junto a assessores jurídicos da firma NN Advogados, entrou com um processo para defender o seu direito como mulher trans e parlamentar. Graças a este apoio ela pode se diplomar tendo a sua identidade de gênero reconhecida pelo Tribunal Regional Eleitoral. Neste mesmo período, foram reeleitas aliadas de décadas como Laura Carneiro, Jandira Feghali, e novos parlamentares como Talíria Petrone e Pastor Ernani Vieira que se somam ao grupo de aliados dentro desta agenda e de relacionamento com o Grupo Arco-Íris.

2018

Lançamento Manual de Comunicação LGBTQI+ e Aliança Nacional LGBTQI+  
Capa digital do Manual de Comunicação LGBTQI+, elaborado pela Aliança Nacional LGBTQI+ e Gay Latino, 2018.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTQI+ do Rio de Janeiro



Lançamento do livro História do Movimento LGBT no Brasil  
Capa do livro sobre a História do Movimento LGBT no Brasil, 2018.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTQI+ do Rio de Janeiro



Lançamento do livro Quando Ousamos Existir: Itinerários Autobiográficos do Movimento LGBTQI+ Brasileiro  
Capa do livro sobre a trajetória da década do movimento LGBTQI+ no Brasil, 2018.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTQI+ do Rio de Janeiro



Revista Brejeiras  
Capa da Revista Brejeiras de março, abril e maio, 2018.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTQI+ do Rio de Janeiro



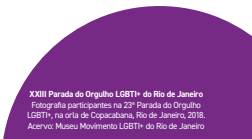
Revista Brejeiras  
Capa da Revista Brejeiras, ano 5, nº5, 2023.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTQI+ do Rio de Janeiro



XXIII Parada do Orgulho LGBTQI+ do Rio de Janeiro  
Fotografia de fotos e participantes na 23ª Parada do Orgulho LGBTQI+, na orla de Copacabana, Rio de Janeiro, 2018.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTQI+ do Rio de Janeiro



\* Prazer + Prevenção = Saúde  
Fôlder da campanha "Mais Prazer, Mais Prevenção e Mais Saúde", realizada pelo Grupo Arco-Íris com apoio da Gerência de DST/HIV/AIDS, Hepatites Virais da Secretaria de Estado de Saúde e FIOCRUZ, durante o evento "In-Tema, 2018".  
Arquivo: Museu Movimento LGBTQI+ do Rio de Janeiro



XXIII Parada do Orgulho LGBTQI+ do Rio de Janeiro  
Fotografia participantes na 23ª Parada do Orgulho LGBTQI+, na orla de Copacabana, Rio de Janeiro, 2018.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTQI+ do Rio de Janeiro



XXIII Parada do Orgulho LGBTQI+ do Rio de Janeiro  
Fotografia de fotos e participantes na 23ª Parada do Orgulho LGBTQI+, na orla de Copacabana, Rio de Janeiro, 2018.  
Arquivo: Museu Movimento LGBTQI+ do Rio de Janeiro

A necessidade de ampliar a representatividade da causa no Rio de Janeiro, sobretudo em um contexto de uma gestão municipal liderada por um prefeito conservador, o Grupo Arco-Íris busca unir forças com lideranças de outros segmentos tomando consciência sobre a necessidade de união de pautas. Em 2020, diante da necessidade crescente de união de diversos segmentos e pautas pela defesa dos direitos humanos, o Movimento LGBTI+ no Rio de Janeiro considera uma vitória a não reeleição do então prefeito. A pauta LGBTI+ passa a fazer parte da nova gestão municipal. Em 2021, a Parada LGBTI+ volta a ser apoiada pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

### Conquistas apesar da repressão

Nos últimos anos, apesar das sucessivas ondas de tentativas retrocesso político e da luta por direitos humanos como parte das agendas de desmantelamento de governantes extremistas, algumas conquistas foram alcançadas devido à luta constante dos membros do movimento. Em 2018, o reconhecimento pelo STF do nome e da classificação de gênero sem exigência de cirurgia representou um marco para o movimento trans no país. No mesmo ano, o Conselho Federal de Psicologia aprova a resolução que proíbe psicólogos a atuarem na recondução de gênero. Em 2019, é inaugurada a primeira Delegacia de Crimes Raciais de Intolerância, no Rio de Janeiro, encarregada do combate a crimes de racismo e homofobia. O processo eleitoral de 2020 traz esperança por novos tempos, entretanto, em meio a uma crise sanitária que tocou sensivelmente os segmentos mais vulneráveis da nossa comunidade.

*Algumas conquistas foram alcançadas devido à luta constante dos membros do movimento*

### Xô Coronar

A partir do início de 2020, a pandemia de covid-19 atinge e amplia a vulnerabilidade da comunidade LGBTI+, assim como a outros grupos de brasileiros em situação de pobreza, como pessoas desempregadas, e muitas pessoas em condição de insegurança alimentar. O Grupo Arco-Íris é a primeira entidade a lançar uma campanha visando grupos vulneráveis, com o programa Xô Coronar. A campanha visava disseminar a informação e auxiliar a comunidade em prol da prevenção. Além disso, o Grupo Arco-Íris previa a necessidade de atendimento psicológico, considerando o isolamento e a convivência em casa (o que sempre se provou uma dificuldade para pessoas LGBTI+), aumentando a chance de conflitos. O Grupo abriu uma linha de apoio psicológico (em âmbito nacional) e uma linha de apoio jurídico. O quarto eixo da rede de proteção social foi a necessidade de apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo pessoas em emprego informal, sem direitos trabalhistas

assegurados, ou pessoas em subemprego, muito comum na comunidade. Neste sentido, a produção de máscaras gerou trabalho remunerado para pessoas trans, que podiam trabalhar de suas casas obtendo alguma renda. Foram distribuídas mais de 25.000 máscaras e 15.000 toalhas, além de sabonetes, álcool em gel e cestas-básicas a pelo menos 20 mil famílias. Essa pronta resposta inspirou outros grupos a desenvolverem programas similares.

A covid 19 aprofunda a cultura do negacionismo promovida pelo governo federal à época, que em nossa comunidade teve um efeito devastador. No entanto, a luta histórica contra a epidemia da Aids forneceu um aprendizado necessário para a rápida resposta do grupo, mesmo que algumas irmãs e irmãos tenham ficado para trás. As atividades do Grupo e as oficinas de saúde no período da pandemia foram ampliadas e mantidas virtualmente. Pelo menos 40 atividades virtuais voltadas para a cidadania LGBTI+ e dois cursos sobre políticas públicas alcançando mais de 800 ativistas em todo o estado, além de lives culturais, foram realizadas neste período. As lives de sexta-feira, organizadas em parceria com o Atelier Almir França, se firmaram como atividades culturais online para a população LGBTI+. Além disso, duas Paradas do Orgulho online foram realizadas no período.

Desde 2018, o Grupo Arco-Íris tem uma mudança significativa de perfil dos seus membros, com a crescente procura de pessoas em situação de pobreza, além de demandas de assistência básica, inclusive abrigo, questões de saúde, etc. Nos últimos três anos o perfil do grupo se volta para o atendimento de pessoas vulneráveis, entendendo as suas demandas como centrais para o apoio à comunidade LGBTI+ de baixa renda. Tal mudança de foco, levou a reorganização da estrutura interna, passando o grupo a ter categorias bem definidas de ativistas, colaboradores, voluntários e usuários. Entende-se que uma pessoa alcançando algum nível de cidadania leva ao avanço da comunidade.

Em 2018, a visibilidade lésbica ganha importante reforço. É criada a Revista Brejeiras, periódico que é produzido por um movimento cooperativo de e para lésbicas que busca, nas páginas da nossa revista, trocar experiências e salvas, ampliar imaginários e contatinhos, ocupar línguas e linguagens, revisitar os becos da memória, enfrentar apagamentos, construir resistências e dar visibilidade às lutas lésbicas. A Revista Brejeiras resiste e insiste em se manter como uma alternativa de comunicação específica diante das dificuldades de patrocínio, que demarca a história das idas e vindas de boa parte da imprensa LGBTI+ brasileira.

2019



10º Seminário LGBTI+ do Congresso Nacional e 1º Seminário LGBTI+ da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Folder digital do 10º Seminário LGBTI+ do Congresso Nacional e 1º Seminário LGBTI+ da Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2019. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



XXIV Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro. Reportagem na Agência Brasil sobre a 24ª Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro, 22/09/2019, 2019. Agência Brasil.



XXIV Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro. Reportagem no Estadão sobre a 24ª Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro, 22/09/2019, 2019. Jornal O Estado de São Paulo



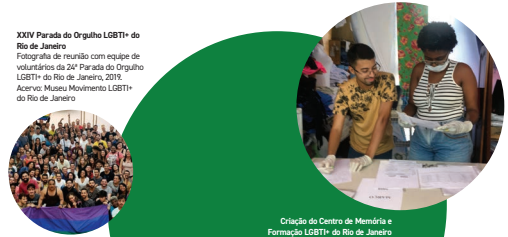
Escola de Divines. Folder digital sobre inscrições no curso Escola de Divines - Formação profissional na área de moda, sustentabilidade, Identidades LGBTI+ e direitos humanos, 2019. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Criação do Centro de Memória e Formação LGBTI+ do Rio de Janeiro. Fotografia de parte da primeira equipe do Centro de Memória e Formação LGBTI+ do Rio de Janeiro em oficina de conservação de papel no NUPRECON - Núcleo de Preservação e Conservação - Visiela Chemsau, 2019. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Criação do Centro de Memória e Formação LGBTI+ do Rio de Janeiro. Fotografia da equipe do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, primeira equipe do Centro de Memória e Formação LGBTI+ do Rio de Janeiro, atual Museu Movimento LGBTI+, 2019. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



XXIV Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro. Fotografia de reunião com equipe de voluntários da 24ª Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2019. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Criação do Centro de Memória e Formação LGBTI+ do Rio de Janeiro. Fotografia de parte da primeira equipe do Centro de Memória e Formação LGBTI+ do Rio de Janeiro, atual Museu Movimento LGBTI+, 2019. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



XXIV Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro. Fotografia de participantes da 24ª Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2019. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Equipe e apoiadores do Grupo Arco-Íris. Fotografia da constituição da equipe e apoiadores do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2019. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Escola de Divines. Fotografia da aula inaugural do curso Escola de Divines - Formação profissional na área de moda, sustentabilidade, Identidades LGBTI+ e direitos humanos, 2019. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



Jane Di Castro. Fotografia de Jane Di Castro em visita ao Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2019. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

Também outro fato que destacamos é a criação pela Prefeitura do Rio, em 2020, do primeiro abrigo público para a população LGBTI+ em situação de rua e extrema vulnerabilidade social. Acolhendo uma média de 80 a 100 pessoas mês, o Abrigue Mais Tempo LGBTI+ David Miranda é uma política pública concreta que deve ser um referencial para implementar estratégias para a assistência social de pessoas LGBTI+.

### Um novo espaço para chamar de seu

O Grupo Arco-Íris conquista o seu primeiro espaço permanente para a sede, com 4 andares e localizado no miolo do centro carioca, cedido pela Prefeitura do Rio de Janeiro após anos de negociação. A estrutura, com portas de vidro e totalmente acessível aos transeuntes, facilitou o atendimento a pessoas e grupos mais vulneráveis.

### Idas e vindas do movimento: a mais recente retomada

Idas e vindas que fazem parte da história do movimento como um todo. O movimento renasce diante de cada dificuldade. Nos últimos dois anos, nos organizamos pela retomada das Paradas do Orgulho LGBTI+ Rio, a nossa principal manifestação pública, no Rio de Janeiro e em todo o país. Inicialmente as Paradas foram reativadas nas capitais e grandes municípios, a partir de diálogos retomados com órgãos públicos e patrocinadores privados. Em 2022, São Paulo reúne 3 milhões de pessoas e o Rio, 1 milhão, lidando ainda com um público inseguro para voltar às ruas. Entre as cidades médias, apenas poucas Paradas foram realizadas.

Em 2023, as paradas em municípios passam a ser mais numerosas, incluindo paradas de bairro que voltam a acontecer. O Rio de Janeiro celebra um novo momento político e de reconstituição das instituições democráticas no Brasil, mas ainda assim reconhece as constantes ameaças que persistem. Nos últimos meses, o Grupo tem se mantido envolvido com a produção de respostas e atos de resistência às tentativas sucessivas de retirada de direitos por políticos extremistas religiosos: a revogação do casamento, a criminalização da homofobia, a ameaça aos direitos de pessoas trans com diversos ataques documentados nas câmaras municipais e nos diversos cantos do país... A Parada deste ano tem como tema "o Amor, a Cidadania e a Luta LGBTI+ jamais vão recuar" para responder as tentativas de revogar direitos já conquistados. Por isso, vamos gritar bem alto: "O nosso amor não será revogado, nenhum passo atrás aos nossos direitos. Pelo direito de existir e pelo direito de amar!



**XXV Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro**  
Folder digital de divulgação da live da 25ª Parada do Orgulho LGBTI+, por razões da Covid-19 foi realizada em ambiente online, 2020.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**LGBTI+ x Corona**  
Fotografia de Kombi com chapéus da campanha LGBTI+ x Corona, promovida pelo Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2020.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**NOSSA MARIÉLLE NOS UNE.**  
Folder digital de divulgação da participação política de Mariéllle Jaf, 2020.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**"Vidas Lésbicas Importam: lutas, protagonismos e participação política JUSTIÇA PARA MARIÉLLE JAF"**  
Fotografia do encontro "Vidas Lésbicas Importam: lutas, protagonismos e participação política JUSTIÇA PARA MARIÉLLE JAF" com as participantes Elza Ribeiro, Mariéllle Estêves, Mônica Benício, Mônica Lima, Angélica Oliveira e Patrícia Estêves, na sede do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2020.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**LGBTI+ x Corona**  
Fotografia de Kombi com chapéus da campanha LGBTI+ x Corona, promovida pelo Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2020.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**LGBTI+ x Corona**  
Folder digital da campanha LGBTI+ x Corona, com ação direcionada à saúde mental, promovida pelo Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2020.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**LGBTI+ x Corona**  
Folder digital da campanha LGBTI+ x Corona, com ação direcionada ao combate à transmissão da COVID-19, promovida pelo Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2020.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**LGBTI+ x Corona**  
Folder digital da campanha LGBTI+ x Corona, com ação direcionada à rede de proteção social, promovida pelo Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2020.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



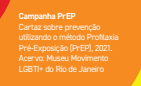
**LGBTI+ x Corona**  
Folder digital da campanha LGBTI+ x Corona, promovida pelo Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2020.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



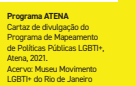
### Idas e vindas que fazem parte da história do movimento como um todo



**PRETAMAM PODE SER PARA PESSOAS TRANS**  
Folder digital de divulgação da campanha PRETAMAM, 2021.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



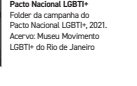
**Programa ATENA**  
Cartaz de divulgação do Programa de Mapeamento de Políticas Públicas LGBTI+, Atena, 2021.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Mulheres Trans de Negócio**  
Folder de ação "Mulheres Trans de Negócio", realizada pela Secretária da Mulher da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2021.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Pacto Nacional LGBTI+**  
Folder da campanha do Pacto Nacional LGBTI+, 2021.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Inauguração da nova sede do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro**  
Fotografia da cerimônia de inauguração da nova sede do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, com participação da Escola de Divines, 2021.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Alberge Mais Tempo LGBTI+**  
Folder de divulgação da inauguração do Alberge Mais Tempo LGBTI+ no Rio de Janeiro, 2020.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



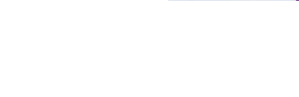
**Live LGBTQI+ 17.05**  
Folder digital de divulgação da live realizada nas redes sociais durante a pandemia do Covid-19, 2021.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Carta da Diversidade - Plataforma Nacional de Direitos Humanos e de Cidadania de Pessoas LGBTI+**  
Carta e páginas da publicação Carta da Diversidade - Plataforma Nacional de Direitos Humanos e de Cidadania de Pessoas LGBTI+ para o Estado Brasileiro, 2021.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



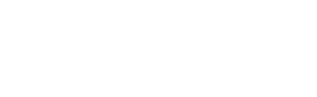
**Painel da Violência Contra a População LGBTI+ do Rio de Janeiro**  
Folder sobre o projeto Painel da Violência Contra a População LGBTI+ no Rio de Janeiro, 2021.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Rio de Janeiro**  
Folder do Projeto Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2021.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Carta da Diversidade**  
Carta e páginas da publicação Carta da Diversidade - Plataforma Nacional de Direitos Humanos e de Cidadania de Pessoas LGBTI+ para o Estado Brasileiro, 2021.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Carta da Diversidade - Plataforma Nacional de Direitos Humanos e de Cidadania de Pessoas LGBTI+**  
Carta e páginas da publicação Carta da Diversidade - Plataforma Nacional de Direitos Humanos e de Cidadania de Pessoas LGBTI+ para o Estado Brasileiro, 2021.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Carta da Diversidade - Plataforma Nacional de Direitos Humanos e de Cidadania de Pessoas LGBTI+**  
Carta e páginas da publicação Carta da Diversidade - Plataforma Nacional de Direitos Humanos e de Cidadania de Pessoas LGBTI+ para o Estado Brasileiro, 2021.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Carta da Diversidade - Plataforma Nacional de Direitos Humanos e de Cidadania de Pessoas LGBTI+**  
Carta e páginas da publicação Carta da Diversidade - Plataforma Nacional de Direitos Humanos e de Cidadania de Pessoas LGBTI+ para o Estado Brasileiro, 2021.  
Acerve: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



## Nem comemorar, nem baixar a guarda: a luta com amor

Mesmo durante o período de maior repressão e de ameaças constantes aos direitos conquistados, o movimento buscou espaço para realizar pequenos avanços. Entre 2019 e 2022, o Grupo Arco-Íris e outros coletivos LGBTI+ continuaram a constituir alianças em defesa da sua pauta. Pequenas reuniões e audiências públicas foram organizadas, quando não se podia defender a causa no congresso federal ou mesmo nas câmaras municipais.

Nos último quatro anos, com a ascensão de diversos parlamentares conservadores, mesmo com os esforços da Aliança Nacional LGBTI+, há dificuldades de se recompor a Frente Parlamentar pela Cidadania LGBTI+ no Congresso Nacional, que foi desmontada durante o governo anterior. Não encontrou um ambiente suficientemente favorável para construir essa agenda, nem força suficiente para constituir a frente de parlamentares. Em 20 de abril de 2023, como uma ação da Aliança Nacional com o apoio do Grupo Arco-Íris, a frente parlamentar é finalmente criada com 250 parlamentares, elegendo Erika Hilton como sua presidenta.

Após quatro anos de gestão conservadora, o Governo Federal retoma o diálogo com as pautas de direitos humanos. Na pauta LGBTI+, foi recriado o Conselho Nacional LGBTI+ e criada uma secretaria nacional da política LGBTI+ no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, que demarcam um momento importante para a reconstrução do estado democrático de direito mas que ainda carece de ações estratégicas e efetivas com orçamento próprio para apoiar ações da sociedade civil organizada LGBTI+ e os estados e municípios para que desenvolvam políticas públicas diante do apagão em

19 estados brasileiros, como apontou o Mapeamento das Políticas para LGBTI+ nos 26 Estados Brasileiros e Distrito Federal, realizado pelo Grupo Arco-Íris e a Aliança Nacional LGBTI+ com apoio do Fundo Positivo.

Em 2023, com as novas tentativas de retroceder às leis que garantem o casamento de pessoas LGBTI+ ou aos direitos das pessoas trans, o ativismo segue lutando para que a agenda se mantenha ativa e suas pautas encontrem ressonância nos órgãos oficiais e na sociedade mais ampla.

Ao longo de anos, os membros do Grupo Arco-Íris lutaram com energia e amor para formar novos ativistas e multiplicar a sua atuação em âmbito local e nacional. Os ativistas LGBTI+ que fizeram essa história dedicaram as suas vidas para que pessoas LGBTI+ possam viver e exercer a sua cidadania de forma plena. O

trabalho realizado no campo de uma cultura politizada e afetiva levou o Grupo Arco-Íris a receber, em 2023, o reconhecimento do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), como Ponto de Memória.

Esta exposição é uma resposta do Grupo Arco-Íris a décadas de ameaças e negligência em relação à memória do ativismo no país, visando formar novas lideranças e constituir novos laços com a sociedade para fortalecer o movimento. Amor & Luta traz a história da luta de trinta anos, e, ainda, afirmando que "o amor, a cidadania e a luta LGBTI+ jamais irão recuar".

"É preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã, pois se você parar pra pensar, na verdade não há." Renato Russo

2022



**Coêlho Rio - Empregabilidade e Cidadania LGBTI+**  
Folder de divulgação do projeto Coêlho Rio - Empregabilidade e Cidadania LGBTI+ - Balcão de Serviços e Oportunidades, 2022. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



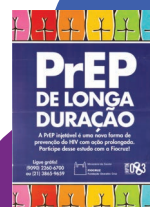
**XXVII Parada do Orgulho LGBTI+**  
Folder de Divulgação da XXVII Parada do Orgulho LGBTI+, 2022. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Lançamento do Filme "Quando Ousamos a Existir"**  
Cartaz do lançamento do Filme "Quando Ousamos a Existir" sobre o movimento LGBTI+, 2022. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Lançamento do Filme "Quando Ousamos a Existir"**  
Cartaz do lançamento do Filme "Quando Ousamos a Existir" sobre o movimento LGBTI+, 2022. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**PrEP Injeável**  
Cartaz sobre estudo pioneiro da FIOCRUZ sobre Profiltaxi PrEP-Exposição (PrEP) Injeável, 2022. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**29 Anos do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro**  
Flyer digital sobre o aniversário de 29 anos do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2022. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

2023



**Trabalho Rio**  
Folder digital de divulgação do Ponto Avançado de Atendimento LGBTI+ - Trabalho Rio, na sede do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2023. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**SMILE Brasil**  
Folder digital do projeto estudo SMILE Brasil - Saúde Mental da População LGBTI+, 2023. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Manual de Cristianismo e LGBTI+**  
Manual produzido pela Aliança Nacional LGBTI+ e Rede Gay Latino. Folder digital de divulgação do lançamento do Manual de Cristianismo e LGBTI+, 2023. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro**  
Fotografia do cotidiano de trabalho do Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro, na sede do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2023. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro**  
Fotografia de ação literária do Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro, no Museu Histórico da Cidade, 2023. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro**  
Fotografia do cotidiano de trabalho do Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro, na sede do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2023. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro**  
Fotografia de participantes na Assembleia para aprovação do Plano Museológico do Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2023. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**30 Anos do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+**  
Folder digital sobre o aniversário de 30 anos do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro, 2023. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Proibição do Casamento Transnacional**  
Fotografia da deputada federal Laura Cardoso na votação da Comissão de Prevenção, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados contra o casamento civil homossexual. Acervo: Câmara dos Deputados



**Pessoas LGBTOIA+ Existem e São Importantes**  
Material de divulgação da campanha sobre Inclusões do Governo Federal em defesa de pessoas LGBTI+, 2023. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro



**Centro de Cidadania LGBTI+**  
Cartaz sobre o Centro de Cidadania LGBTI+, promovido pelo Rio Sem LGBTI+-2023. Acervo: Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

## FICHA TÉCNICA

Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBTI+ do Rio de Janeiro

Claúdio Nascimento, Presidente do Grupo Arco-Iris

Patricia Esteves, Vice-presidente do Grupo Arco-Iris

Alexandre Castilho, Diretor Financeiro do Grupo Arco-Iris

Lilian Motta, Coordenadora administrativa do Grupo Arco-Iris

Julio Moreira, Diretor sociocultural do Grupo Arco-Iris

### Musas Projetos Culturais

Sabrina Cruz, Diretora Executiva da Musas Projetos Culturais

Telma Lasmar, Consultora de projetos da Musas Projetos Culturais

### Museu Movimento LGBTI+ MuMO LGBTI+

Claúdio Nascimento, Coordenador geral

Bruno Brulon, Coordenador Acadêmico

Silvilene Moraes, Coordenadora de Acessibilidade e Educação

Julio Moreira, Coordenador Comunitário

Carolina Zanesi, Coordenadora técnica

Almir França, Coordenador do Memorial Trans

Marcio Caetano, Coordenador de Audiovisual

Marina Pinheiro, Assessora técnica

Daniel Sá, Assessoria colaborativa do Memorial Trans

Lilian Motta, Colaboradora técnica

Alexandre Castilho, Colaborador técnico

Alyce Brito, Estagiária de Museologia

Sabrina Cruz, Colaboradora em projetos

Telma Lasmar, Colaboradora em projetos

### Curadoria Colaborativa e Pesquisa

Claúdio Nascimento, filósofo, presidente do Grupo Arco-Iris e coordenador geral do MuMo LGBTI+

Silvilene Moraes, museóloga, integrante do MEI-UNIRIO, coordenadora de Educação, Inclusão e Acessibilidade do MuMo LGBTI+

Bruno Brulon, museólogo, coordenador do MEI-UNIRIO, coordenador acadêmico do MuMo LGBTI+

Marcio Caetano, educador, coordenador do Centro de Memórias do Ativismo LGBTI+ da UFFel e coordenador de Audiovisual do MuMo LGBTI+

Carolina Zanesi, museóloga, integrante do MEI-UNIRIO, coordenadora técnica do projeto do MuMo LGBTI+ /Musas-GAI

Marina Pinheiro, museóloga, integrante do MEI-UNIRIO, assessora técnica do projeto do MuMo LGBTI+ /Musas-GAI

Almir França, estilista, coordenador da Escola de Divines, integrante do Conselho Consultivo do Grupo Arco-Iris e coordenador do Memorial da Cultura Transformista do MuMo LGBTI+

José Rodolfo Lopes, colaborador do Centro de Memórias do Ativismo LGBTI+ da UFFel e do MuMo LGBTI+

Alyce Brito, voluntária de Museologia no MuMo LGBTI+ pelo MEI-UNIRIO

Daniel Sá, bacharel em Moda, integrante do MEI-UNIRIO e colaborador do MuMo LGBTI+

Julio Moreira, técnico em eventos e diretor do Grupo Arco-Iris e coordenador comunitário do MuMo LGBTI+

Patricia Esteves, graduada em gestão pública e vice-presidente do Grupo Arco-Iris

Alexandre Castilho, publicitário e diretor do Grupo Arco-Iris

Jorge Cae Rodrigues, doutor em comunicação e fundador do Grupo Arco-Iris

Agradecemos a consultoria colaborativa na curadoria e o apoio indicando fontes e informações importantes para a realização desta exposição: Luiz Carlos Barros de Freitas, Augusto José Abreu de Andrade, Lilian Motta, Marcelle Esteves e Rosângela Castro.



LOVE



**Acevo**

Carolina Zanesi, Marina Pinheiro e Alyne Brito: acevo físico e digital  
Julio Moreira e Luiz Carlos Freitas: acevo digital  
Almir França, Silvilene Barros e Daniel Sá: indumentárias  
Cláudio Nascimento, Marcio Caetano, Fabio Rodrigues e Denilson Silva: gravação e edição de vídeos

**Acessibilidade**

Silvilene Moraes, consultora de acessibilidade e inclusão  
Anderson Junichi Shimamoto, assessor Técnico de Acessibilidade  
Ideias Demais Produções, audiodescrição  
PII Idiomas, libras  
Urece Esporte e Cultura para Cegos, braille

**Educação Museal**

Silvilene Moraes, coordenadora geral  
Lucas Rodrigues e Brune Ribeiro da Silva, educadores  
Lucas Dantas e Gabriel de Brito Mação, mediadores  
Salvador de Lúcio Filho, estagiário

**Arquitetura**

Ricardo Kawamoto, arquiteto da Arko Arquitetura e Urbanismo  
Isabel Maiolino, arquiteta da Arko Arquitetura e Urbanismo

**Projetos de Marcenaria, Elétrica e Iluminação**

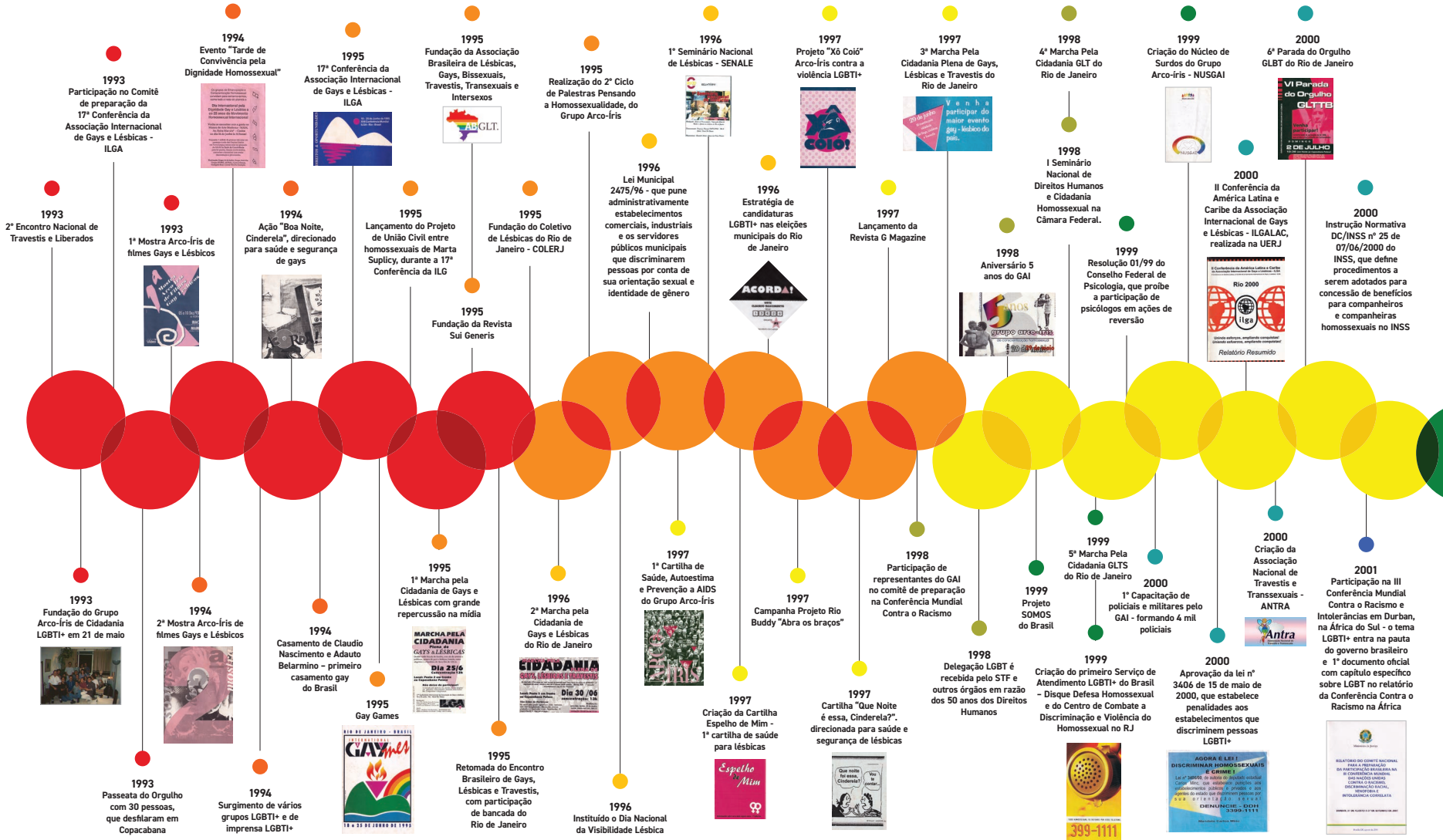
Marcos José da Silva Miranda, diretor da Ciranda dos Ventos Designer de Móveis e Eventos

**Conceito Visual, Design e Comunicação**

Bruno Bertani, publicitário e diretor da Indústria Nacional Design  
Márcia Vilella, relações públicas, diretora da Target Assessoria de Comunicação  
Letícia Reiberger, jornalista e colaboradora da Target Assessoria de Comunicação  
Lia Berbert, designer e colaboradora da Target Assessoria de Comunicação  
Adriana Sá, designer e colaboradora da Target Assessoria de Comunicação  
Carollina Mesquita, designer e colaboradora da Target Assessoria de Comunicação  
Christine Keller, jornalista e colaboradora da Target Assessoria de Comunicação  
Julius Breyer, relações públicas e colaborador da Target Assessoria de Comunicação  
Julio Moreira, designer, tecnólogo em eventos, diretor sociocultural do Grupo Arco-Iris

**Colaboração técnica e Equipe de voluntários do Grupo Arco-Iris**

Paula Ivo, graduada em Ciências Sociais e assessora de projetos e pesquisas  
Jacqueline Pottinelly, assistente administrativa  
Paolena Moreira, assistente social  
Priscila Cristine, advogada  
Rogério Sganzerla, assessoria de projetos e pesquisas  
Lucimar Lobato, colabora em eventos  
Pedro Lopes, colaborador em produção cultural  
Kadosh Olive, colaborador em produção cultural  
Leandro Gregéria, regente do Coral Arco-Iris Por Prazer  
Mestre Rico, colaborador  
Carlos Nicodemas, advogado, diretor do NN Advogados e colaborador do Grupo Arco-Iris  
Marcos Reis, graduado em jornalismo e colaborador em eventos  
Vinicius Moura, designer e colaborador em eventos



**1993**  
Participação no Comitê de preparação da 17ª Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas - ILGA

**1994**  
Evento "Tarde de Convivência pela Dignidade Homossexual"

**1995**  
17ª Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas - ILGA

**1995**  
Fundação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Intersexos

**1995**  
Realização do 2º Ciclo de Palestras Pensando a Homossexualidade, do Grupo Arco-Íris

**1996**  
1º Seminário Nacional de Lésbicas - SENALE

**1997**  
Projeto "Xô Coió" Arco-Íris contra a violência LGBTBI+

**1997**  
3ª Marcha Pela Cidadania Plena de Gays, Lésbicas e Travestis do Rio de Janeiro

**1998**  
4ª Marcha Pela Cidadania GLT do Rio de Janeiro

**1999**  
Criação do Núcleo de Surdos do Grupo Arco-Íris - NUSGAI

**2000**  
6ª Parada do Orgulho GLTB do Rio de Janeiro

**1993**  
2º Encontro Nacional de Travestis e Liberados

**1993**  
1ª Mostra Arco-Íris de filmes Gays e Lésbicos

**1994**  
Ação "Boa Noite, Cinderela", direcionado para saúde e segurança de gays

**1995**  
Lançamento do Projeto de União Civil entre homossexuais de Marta Suptic, durante a 17ª Conferência da ILGA

**1995**  
Fundação do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro - COLERJ

**1996**  
Lei Municipal 2475/96 - que pune administrativamente estabelecimentos comerciais, industriais e os servidores públicos municipais que discriminarem pessoas por conta de sua orientação sexual e identidade de gênero

**1996**  
Estratégia de candidaturas LGBTBI+ nas eleições municipais do Rio de Janeiro

**1997**  
Lançamento da Revista G Magazine

**1998**  
Aniversário 5 anos do GAI

**1999**  
Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia, que proíbe a participação de psicólogos em ações de reversão

**2000**  
II Conferência da América Latina e Caribe da Associação Internacional de Gays e Lésbicas - ILGALAC, realizada na UERJ

**2000**  
Instrução Normativa DC/INSS nº 25 de 07/06/2000 do INSS, que define procedimentos a serem adotados para concessão de benefícios para companheiros e companheiras homossexuais no INSS

**1993**  
Fundação do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTBI+ em 21 de maio

**1994**  
2ª Mostra Arco-Íris de filmes Gays e Lésbicos

**1994**  
Casamento de Claudio Nascimento e Aduato Belarmino - primeiro casamento gay do Brasil

**1995**  
1ª Marcha pela Cidadania de Gays e Lésbicas com grande repercussão na mídia

**1996**  
2ª Marcha pela Cidadania de Gays e Lésbicas do Rio de Janeiro

**1997**  
1ª Cartilha de Saúde, Autoestima e Prevenção a AIDS do Grupo Arco-Íris

**1997**  
Campanha Projeto Rio Buddy "Abra os braços"

**1998**  
Participação de representantes do GAI no comitê de preparação na Conferência Mundial Contra o Racismo

**1998**  
Delegação LGBTBI+ é recebida pelo STF e outros órgãos em razão dos 50 anos dos Direitos Humanos

**1999**  
5ª Marcha Pela Cidadania GLTS do Rio de Janeiro

**2000**  
1ª Capacitação de policiais e militares pelo GAI - formando 4 mil policiais

**2001**  
Participação na III Conferência Mundial Contra o Racismo e Intolerâncias em Durban, na África do Sul - o tema LGBTBI+ entra na pauta do governo brasileiro e 1º documento oficial com capítulo específico sobre LGBTBI+ no relatório da Conferência Contra o Racismo na África

**1993**  
Passeata do Orgulho com 30 pessoas, que desfilaram em Copacabana

**1994**  
Surgimento de vários grupos LGBTBI+ e de imprensa LGBTBI+

**1995**  
Retomada do Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, com participação de bancada do Rio de Janeiro

**1995**  
Fundação da Revista Sui Generis

**1996**  
Instituído o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica

**1997**  
Criação da Cartilha Espelho de Mim - 1ª cartilha de saúde para lésbicas

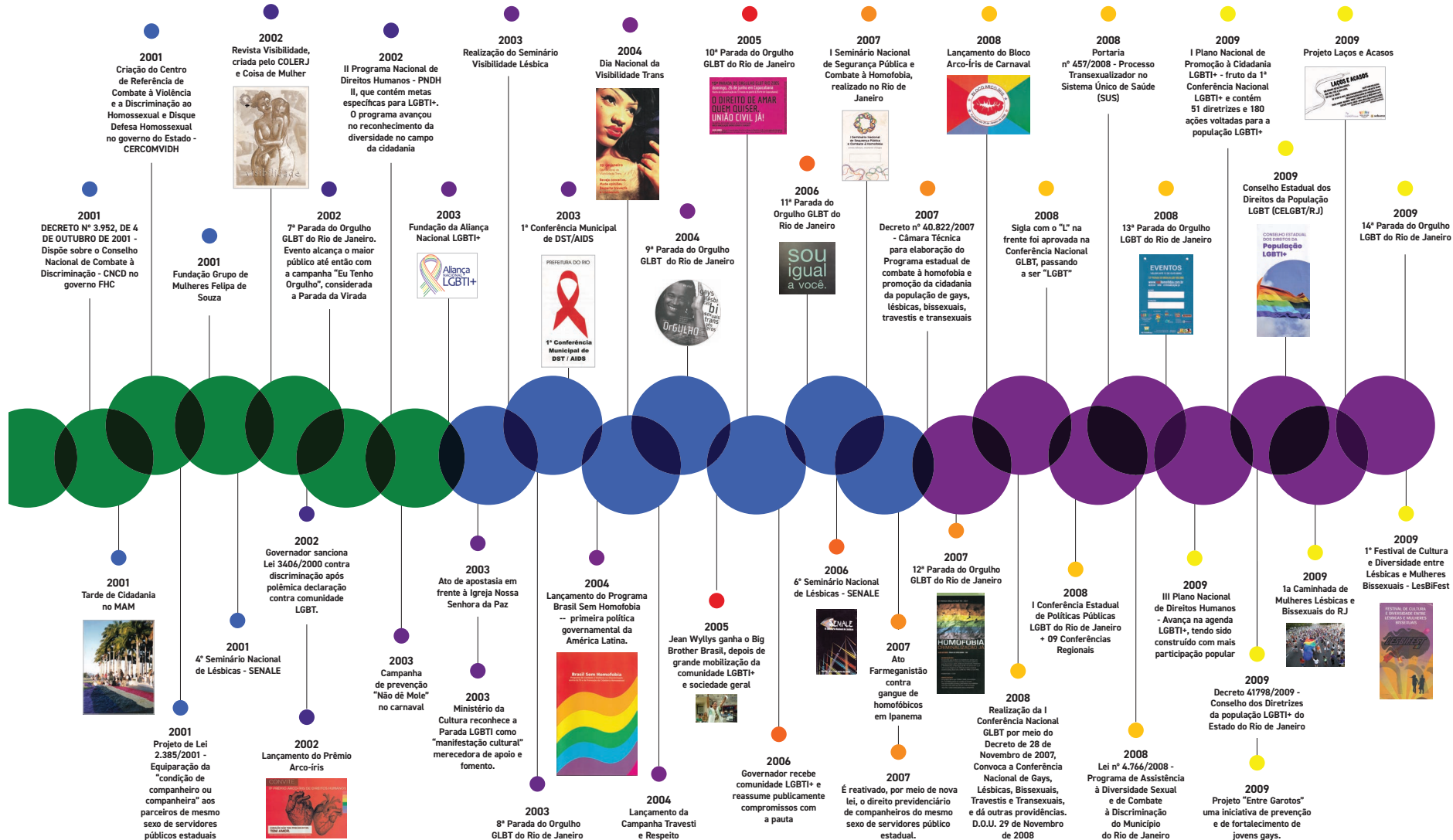
**1997**  
Cartilha "Que Noite é essa, Cinderela?": direcionada para saúde e segurança de lésbicas

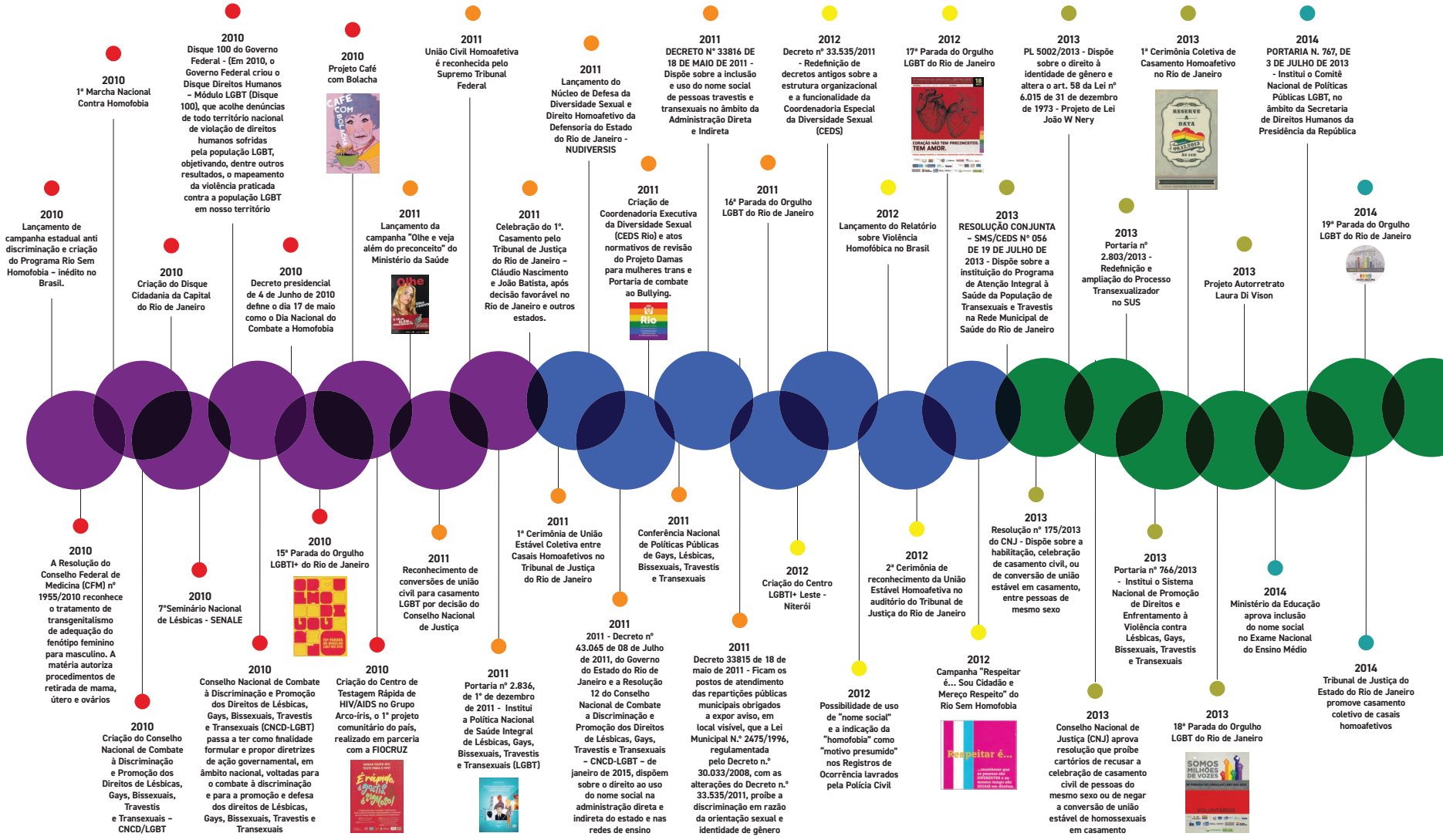
**1999**  
Criação do primeiro Serviço de Atendimento LGBTBI+ do Brasil - Disque Defesa Homossexual e do Centro de Combate a Discriminação e Violência do Homossexual no RJ

**2000**  
Aprovação da lei nº 3406 de 15 de maio de 2000, que estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas LGBTBI+

**2000**  
Criação da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais - ANTRA

**2000**  
Aprovação da lei nº 3406 de 15 de maio de 2000, que estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas LGBTBI+





**2010**  
1ª Marcha Nacional  
Contra Homofobia

**2010**  
Disque 100 do Governo Federal - (Em 2010, o Governo Federal criou o Disque Direitos Humanos - Módulo LGBT (Disque 100), que acolhe denúncias de todo território nacional de violação de direitos humanos sofridas pela população LGBT, objetivando, dentre outros resultados, o mapeamento da violência praticada contra a população LGBT em nosso território)

**2010**  
Projeto Café com Bolacha



**2011**  
União Civil Homoafetiva é reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal

**2011**  
Lançamento do Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo da Defensoria do Estado do Rio de Janeiro - NUDIVERSIS

**2011**  
DECRETO Nº 33814 DE 18 DE MAIO DE 2011 - Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Direta e Indireta

**2012**  
Decreto nº 33.535/2011 - Redefinição de decretos antigos sobre a estrutura organizacional e a funcionalidade da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual (CEDS)

**2012**  
17ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro



**2013**  
PL 5002/2013 - Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973 - Projeto de Lei João W Nery

**2013**  
1ª Cerimônia Coletiva de Casamento Homoafetivo no Rio de Janeiro



**2014**  
PORTARIA N. 767, DE 3 DE JULHO DE 2013 - Institui o Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

**2010**  
Lançamento de campanha estadual anti discriminação e criação do Programa Rio Sem Homofobia - inédito no Brasil.

**2010**  
Criação do Disque Cidadania da Capital do Rio de Janeiro

**2010**  
Decreto presidencial de 4 de Junho de 2010 define o dia 17 de maio como o Dia Nacional do Combate à Homofobia

**2011**  
Lançamento da campanha "Oite e veja além do preconceito" do Ministério da Saúde



**2011**  
Celebração do 1º. Casamento pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - Cláudio Nascimento e João Batista, após decisão favorável no Rio de Janeiro e outros estados.

**2011**  
Criação de Coordenadoria Executiva da Diversidade Sexual (CEDS Rio) e atos normativos de revisão do Projeto Damas para mulheres trans e Portaria de combate ao Bullying.



**2011**  
16ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro

**2012**  
Lançamento do Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil

**2013**  
RESOLUÇÃO CONJUNTA - SMS/CEDS Nº 056 DE 19 DE JULHO DE 2013 - Dispõe sobre a instituição do Programa de Atenção Integral à Saúde da População de Transsexuais e Travestis na Rede Municipal de Saúde do Rio de Janeiro

**2013**  
Portaria nº 2.803/2013 - Redefinição e ampliação do Processo Transsexualizador no SUS

**2013**  
Projeto Autorretrato Laura Di Vison

**2014**  
19ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro



**2010**  
A Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1955/2010 reconhece o tratamento de transgenitalismo de adequação do fenótipo feminino para masculino. A matéria autoriza procedimentos de retirada de mama, útero e ovários

**2010**  
7º Seminário Nacional de Lésbicas - SENALE

**2010**  
15ª Parada do Orgulho LGBT+ do Rio de Janeiro



**2011**  
Reconhecimento de união civil para casamento LGBT por decisão do Conselho Nacional de Justiça

**2011**  
1ª Cerimônia de União Estável Coletiva entre Casais Homoafetivos no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

**2011**  
Conferência Nacional de Políticas Públicas de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

**2012**  
Criação do Centro LGBT+ Leste - Niterói

**2012**  
2ª Cerimônia de reconhecimento da União Estável Homoafetiva no auditório do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

**2013**  
Resolução nº 175/2013 do CNJ - Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo

**2013**  
Portaria nº 766/2013 - Institui o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

**2014**  
Ministério da Educação aprova inclusão do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio

**2010**  
Criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT

**2010**  
Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD-LGBT) passa a ter como finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

**2010**  
Criação do Centro de Testagem Rápida de HIV/AIDS no Grupo Arco-íris, o 1º projeto comunitário do país, realizado em parceria com a FIOCRUZ



**2011**  
Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 - Institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)



**2011**  
Decreto nº 43.065 de 08 de Julho de 2011, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Resolução 12 do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCD-LGBT - de janeiro de 2015, dispõem sobre o direito ao uso do nome social na administração direta e indireta do estado e nas redes de ensino

**2011**  
Decreto 33815 de 18 de maio de 2011 - Ficam os postos de atendimento das repartições públicas municipais obrigados a expor aviso, em local visível, que a Lei Municipal N.º 2475/1996, regulamentada pelo Decreto n.º 30.033/2008, com as alterações do Decreto n.º 33.535/2011, proíbe a discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero

**2012**  
Possibilidade de uso de "nome social" e a indicação da "homofobia" como "motivo presumido" nos Registros de Ocorrência lavrados pela Polícia Civil

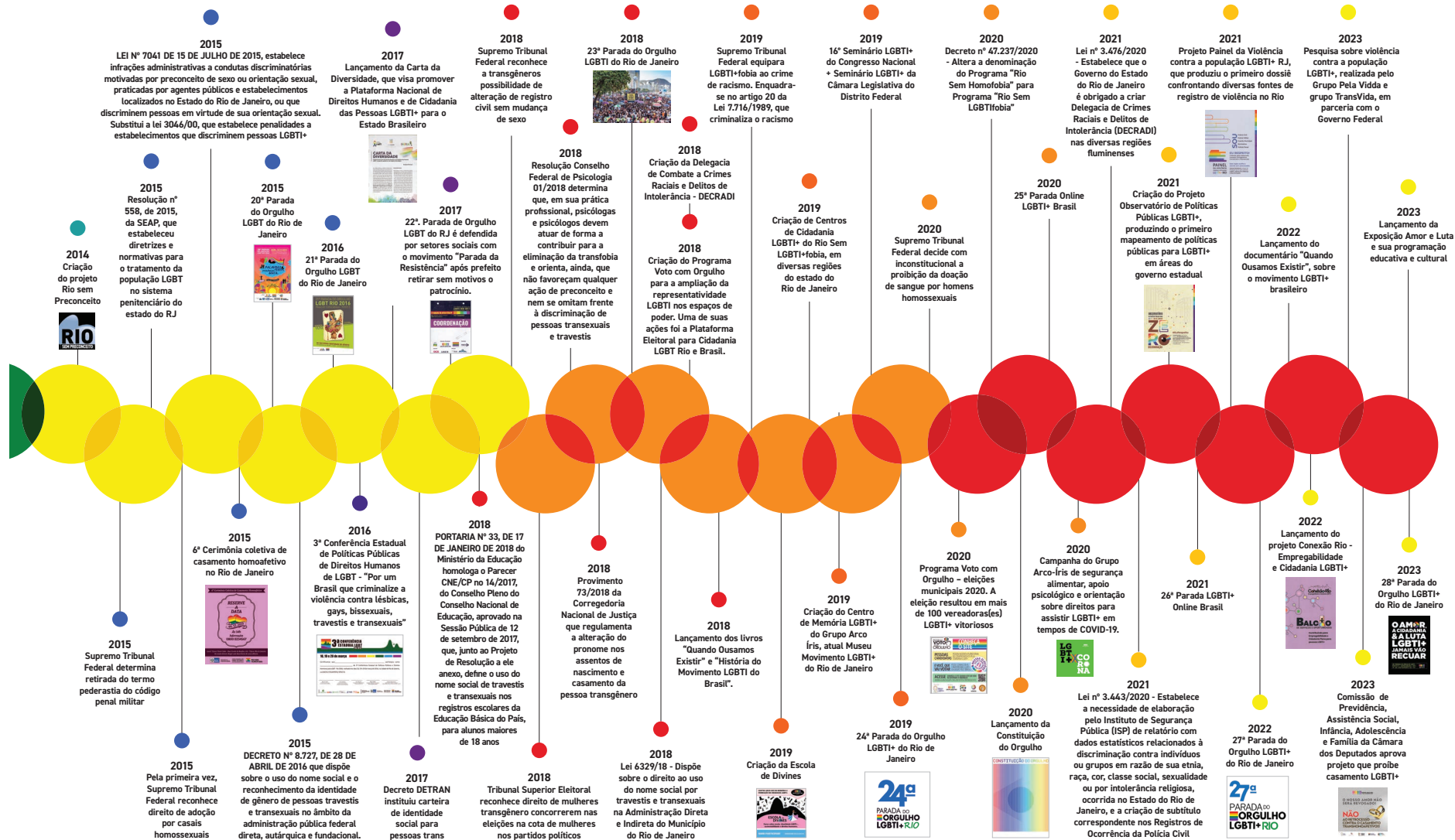


**2012**  
Campanha "Respeitar é... Sou Cidadão e Mereço Respeito" do Rio Sem Homofobia

**2013**  
18ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro



**2014**  
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro promove casamento coletivo de casais homoafetivos



**2015**  
LEI Nº 7041 DE 15 DE JULHO DE 2015, estabelece infrações administrativas a condutas discriminatórias motivadas por preconceito de sexo ou orientação sexual, praticadas por agentes públicos e estabelecimentos localizados no Estado do Rio de Janeiro, ou que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual. Substitui a lei 3046/00, que estabelece penalidades a estabelecimentos que discriminem pessoas LGBTI+

**2017**  
Lançamento da Carta da Diversidade, que visa promover a Plataforma Nacional de Direitos Humanos e de Cidadania das Pessoas LGBTI+ para o Estado Brasileiro

**2018**  
Supremo Tribunal Federal reconhece a transgênero possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo

**2018**  
23ª Parada do Orgulho LGBTI do Rio de Janeiro

**2019**  
Supremo Tribunal Federal equipara LGBTI+fobia ao crime de racismo. Enquadra-se no artigo 20 da Lei 7.716/1989, que criminaliza o racismo

**2019**  
16º Seminário LGBTI+ do Congresso Nacional + Seminário LGBTI+ da Câmara Legislativa do Distrito Federal

**2020**  
Decreto nº 47.237/2020 - Altera a denominação do Programa "Rio Sem Homofobia" para Programa "Rio Sem LGBTI+fobia"

**2021**  
Lei nº 3.476/2020 - Estabelece que o Governo do Estado do Rio de Janeiro é obrigado a criar Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI) nas diversas regiões fluminenses

**2023**  
Pesquisa sobre violência contra a população LGBTI+, realizada pelo Grupo Pela Vida e grupo TransVida, em parceria com o Governo Federal

**2014**  
Criação do projeto Rio sem Preconceito

**2015**  
Resolução nº 558, de 2015, da SEAP, que estabeleceu diretrizes e normativas para o tratamento da população LGBT no sistema penitenciário do estado do RJ

**2015**  
20ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro

**2017**  
22ª Parada do Orgulho LGBT do RJ é defendida por setores sociais com o movimento "Parada da Resistência" após prefeito retirar sem motivos o patrocínio.

**2018**  
Resolução Conselho Federal de Psicologia 01/2018 determina que, em sua prática profissional, psicólogas e psicólogos devem atuar de forma a contribuir para a eliminação da transfobia e orienta, ainda, que não favoreçam qualquer ação de preconceito e nem se omitam frente à discriminação de pessoas transsexuais e travestis

**2018**  
Criação da Delegacia de Combate a Crimes Raciais e Delitos de Intolerância - DECRADI

**2019**  
Criação de Centros de Cidadania LGBTI+ do Rio Sem LGBTI+fobia, em diversas regiões do estado do Rio de Janeiro

**2020**  
25ª Parada Online LGBTI+ Brasil

**2021**  
Criação do Projeto Observatório de Políticas Públicas LGBTI+, produzindo o primeiro mapeamento de políticas públicas para LGBTI+ em áreas do governo estadual

**2023**  
Lançamento da Exposição Amor e Luta e sua programação educativa e cultural

**2015**  
6ª Cerimônia coletiva de casamento homoafetivo no Rio de Janeiro

**2016**  
3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Direitos Humanos de LGBT - "Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais"

**2018**  
PORTARIA Nº 33, DE 17 DE JANEIRO DE 2018 do Ministério da Educação homologa o Parecer CNE/CP no 14/2017, do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 12 de setembro de 2017, que, junto ao Projeto de Resolução a ele anexo, define o uso do nome social de travestis e transsexuais nos registros escolares da Educação Básica do País, para alunos maiores de 18 anos

**2018**  
Provimento 73/2018 da Corregedoria Nacional de Justiça que regulamenta a alteração do pronome nos assentos de nascimento e casamento da pessoa transgênero

**2018**  
Lançamento dos livros "Quando Ousamos Existir" e "História do Movimento LGBTI do Brasil".

**2019**  
Criação do Centro de Memória LGBTI+ do Grupo Arco Íris, atual Museu Movimento LGBTI+ do Rio de Janeiro

**2020**  
Programa Voto com Orgulho - eleições municipais 2020. A eleição resultou em mais de 100 vereadores(es) LGBTI+ vitoriosos

**2020**  
Campanha do Grupo Arco-Íris de segurança alimentar; apoio psicológico e orientação sobre direitos para assistir LGBTI+ em tempos de COVID-19.

**2021**  
26ª Parada LGBTI+ Online Brasil

**2022**  
Lançamento do projeto Conexão Rio - Empregabilidade e Cidadania LGBTI+

**2015**  
Supremo Tribunal Federal determina retrada do termo pederastia do código penal militar

**2015**  
Pela primeira vez, Supremo Tribunal Federal reconhece direito de adoção por casais homossexuais

**2017**  
Decreto DETRAN instituiu carteira de identidade social para pessoas trans

**2018**  
Tribunal Superior Eleitoral reconhece direito de mulheres transgênero concorrerem nas eleições na cota de mulheres nos partidos políticos

**2018**  
Lei 6329/18 - Dispõe sobre o direito ao uso do nome social por travestis e transsexuais na Administração Direta e Indireta do Município do Rio de Janeiro

**2019**  
Criação da Escola de Divines

**2019**  
24ª Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro

**2020**  
Constituição do Orgulho

**2021**  
Lei nº 3.443/2020 - Estabelece a necessidade de elaboração pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) de relatório com dados estatísticos relacionados à discriminação contra indivíduos ou grupos em razão de sua etnia, raça, cor, classe social, sexualidade ou por intolerância religiosa, ocorrida no Estado do Rio de Janeiro, e a criação de subtítulo correspondente nos Registros de Ocorrência da Polícia Civil

**2023**  
Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprova projeto que proíbe casamento LGBTI+

**2015**  
21ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro

**2016**  
21ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro

**2018**  
2018

**2018**  
2018

**2018**  
2018

**2019**  
2019

**2020**  
2020

**2021**  
2021

**2022**  
2022

**2023**  
2023

**2015**  
2015

**2015**  
2015

**2017**  
2017

**2018**  
2018

**2018**  
2018

**2019**  
2019

**2020**  
2020

**2021**  
2021

**2022**  
2022

**2023**  
2023

**2015**  
2015

**2015**  
2015

**2017**  
2017

**2018**  
2018

**2018**  
2018

**2019**  
2019

**2020**  
2020

**2021**  
2021

**2022**  
2022

**2023**  
2023

1993 - 1997



1993 - 1997



1993 - 1997



1993 - 1997



1998 - 2002



1998 - 2002



1998 - 2002



1998 - 2002



2003 - 2007



2003 - 2007



2003 - 2007



2003 - 2007



2008 - 2012



2008 - 2012



2008 - 2012



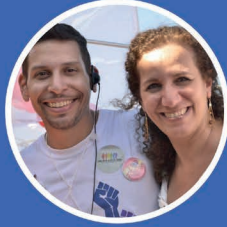
2008 - 2012



2013 - 2017



2013 - 2017



2013 - 2017



2013 - 2017



2018 - 2021



2018 - 2021



2022 - 2023



2022 - 2023



## MEMORIAL LESBI

O Memorial Cantoras LesBI homenageia mulheres lésbicas e bissexuais que, por meio do canto, representam as pessoas LGBTI+. As trajetórias dessas 18 artistas se conectam com a história LGBTI+ carioca e convergem com os caminhos do Grupo Arco-Íris. São percursos de luta e resistência trilhados com amor e arte, firmeza e propósito. Esses palcos são espaços onde são difundidos projetos, atividades, programações e oportunidades oferecidas pelo Grupo Arco-Íris e o Movimento LGBTI+, trazendo com generosidade as nossas mensagens para todo mundo. Melodia e poesia informam, encantam por meio de sutilezas e gritam mensagens indispensáveis. O canto conduz ao universo dos bares e casas noturnas, onde o show é lugar do sensível, de dores, lutas e de alegrias da alma. As mulheres se fazem ouvir por essa arte e hoje celebramos sua existência: glorificamos as canções mas, acima de todas as coisas, a língua do corpo e afirmação da mulher neste Memorial.

Entre cordas e acordes, as mensagens sobre liberdade e resistência não cessam. As canções espalham amor e respeito à pluralidade. Sabemos que "...o bom é beijar"\* e que "não vale a pena se importar se é cavaleiro ou dama\*\*" porque "ninguém separa amor que assume\*\*\*". Temos consciência de que é preciso seguir na luta porque "queremos o seguinte no jornal, quem mata menina se dá mal, sendo gente bem ou marginal"\*\*\*\*. Já que ainda "as pessoas não entendem porque eles se assumiram\*\*\*\*\*", é necessário ter condições para que se "...descubra de verdade, o que você ama, que tudo pode ser seu"\*\*\*\*\*.

As canções são potências de resistência, emoções e liberdade. O Grupo Arco-Íris acredita no poder da arte na promoção da autoestima, no desenvolvimento cidadão, transformando "o tédio em melodia"\*\*\*\*\*. Afinal, "a moral da história vai estar sempre na glória de fazermos o que nos satisfaz"\*\*\*\*\*. "Sem as lésbicas e as mulheres bissexuais os direitos não são humanos", como diria Rosângela Castro do Grupo Felipa de Souza.

Curadoria

\*Canção Bom é Beijar, interpretada por Leila Maria. | \*\*Canção Duas Levas, interpretada por Daniela Mercury. | \*\*\*Canção Mônica, interpretada por Angélica Ro Ro. | \*\*\*\*Canção As Pessoas e Eles, interpretada por Lezi Brandão. | \*\*\*\*\*Canção Pra Começar, interpretada por Marina Lima. | \*\*\*\*\*Canção Todo Amor que Houver Nessa Vida, interpretada por Angélica Ro Ro. | \*\*\*\*\*Canção Inorais, interpretada por Zélia Duncan.

**AMOR  
& LUTA**  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Secretária Municipal de Cultura apresentam:

# MEMORIAL LESBI



## ANGELA RO RO

Angela Ro Ro além de cantora é pianista e compositora. Canta música pop-ritornal - vai do sertão caipira até o rock, rock e pop. "Meu Pe" foi o primeiro single por sua voz no Brasil e música de sucesso. O repertório é marcado pelo universo boêmio e nas parcerias artísticas com grandes nomes da música brasileira. Lançou para o mundo "Amor, Meu Grande Amor", em 1978, um de seus primeiros sucessos. É artista e professora de maneira bastante direta sobre harmonia e acordes. Ficou conhecida por ser lésbica. Com seu estilo descolado e debochado, se apresentou no primeiro Prêmio Arco-Iris de Direitos Humanos concedido a pessoas e entidades que se dedicaram na promoção dos direitos LGBT+ no Município de República em 2007.



## ALINE RAMOS

Aline Ramos se reconhece como lésbica desde os 13 anos e tem interesse pessoal por causas LGBT+. Ativista e co-fundadora do Peca-Gil e Alcinon, agora samba e é cantora no cenário nacional e internacional em bases no Rio de Janeiro. Participou do projeto Vozes da Diversidade promovido pelo Grupo Arco-Iris, que visa ampliar a visibilidade de cantores e cantoras LGBT+ carcerais. Lançou sempre dos convites com gratidão e carinho.



## CÁSSIA ELLER

Cássia Eller é conhecida pela vitalidade de seu repertório, que pode ter referências do Nirvana a Edith Piaf. Aos anos 80 sua carreira se consolidou e tornou-se referência lésbica na música brasileira. Apresentou-se na trilha sonora do filme Rock & Roll 2001. Na ocasião, Cássia mostrou os seus, o que foi considerado bastante polêmico para a época. Discutiu uma parte da sociedade por essas transgressões, mas se considerou limitada na liberdade. As músicas "Matandang", "O Segundo Sol" e "Relicário" são alguns sucessos que marcam a repertório. Em 2011, Cássia ficou doente, sua companheira, seu filho e outras saudades em seus familiares e fãs. Sua obra e representatividade deixam um legado de força e sensibilidade através da arte. As mensagens de suas canções se conectam com os sonhos por liberdade e amor, são defendidos pelo Grupo Arco-Iris e todo o Movimento LGBT+.



## LECI BRANDÃO

Leci foi uma das primeiras cantoras a assumir-se lésbica - em 1978, por meio de entrevista à revista Lamele. Semanas, e cantou na primeira mulher a integrar a Ala de Compositores da Escola de Samba Mangueira. Na esfera política, foi Conselheira do Secretariado Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Social e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e também da revista Presidente Lula Lúcia Luíza da Silva, permanecendo nos Conselhos por dois mandatos (2004 e 2008). É uma artista pioneira em música e representatividade lésbica e a utilização da música como ferramenta de combate ao preconceito de raça, gênero e orientação sexual. A música "As Pressões e Euf", considerada uma das primeiras canções brasileiras a falar abertamente sobre homossexualidade, é um dos maiores exemplos. No cotidiano, gravou a música "Pra Colocar Mulo-Mulo", reafirmando nos presentes suas convicções a favor da LGBT+.



## LANLAN

Lanlan é lésbiana, tem cantora como música há mais de 30 anos e é Bossa Nova. Já lançou canções como "Partido com Partido". Escutei e percebi por aí cantora e educadora musical. Formou-se em Música. De música, teve destaque musicalizado com Cássia Eller. O início de sua carreira a banda Banda Costa, no Rio de Janeiro. Lançou o primeiro álbum "Parado do Orgulho LGBT+ Rio" em 2018 marca a realização de apresentações com o Grupo Arco-Iris. Lançou também o seu livro para alguns dos Parados do Orgulho LGBT+ Rio. A artista sobre sua vida pessoal sendo uma "Representante da comunidade LGBT+".



## MARINA LIMA

Marina Lima é um símbolo da geração dos anos 1980 e é conhecida por cantar Rock e Música Popular Brasileira. Lançou grandes sucessos como "A Favela", "Vilão", "Uma Noite e o Dia", música participante de várias séries de novelas da TV Globo. Destacou para a música "Pra Comigo" que toda semana tem a banda de Figo em 2018. Participou com o Grupo Arco-Iris do Prêmio Arco-Iris em 2005, onde deu o "Salvo" na cantora Fernanda Abreu, levando o público a delírio. Em 2021, integrou o projeto da revista Superfície dando entrevistas para compartilhar valores lésbicos.



## CRISTINA GRECCO

Cristina Grecco é artista "Quem tem o que tem", integrante do coletivo de música popular brasileira e produtora cultural. Começou na música por acaso e sua voz surpreendeu para dilatar conhecimento e visibilidade sobre acessibilidade e inclusão. Reconhece o Grupo Arco-Iris como um lugar de acolhimento que promoveu formação, interação e criou um espaço de luta da comunidade LGBT+. Em 2011, integrou o projeto Vozes da Diversidade na semana do Parado do Orgulho LGBT+ Rio. Participou juntamente com Nana Kazak da programação do Parado de 2018 com o show "Cantandona", que homenageou Cássia Eller no Teatro Zimbraldi no Rio de Janeiro.



## DANIELA MERCURY

Daniela Mercury é cantora e lésbica da comunidade LGBT+ que assumiu o relacionamento com sua esposa. Em 2017, cantou no Parado do Orgulho LGBT+ Rio intitulada de "Parada da Resiliência" organizado pelo grupo Arco-Iris, após a ocorrência de um episódio de violência religiosa que resultou na morte de um cantor de uma empresa para se apresentar no local para a realização de uma manifestação. Daniela é bastante comprometida com direitos humanos e cidadania, representando essas pautas junto a organizações homossexuais como UNICEF, UNIAID e ONU. Tornou-se conhecida pelo estilo de música Aze e ainda hoje se tira um dia em suas disposições de carnaval da Bahia, e sempre se apresenta no "10º Encontro de Cidades", no início dos anos 90. E considerou por muitos, "ninha do céu" por não cantar para outras cantoras desde então musical e segue em música e arte até os dias de hoje.



## ELZA RIBEIRO

Elza Ribeiro é cantora e também violonista. Domina o universo dos bares cariocas e é organizadora de festas e eventos. Sua trajetória é marcada pelo 20 anos em que se apresentou no boate "Lido" - espaço importante para a comunidade LGBT+ carioca a partir do final dos anos 80. Também era colunista de periódicos direcionados ao público LGBT+ em destaque para a reportagem "Quem tem medo de transgêneros?". Na revista Jovem Sinc, Elza tornou-se um ícone da boemia carioca e representatividade lésbica pela sua trajetória. Além do talento musical, é artista e criadora de muitas histórias, memórias e de participação em causas importantes para pessoas LGBT+ e outros segmentos do Rio de Janeiro. É integrante do Conselho Consultivo do Grupo Arco-Iris. Elza participou do show "Vozes da Diversidade" do Grupo Arco-Iris com a cantora do Prêdo de Libertação e Mulheres Bossa Nova, também atuando em outras duas edições, como a curadora para seleção de cantoras.



## JULIANA FARINA

Juliana Farina é cantora, compositora e fonostudiosa. Começou a carreira artística com 14 anos no Rio Grande do Sul. Foi conhecida por cantar "Amor Lúcia como no filme". "Amor que salvava a vida", o single "Vozes". Participou de eventos promovidos pelo Grupo Arco-Iris como o Prêdo do Orgulho LGBT+ Rio e o Festival de Apresentação durante a Festa Oficial de Celebração da 14ª Parada do Orgulho LGBT+ Rio juntamente com outras referências lésbicas da música em 2007.



## LEILA MARIA

Leila Maria é cantora de Jazz e ganhou o 2º Prêmio de Música Popular Brasileira na categoria Melhor Solo em Língua Estrangeira. Condição: "Muitas coisas mentais para a para a mente". Foi a primeira mulher conhecida por participar do programa "Vozes Brasil", chegando ao segundo lugar. Fez a canção "Bom e Melhor" e pediu do Grupo Arco-Iris, "Eu não sei se que bom é melhor" e fez de qualquer que a gente ama" e "Eu não vou a pena se importei" / "Se é cavalheiro ou dançar". O relacionamento com Arco-Iris vem desde o início do grupo e participou da organização e estruturação.



## LEILA PINHEIRO

Leila Pinheiro é integrante e pianista, e conhecida pelo repertório de música popular brasileira - Bossa Nova e Samba. Vozes de Belém para o Rio de Janeiro. Além de música de câmara de 80 e cantou com cantores de sucesso como Tom Jobim. É lésbica e se posiciona abertamente contra a intolerância por meio de posts de redes sociais, como em 11 de maio de 2021, uma manifestação de Coimbra e Lapa Nova.



## LUDMILA

Ludmila, conhecida por cantar Funk, mantém um relacionamento com Bruna desde 2011. O posicionamento sobre esse relacionamento por uma cantora de grande sucesso demarcou muita atenção. Desde então, Ludmila fala abertamente sobre o amor entre duas mulheres e querendo LGBT+. É lésbica desde criança. Em sua canção "Maduro" a intérprete fala abertamente sobre o amor por sua companheira. Ludmila cantou no 21º Prêdo do Orgulho LGBT+ Rio em 2018 e também do Grupo Arco-Iris.



## MARINA IRIS

Marina Iris afirma que "a música que nunca teve dissociada da minha luta como mulher preta, lésbica dentro do samba". Ela começou a trabalhar profissionalmente em 2013. Tem uma trajetória de respeito e conexão com o Grupo Arco-Iris, participou dos eventos e atividades promovidas pelo Movimento em diferentes momentos. É portadora de deficiência física e participou dos conteúdos e campanhas. Considera que a parceria musical com Zélia Duncan é um ponto alto de sua carreira. Logo após esse feito, fotografaram para a capa de revista Brejeira, periódico feito para e por mulheres lésbicas.



## NANA KAZAK

Nana Kazak inicialmente sabia que sua vocação principal era ser atriz até que, por meio de personagens que cantava, descobriu-se cantora. É formada pela Escola de Música Vilhena no Rio de Janeiro e pela Escola Pilsa de Artes Cênicas em Brasília. É uma declaradamente bissexual, é voluntária do Grupo Arco-Iris, que muitos anos e considera que a sua militância está conectada de maneira profunda com seu jeito de ser no mundo. Participou do evento Vozes da Diversidade, que considero como um marco na sua carreira. Além de ser o projeto promovido pelo grupo sobre que-lidades profissionais como cantora no palco que foi realizado por todo mês por meio de conexão na motivação.



## PRETA GIL

Preta Gil é reconhecida bissexual e por ser uma personalidade do universo pop brasileiro, teve forte caráter representativo. A partir da música também se posicionou diante do público LGBT+. Um dos exemplos de forte atuação da comunidade é o Bisco de Mel. Apresentou-se no 22º Prêdo do Orgulho LGBT+ Rio representando pelo Grupo Arco-Iris em 2017 através do mês de junho do participante do evento. Além disso, em 2018, foi a primeira cantora a cantar "Meu amor é você" em uma das integrantes de "Tudo do Arco-Iris" - canção que celebra o movimento LGBT+.



## ZÉLIA DUNCAN

Zélia Duncan começou a cantar aos 14 anos, mesmo época em que começou a namorar uma menina. O gênero musical pelo qual é conhecida é Música Popular Brasileira. Iniciou sua carreira na década de 80. Pelas redes sociais, é uma voz potente de enfrentamento do preconceito e de discriminação sempre se posicionando diante dos públicos LGBT+. Um dos exemplos de forte atuação da comunidade é o Bisco de Mel. Apresentou-se no 22º Prêdo do Orgulho LGBT+ Rio representando pelo Grupo Arco-Iris em 2017 através do mês de junho do participante do evento. Além disso, em 2018, foi a primeira cantora a cantar "Meu amor é você" em uma das integrantes de "Tudo do Arco-Iris" - canção que celebra o movimento LGBT+.



## NISE PALHARES

Nise Palhares é cantora, compositora e multi-instrumentista - adorna baixo, violão, percussão, abafado, bateria, e teclado. Participou do programa lésbico (2011) e The Voice (2014). Tem referências em artistas como Cássia Eller. Não só cantando que gosta de vestir e os cabelos curtos criaram barreiras profissionais na carreira. Lésbica, integrou a Festa Oficial de Celebração da Parada do Orgulho LGBT+ Rio em 2005. O Lançamento promovido pelo Grupo Arco-Iris e performou também em outros paradas LGBT+ pelo Brasil.



# MEMORIAL DA ARTE TRANSFORMISTA

O Grupo Arco-Iris de Cidadania LGBTI+ comemora seus 30 anos de existência reunindo 13 artistas transformistas importantes para a trajetória do ativismo e militância pelos direitos da comunidade LGBTI+ no Rio de Janeiro. O Memorial da Arte Transformista é uma homenagem extensiva a todas as artistas que, por suas vivências, memórias e representatividades, amplificam a voz da comunidade LGBTI+.

A arte transformista por meio dos palcos é festa e realização pessoal por celebrar a liberdade de ser o que se é. Teve início nos guetos, mas atualmente também transcende os redutos LGBTI+. Os corpos nesses espetáculos são militância em performance: comunicam sonhos, unem plateias, familiarizam e melhoram a autoestima da comunidade por meio da cultura.

É nessa atmosfera que a resistência cultural, o discurso cidadão e o movimento organizado LGBTI+ unem show, mensagem e emoção em um universo de brilhos, sons e cores vibrantes que os corpos LGBTI+, que comunicam ao mundo a possibilidade de serem felizes.

Que este memorial possa inspirar agentes da cultura, públicos e privados, a atuar para a valorização e a promoção da arte e cultura transformista ampliando espaço e visibilidade – sigamos na luta!

Curadoria

AMOR  
& LUTA

# CLÁUDIA CELESTE



Cláudia Celeste (1952-2018), travesti e negra, foi importante referência nas artes para a comunidade LGBTI+ nos anos 70. Além de participar dos eventos promovidos pelos movimentos sociais, especialmente os da Associação de Travestis e Transexuais do Rio (ASTRA Rio), também colaborava com as Paradas do Orgulho LGBTI+ Rio realizadas pelo Grupo Arco-Íris. Foi a primeira travesti a participar de uma novela da TV brasileira – “Espelho Mágico” da TV Globo, em 1977. É sempre lembrada por romper essa barreira, embora tenha sido excluída após a descoberta da sua transexualidade. Atriz, cantora e produtora, era mais conhecida pelas performances de dança e possuía estilo elegantemente sensual. Apreciava vestidos “tomara que caia” e com fendas nas pernas, o que conferiam graciosidade à dança. Este figurino foi trajado para apresentar o prêmio Xica Manicongo, criado pela ativista e mulher trans Marjorie Marchi – cerca de 2010.

# ALOMA

Aloma (1949), travesti e negra, participou de diversas Paradas LGBTI+ em São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro. Contribuiu com o Grupo Arco-Íris e outros movimentos sociais LGBTI+ com presença e apoio em diversos eventos. Junto com Cláudia Celeste, foi uma das primeiras referências de artista negra e transformista e de sucesso no Brasil. Como atriz, fez parte do importante espetáculo Les Girls na década de 60 atuando com Rogéria. Performou na Europa a partir de 1979, em 1992 retornou ao Brasil e continuou com suas apresentações. Este figurino (anos 90) é inspirado em Diana Ross: Aloma era frequentemente confundida tamanha semelhança com a diva nas dublagens.



# ELAINE PARKER



Elaine Parker tem muita importância para a comunidade LGBTI+. É personagem de Amâncio (1950) e foi presidente da Turma OK – clube de socialização importante para a comunidade por incluir pessoas de maior faixa etária e por promover e difundir a cultura e arte transformista. A Turma OK e o Grupo Arco-Íris mantêm vínculos pessoais, afetivos e institucionais há muitos anos. Elaine participou das Paradas do Orgulho LGBTI+ Rio promovidas pelo Grupo Arco-Íris e também das suas ações culturais e sociais. Possui um estilo de diva: brilhos e volumes simulam as curvas do corpo. Inspira-se em artistas como a sambista Emilinha Borba, entre outras. Esse vestido foi usado para apresentação da premiação da “Musa OK”, na Turma OK, nos anos 2010.

# ELOINA

Eloina dos Leopardos (1947) esteve nas Paradas do Orgulho LGBTI+ desde as primeiras edições. A presença constante de uma celebridade mulher travesti contribuiu para o fortalecimento do evento e do Grupo Arco-Íris. Como produtora de shows, criou muitas oportunidades profissionais para LGBTI+ ligados à arte transformista. Performou como atriz, cantora e dançarina na boate Carroussel, em Paris, juntamente com Rogéria e Valéria (que estão neste memorial) em 1969. Foi a primeira Madrinha de Bateria da história da Escola Beija-Flor de Nilópolis, pelas mãos de Joãozinho Trinta, em 1976. Produziu o espetáculo “Noite dos Leopardos” (Teatro Alasca, na Galeria Alasca) pelo qual ficou conhecida nacional e internacionalmente nos anos 80 e 90 na cena cultural LGBTI+. Este figurino, também da década de 80, materializa a importância que Eloina dá à identidade da mulher ao se apresentar.



# ISABELITA DOS PATINS



Isabelita dos Patins é um ícone do Rio de Janeiro, apesar de Jorge Iglesias (1948) ter nascido em Buenos Aires. Recebeu o Título de Cidadão Honorário da Cidade do Rio de Janeiro concedido pela Câmara Municipal por ser símbolo cultural da cidade. A participação nas Paradas do Orgulho LGBTI+ Rio, na Banda de Ipanema, e em diversas atividades culturais e sociais, ratifica essa artista como símbolo da comunidade LGBTI+ carioca. É um ícone fashion por ter um visual bem-humorado e inconfundível. Os cabelos pretos em coque baixo, patins, maquiagem, saia volumosa e leque inspiram artistas ligados à moda, como Sabrina Sato. O estilo marcante e único pode ser apreciado por meio deste figurino dos anos 90.

# JANE DI CASTRO



A relação entre a travesti Jane Di Castro (1947-2020) e o Grupo Arco-Íris vem de longa data. Sua presença foi recorrente desde o surgimento da Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro, nos anos 90, mas a sua atuação remonta aos anos 80. Foi agraciada com a Medalha Tiradentes em solenidade na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 2018 devido à militância e ativismo pelos direitos da comunidade LGBTI+. Ficou conhecida por ser a primeira mulher trans a entoar o Hino Nacional Brasileiro nas Paradas do Orgulho LGBTI+ Rio – cantar era sua principal inclinação artística. Trabalhou como atriz e cantora em novelas para a TV, teatro, em musicais, como cabeleireira, como empresária e síndica por muitos anos. O vestido feito por Eloina (também homenageada neste memorial) foi usado em uma das montagens da peça “Passando batom”, em 2015.

# LAURA DE VISON



Laura De Vison começou como persona do ator e professor de História Norberto (1939-2007). Ao longo da vida, afirmou-se travesti e sempre participou das causas pelos direitos LGBTI+. Em homenagem póstuma, o Grupo Arco-Íris criou o “Encontro das Drags - Projeto Laura De Vison”, que apresenta artistas transformistas em shows desde 2011. A Biblioteca Professora Laura De Vison foi mais um reconhecimento concedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual em 2020. Fazia uso do exagero para ir contra os padrões estéticos e sociais estabelecidos – trabalhava a partir de um absurdo cômico, trash e kitsch no Cabaret Boêmio. Laura deu o tom à boate, se tornando pedra fundamental para o sucesso desse espaço a partir dos anos 80. Com esse traje se eternizou ao som da canção “Vaca Profana”, com os seios amarrados e movimentados por cordas nos anos 1990.

# LORNA WASHINGTON

Lorna Washington (1961-2023) teve importante papel na militância contra o vírus HIV na cena carioca nos anos 80. Participando da criação, das ações e consolidação do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (GAPA) no Rio de Janeiro (1985), estabeleceu-se como ativista, militante de direitos humanos e parceira do Grupo Arco-Íris e do Grupo Pela Vidda-Rio. Com diversos bordões de humor sarcástico em suas apresentações, Lorna trazia para si a atenção de todos e, com isso, aproveitava para transmitir mensagens de cidadania e saúde. Transformista e cantor, Celso (1961) fazia crônicas cotidianas que informavam os LGBTI+ na década de 1980 e 1990. Não tinha uma imagem feminina padrão, o que dava tom crítico aos shows – muitos deles com Luana Muniz. Apresentava-se também internacionalmente: este vestido foi usado por Vanessa Williams em uma das Paradas LGBTI+ em Nova Iorque e depois presenteado a Lorna – por volta de 1990.



# LUANA MUNIZ



A travesti Luana Muniz (1958-2017) destaca-se pelo intenso ativismo, primeiro na casa de apoio Água Viva, liderada pela enfermeira Adalgisa Ribeiro. A luta contra o HIV/AIDS, o Projeto Damas (2011) para capacitação profissional e a fundação do Casarão de Luana Muniz (anos 80) - ambos direcionados às mulheres trans - são legados de militância e de relação com o Grupo Arco-Íris e os movimentos LGBTI+ e luta contra a aids. Com o bordão “Travesti não é bagunça”, ampliou sua visibilidade e, por consequência, o debate sobre segurança pública e atendimento policial às demandas de travestis, especialmente daquelas que atuavam como profissionais do sexo. Denunciou a violência policial e cobrou, juntamente com os movimentos LGBTI+, das autoridades atenção aos direitos. Atriz e dançarina, firmou-se na década de 70 no cenário da arte transformista carioca. Ao voltar da Europa, nos anos 80, retornou aos palcos na peça “Mimosas até certo ponto”. Este traje (aproximadamente 1990) era a “roupa dos sonhos” de Luana e foi inspirado na diva pop Cher.



# MEIME DOS BRILHOS

Meime dos Brilhos é bem próxima do Movimento LGBTI+ e do Grupo Arco-Íris. Divulga sempre os eventos em shows, performou em live realizada pela instituição com Lorna Washington – homenageada neste memorial – no período da pandemia do Coronavírus em 2020, e participou de programações oficiais das Paradas de Orgulho LGBTI+ Rio de Janeiro. Com seu talento artístico e habilidade social, fez do Cabaret Casanova um espaço de acolhimento e a sociabilidade para as pessoas trans, com uma frequência de várias tribos da comunidade gay, especialmente negra. A persona Meime surgiu antes de Tadeu (1950) ser maquiador. Apresentou shows por 32 anos no Cabaret Casanova (1976 a 2008) na Lapa e é atual apresentadora do Miss Rio de Janeiro Gay. Querida pelas mulheres trans, com frequência é presenteada com brilhos tão característicos de seus figurinos, como este dos anos 2000.

# ROGÉRIA

Rogéria (1943-2017) intitulava-se a “travesti da família brasileira”. Embora envolvida em polêmicas sobre pautas importantes para militância LGBTI+, sua presença foi indicadora de um caminho além da marginalidade para as mulheres trans durante os anos da ditadura militar brasileira. Atuou como cantora e atriz em musicais, peças, novelas e como jurada de programas para TV. Destaque para carreira internacional como estrela da boate Carroussel, em Paris, nos anos 70 (com Eloina e Valéria) e o prêmio Mambembe pela atuação na peça “O Desembestado”, em 1979. O figurino representa uma fase clássica de Rogéria na década de 1980: o enfoque está na forma, no desenho do modelo.



# SUZY BRASIL

Suzy Brasil, interpretada pelo artista transformista Marcelo (1977), sempre divulgou os eventos do Grupo Arco-Íris e está frequentemente nas Paradas de Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro, em Copacabana, inclusive sendo apresentadora nos últimos anos. Promoveu a luta contra o HIV ao ensinar como colocar preservativos em seus shows em boates cariocas durante as performances na boate 1140. O humor escrachado de Suzy sempre é apresentado por meio da linguagem LGBT+ suburbana e carioca. A personagem, que despontou restrita à cena LGBTI+, nos anos 1990, difunde esse estilo da arte transformista para o grande público pela TV e teatros em todo Brasil. Este figurino é estampado com a característica boca da personagem – aproximadamente anos 2000.



# VALÉRIA

A travesti Valéria Fernandez Gonzalez (1944) contribuiu com os LGBTI+ ao promover o Grupo Arco-Íris por onde se apresentava internacionalmente. Pelo legado artístico e por serviços prestados à comunidade, recebeu da Comissão de Combate às Discriminações, do deputado Carlos Minc, o “Prêmio Cidadania, Direito e Respeito à Diversidade”, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 2020. É atriz e se destaca como cantora. Valéria despontou como artista musical no espetáculo Les Girls em 1964 ao lado de Rogéria e logo seguiu carreira de sucesso. Recebeu o Prêmio Especial do Júri no Festival de Gramado pela atuação no curta-metragem Marie, em 2019. Na moda, combina simplicidade com brilhos pontuais – como neste vestido dos primeiros anos do século XXI.







EXPO  
SICAR

**AMOR  
& LUTA**

TRAJETÓRIAS MOVIMENTO LGBT+ 50 ANOS GRUPO ARCO-ÍRIS

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Secretaria Municipal de Cultura apresentam:

EXPOSIÇÃO

# AMOR & LUTA

TRAJETÓRIAS MOVIMENTO LGBTI+ 30 ANOS GRUPO ARCO-ÍRIS



FOMENTO



APOIO INSTITUCIONAL

